
conjuntura brasileira



índice

guia de leitura	2	conflitos pela posse da terra	26
economia	6	movimento sindical	30
agricultura	12	estudantes	33
politica nacional	14	igreja	36
militares	19	censura / anistia	37
politica externa	22	repressão	38

ano 2 - numero 8 - nov/dezembro 1975 - 6 ff

40 P 8821

guia de leitura

Já em 1974 surgiram sintomas que deixavam prever a aproximação de uma crise econômica no Brasil. Com efeito, no correr de 1975 a crise se manifestou de forma evidente, marcando o fim do período de crescimento acelerado da economia brasileira, verificado entre 69 e 74. Mas se 75 foi um ano de crise - de começo de crise mais precisamente - o mais preocupante para a ditadura é que as perspectivas - mesmo o timistas - não são de molde a prever uma retomada do crescimento econômico a curto prazo. Pelo contrário, a crise permanecerá - há mesmo a previsão de uma taxa de crescimento zero em 76 - encontrando vários desdobramentos e, o que é mais temível, combinando-se com uma crise política onde o movimento de oposição tende a ganhar força.

As medidas extraordinárias para enfrentar a crise (ver pág. 6) são indicativas de que na conjuntura atual já não é mais possível combinar elevadas taxas de crescimento econômico com os desequilíbrios mais notáveis da economia. De fato, são inegáveis os efeitos recessivos que estas medidas necessariamente produzirão. Com elas se pretende, a qualquer custo, equilibrar as contas externas - balança comercial e balanço de pagamentos - fortemente deficitárias. Importa secundariamente para a ditadura as pressões inflacionárias que elas acarretarão (depósito por 360 dias do valor das importações), da não negligenciável diminuição dos investimentos sobretudo das empresas estatais e do desemprego consequente, cujos índices já estão crescendo. Elaboradas pelo ministro da fazenda, contestadas por outros ministros, as restrições às importações que passam a vigorar confirmam o fortalecimento dos setores da burguesia empenhados na campanha contra a estatização. Somente as empresas estatais serão obrigadas a importar em 76 menos 25% do valor de suas importações em 75. Pode-se supor as consequências dessa medida - num momento em que os investimentos estatais têm um papel determinante para a consecução de vários projetos, tais como siderurgia, petroquímica, energia, etc - em dois níveis: a) um incremento das encomendas do setor público para a indústria brasileira de máquinas e equipamentos, estimulando assim o que está sendo chamado novo processo de substituição de importações e b) uma contenção efetiva dos investimentos estatais que deverão ser substituídos por investimentos privados, com o governo se apressando em colocar a sua disposição recursos extraordinários através das agências do BNDE - a FINAME vai conceder ao setor de bens de capital créditos no valor de 17 bilhões de cruzeiros em 76, duas vezes e mais que em 75. Aqui é importante notar uma tendência estimulada pelo governo à concentrar investimentos nas empresas já existentes, procurando dimensioná-las para atender a demanda interna, como é o caso do setor elétrico-eletrônico (ver

pág. 10). Essa tendência recebe o apoio das empresas brasileiras e estrangeiras que veem aí uma forma de obter benefícios suplementares do governo e garantir o mercado.

Ainda sobre as medidas de restrição às importações, a que determina o recolhimento por 360 dias do valor das importações atinge mais diretamente as empresas médias e pequenas, sempre carentes de capital para imobilização por tão longo período. Se é quase natural que numa situação de crise econômica se acelera o processo de concentração econômica com a absorção de empresas médias e pequenas - mas não só delas - geralmente pelo capital estrangeiro, medidas como esta tendem a facilitar este processo.

Considerando-se o desempenho da economia brasileira no último ano e suas perspectivas, a questão relativa ao abandono ou não do II PND ganha atualidade. A nosso ver e apesar das dificuldades crescentes, os objetivos básicos definidos no II PND ainda continuam vigentes e a ditadura se empenha para realizá-los. Ou seja, mesmo que do ponto de vista imediato tenha que dar prioridade à superação dos desequilíbrios mais notórios da economia, a ditadura não abriu mão de uma política econômica que procura operar transformações básicas na estrutura produtiva do país (principalmente o desenvolvimento do setor de bens de capital e insumos básicos e a modernização da agricultura para exportação) para criar as condições de um novo surto de crescimento. Evidentemente que a crise atual obstaculiza a concretização desses objetivos, mas ainda não permite prever uma situação de estagnação prolongada da economia, onde não só o II PND poderia cair por terra. E se a margem de manobra da ditadura vem se estreitando no plano externo, com dificuldades crescentes para as exportações - o crescimento das exportações projetado no II PND já está comprometido e o déficit com os países capitalistas desenvolvidos aumenta - e para a obtenção de empréstimos - os países capitalistas desenvolvidos estão recorrendo ao mercado financeiro internacional para financiar seus déficits e o Brasil, pela situação de crise e pela enorme dívida externa deixou de ser um tomador privilegiado -, no plano interno a ditadura ainda não encontra resistências suficientes para impedir um acentuamento da exploração sob diferentes formas.

Estudo realizado pelo Ministério da Agricultura, com o apoio da FAO, indica que existem hoje no Brasil 80 milhões de hectares de áreas aproveitáveis para a lavoura não exploradas, das quais 81% se encontram em latifúndios ou terras mantidas com fins especulativos. A disponibilidade de solos existentes é bastante superior à área atualmente colhida, mostrando que o

fator terra não é limitante da expansão da área cultivada. São a concentração da propriedade fundiária e o atraso das técnicas produtivas que limitam a expansão da fronteira agrícola, obrigando a ocupação de terrenos menos férteis, muitas vezes desmunidos de infraestrutura básica. Este quadro se completa pelo crescimento e subdivisão dos minifúndios (menos de 10 hectares).

A gravidade desta situação é o resultado da política agrícola da ditadura formulada no contexto de uma composição de forças com a grande propriedade rural. Impressiona a sucessão grotesca de leis, decretos e organismos conformando um emaranhado de leis ineficazes. O Estatuto da Terra, aprovado sob Castelo Branco, criou inicialmente instrumentos para um certo tipo de reforma agrária, como a refletir uma correlação de forças herdada do populismo. Posteriormente o INCRA e o PROTERRA, entre outras múltiplas alterações legais, nem sequer roçaram a grande propriedade rural. Não são supostas limitações administrativas, mas sim uma política de modernização do latifúndio e criação de empresas agropecuárias que está na origem do agravamento desta situação.

O crescimento de investimentos agropecuários e em infraestrutura básica, somados à especulação com terras, inflacionaram o preço da terra. Daí a expulsão em massa de camponeses, gerando uma agravamento dos conflitos pela posse da terra que procuramos retratar neste número (págs. 26 a 29). Em todo país, os posseiros esboçando níveis distintos de resistência, vão sendo expulsos de suas terras por grileiros ou pelas polícias locais, sendo obrigados a se instalarem em novas áreas, por vezes reservas indígenas, ou a perambular pelas estradas, esperando que uma decisão governamental lhes destine uma parcela, onde possam praticar sua agricultura de subsistência. Frequentemente, passam a engrasar o contingente dos "bóias frias", quando não conseguem empregar-se nas escassas frentes de trabalho existentes.

Superada a "crise" provocada pelos acontecimentos de S. Paulo em fins de outubro, dissolvido o clima de suspense que levou a apelos apressados de "união nacional" (ver cb 7) as contradições no seio das classes dominantes e a necessidade, por parte da ditadura de encontrar uma solução para uma situação de impasse que ameaça se aprofundar, recolocou novamente, na ordem do dia a discussão sobre a "reforma institucional".

Dois aspectos básicos estão na raiz da retomada da "discussão institucional".

Em primeiro lugar, porque as razões que levaram a ditadura a propor uma reforma institucional, quais sejam, a necessidade de reorganizar seu aparelho de dominação dotando-o de instrumentos jurídicos e de novos canais de expressão do poder que consolidem os mecanismos concretos de exercício do poder, que vieram se impondo no país nestes últimos 11 anos, persistem. A reforma se impõe como uma necessidade de tornar o aparelho de dominação capaz de fazer frente às pressões que necessariamente se generalizam em período de crise, e, além disso, dotá-lo de certos meca-

nismos de legitimação. Aquelas razões não deixaram de existir e, ao contrário, se aprofundaram durante o chamado processo de "distensão". Isto porque, ao se abrirem algumas possibilidades para a manifestação de um pensamento e uma ação de oposição existente - por onde a ditadura também esperava obter um consenso mais "amplo" para seu projeto institucional - se favoreceu a ampliação dessa oposição, que mostrou, bem cedo, suas possibilidades de ultrapassar os estreitos limites em que poderia ser possível sua absorção pela ditadura. O que agravou as condições políticas globais em que se tentava promover a chamada "reforma institucional". Neste quadro limitou-se conjunturalmente a área de ação do projeto, criando-se condições para uma ofensiva contra ele por parte dos setores refratários à "distensão", acarretando um recuo dos seus defensores. Em segundo lugar, o aprofundamento da crise econômica; a generalização do descontentamento social; o crescimento de um movimento de oposição extra-parlamentar; o temor de que num período de agravamento da crise a burguesia se encontre em condições de opções ainda mais estreitas para reorganizar seu poder político, convenceu os diferentes setores das classes dominantes, mesmo os mais refratários a qualquer mudança, da necessidade de promover uma reforma política. Daí a proliferação de projetos apresentados, de pronunciamentos, críticas, sugestões, que como expressão de setores distintos da burguesia buscam influenciar o governo, neste ou naquele sentido, como forma de assegurar uma melhor participação no poder. Pode-se constatar, entretanto, que nenhum desses setores parece dispor, hoje, de condições suficientes para impor uma reforma de qualquer tipo. Aí se encontram as bases do alarme geral da burguesia sobre os perigos do "im passe". Além disso, a expectativa de encontrar uma solução imediata através do fortalecimento da ARENA se mostrou praticamente inviável na medida em que, premidos nos estreitos limites de representar o governo e enfrentar um eleitorado cujas reivindicações se afastam, cada vez mais, de suas condições para realizá-las, a ARENA se vê condenada à derrota eleitoral. Esta perspectiva, apesar dos apelos à coesão e ao otimismo, acelera o processo de esfacelamento deste partido, hoje expresso através de distintas correntes, algumas das quais investem contra o aparelho administrativo do Estado e exigem autonomia para a atuação política. Agravando-se esta situação a ditadura, se não apresentar nenhuma alternativa, poderá se encontrar, nas eleições de 76, frente a um MDB que venha a canalizar todos os setores descontentes da população de forma mais expressiva do que nas eleições de 74 porque, agora, como protesto mais consciente. Evidentemente que não só a ditadura toma medidas no sentido de levar este partido a se diferenciar, mais e mais, deste movimento de contestação democrático, como o próprio MDB se mostra disposto à conciliação e também a negociar alguns de seus quadros, entre os mais consequentes, exatamente aqueles mais ligados às bases democráticas desse partido. Além das medidas práticas da ditadura para descaracterizar e enfraquecer o MDB (a cassação dos mandatos de dois deputados de S. Paulo

está dentro desse quadro), outras cogitações se desenvolvem nos bastidores do governo, quais sejam: a reforma partidária, com o objetivo imediato de possibilitar a formação de novos partidos para reagrupar as diferentes tendências existentes na ARENA e no MDB; ou uma alteração do sistema eleitoral que possa beneficiar a ARENA.

É neste quadro que se retoma a discussão em torno de uma "reforma política", com renovados apelos, por parte da ditadura, de que os "órgãos de segurança" estão em vigilância redobrada. Tampouco são estranhos aos debates os diversos pronunciamentos militares, no sentido de buscar delimitar claramente quais são os limites de uma reforma possível. Isto se faz não só através de uma campanha que evoca o espectro do comunismo e que apresenta a ditadura militar como a única alternativa viável para o conjunto das classes dominantes.

Os diferentes projetos apresentados - Arrobas Martins, Dinarte Mariz, Marcos Freire - embora com divergências perceptíveis quanto a representatividade dos poderes, quanto à forma de viabilizar a legalização dos instrumentos de exceção, buscam essencialmente:

- 1 - dotar o Estado de novos órgãos de poder que seriam instituídos através de uma nova carta constitucional, de forma a dar existência legal aos instrumentos de exceção e definir juridicamente sua aplicação.
- 2 - redefinir as funções dos organismos de poder existentes - executivo, judiciário, legislativo - assim como as relações entre eles, seus papéis e peso nas instâncias de decisões.
- 3 - aceitar e incorporar as bases - ditatoriais - do Estado atual. Na linguagem em voga, partem do lema "democracia com segurança".

São exatamente estes pontos que diferenciam os projetos dos setores que de uma forma ou de outra buscam alternativas para a institucionalização da ditadura, dos projetos de reforma política que implicam numa reorganização do Estado em bases democráticas e que são apresentados, entre outros, pelos "autênticos" do MDB.

Através de sucessivos pronunciamentos, setor importante das FFAA vem orquestrando uma ampla campanha anti-comunista. Não há notícia em período recente de tão intenso fluxo de manifestações. Os reiterados alertas à subversão, deixam supor a existência de uma certa articulação. Esta intensidade de pronunciamentos de membros importantes do aparelho militar não pode ser vista estretanto sob o prisma de uma ameaça palpável e real do movimento comunista na atualidade. Caracteriza antes a necessidade que tem a ditadura militar de enfrentar a situação de crise, assegurando sua força e unidade contra qualquer alternativa ao sistema político de dominação vigente, mesmo que partindo do campo burguês. Conclui-se pois que este importante setor militar que assim se manifesta necessita basicamente demonstrar

a necessidade da ditadura e dos métodos repressivos ao conjunto das classes dominantes, em especial, àqueles setores que propugnam por reformas políticas, dentro do processo de "distensão".

Ao mesmo tempo, outro setor dos altos mandos, inferior numericamente, mas situados em postos-chaves, se manifesta salientando a necessidade de instituições, do cumprimento do calendário eleitoral e inclusive de reformas políticas.

Os pronunciamentos de um e outro setor das FFAA, ainda que não se oponham de forma integral, enfatizam aspectos distintos e mesmo contraditórios. Sua simultaneidade parece revelar uma confrontação política, cuja dimensão e profundidade torna-se difícil avaliar.

É significativo, por exemplo, que no tradicional almoço de fim de ano no quartel-general do exército em Brasília, reunidos os ministros militares, o alto comando do exército e oficiais em serviço na capital, o ministro do exército Sílvio Frota, tenha centrado seu discurso na "coesão" e na "lealdade" contra "intrigas", e o próprio Geisel na "unidade", contra o "faciosismo" (ver pág. 20).

Publicamos também neste número (pag. 21), um resumo de boletins clandestinos denominados "Novela da Traição", aparecidos no ano passado. Outro boletim de que se tem conhecimento - o "Voluntários da Pátria" - distribuído à oficialidade, estaria vinculado à TFP (Sociedade Brasileira e Tradição, Família e Propriedade). É plausível que a "Novela da Traição" provenha de membros do aparelho repressivo do regime. Sendo um alicerce da ditadura militar e havendo adquirido imenso poderio, está qualificado como alvo privilegiado num processo de transformação social.

É lógico portanto que busquem responder politicamente à dinâmica que possa vir a ter o processo de "distensão", realizando trabalho de denúncia no interior das FFAA e, possivelmente, entre personalidades ligadas ao regime. Em todo caso, a "Novela da Traição", à parte sua fobia anti-comunista e suas acusações espetaculares, revela um terror pânico a qualquer mudança na situação política existente, por infima que possa ser.

No cb nº 7 tentamos analisar a nova política externa brasileira, conhecida como "pragmatismo responsável". A forma como a diplomacia brasileira se apresentou na Confe-

rência Norte-Sul, buscando um papel intermediário entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, é esclarecedora dos novos interesses emergidos no quadro da crise capitalista mundial. O agravamento no déficit das contas externas brasileiras e particularmente com os países desenvolvidos, obrigou à ampliação e diversificação das relações comerciais brasileiras. Por outro lado, a própria crise no Brasil está conduzindo à um movimento de capitais acumulados em território nacional em busca de inversões rentáveis em outros países. É neste quadro que devem inserir-se os acordos realizados com vários países latino-americanos, estreitamento de relações com países africanos de fala portuguesa e os países árabes do Oriente Médio. São esses os novos interesses do Estado e do capitalismo no Brasil que informam a política do "pragmatismo responsável".

Na atualidade, esta nova política externa brasileira é um dos lugares principais de embate entre as diversas frações das classes dominantes. Assediada por setores ponderáveis da burguesia associada e do imperialismo, os mesmos que encaminham a ofensiva desestatizante, tem sofrido recuos sucessivos. Em especial, a grita contra o voto anti-sionista e o reconhecimento de Angola pôs o governo na defensiva, sendo episódios marcantes a suspensão da viagem do Min. das Relações Exteriores ao Iraque (principal parceiro comercial do Brasil no Oriente Médio) e a retirada do ministro encarregado de negócios - na prática embaixador - em Angola.

As mobilizações da classe operária em torno a luta salarial adquiriram uma expressão mais concreta no final do ano passado. Um número crescente de operários compareceu às reuniões sindicais para fixar os índices dos aumentos a serem reivindicados nas negociações dos contratos coletivos de trabalho. Ademais das reivindicações salariais, foram colocados na ordem do dia problemas relativos a melhores condições de trabalho, segurança, insalubridade. Algumas operações tartaruga se realizaram e ainda que de forma esporádica e quase sempre isolada, cresce a resistência à política salarial da ditadura e às precárias condições de trabalho que dão ao Brasil o título de campeão mundial dos acidentes de trabalho.

Em alguns setores, como o da construção civil, existe um clima

de tensão e explosão potencial, alimentados pela exploração sem limites e pela total insegurança no trabalho. Prova disso nos dá a depredação, por 800 operários, dos escritórios da empreiteira CONVAP-MK no Espírito Santo. É significativo que esta violenta reação dos operários a mais uma manobra astuciosa dos patrões foi assumida por todos frente a repressão. Outras manifestações de descontentamento e de resistência que assumem diferentes formas, vem se tornando mais frequentes em diversos setores. Na Bahia, os motoristas de onibus desencadearam uma greve por um reajustamento salarial de 100%. A amplitude do movimento grevista, mobilizando todos os motoristas, revela um importante nível de organização dos grevistas e o aumento da tensão social.

Com as restrições impostas pelo AI-5 e 477 os estudantes tiveram que buscar novas formas de organização para desenvolver suas lutas. Após um paciente trabalho de retomada dos DAs e DCEs e de recomposição de lideranças, os estudantes ocupam hoje um lugar destacado no seio da oposição a ditadura. A mobilização estudantil, centrada na luta contra o 477, os códigos disciplinares, o aumento de vagas, a liberdade de organização, etc, se estende ao apoio e participação em campanhas de solidariedade aos prisioneiros políticos, pela garantia dos Direitos Humanos, pela Anistia, pela liberdade de imprensa, contra a privatização da medicina e a desnacionalização da economia, etc. A imprensa estudantil, que vem se expandindo rapidamente, espelha bem esta situação.

A greve dos estudantes da Bahia contra o Jubilamento, estendendo-se por mais de um mês com ocupação de locais da Universidade, se transformou num amplo movimento que mobilizou não só estudantes de outros estados mas também importantes setores da população baiana. A popularização do movimento que contou com a participação de mais de 15 mil estudantes muito se deveu ao fato de que em julho os estudantes da UFB terem percorrido o estado com listas de abaixo-assinados contra as prisões de políticos, professores e estudantes em Salvador. O apoio e a solidariedade de estudantes de todo o país e a firmeza dos estudantes baianos (ver pág. 33) levaram a uma importante vitória, dobrando a Reitoria e o MEC.

economia

MEDIDAS EXTRAORDINÁRIAS PARA ENFRENTAR A CRISE

ESP-3/12/75 Os ministros da Fazenda e do Planejamento e o presidente do Banco Central, que reuniram os jornalistas, ontem, para explicar as medidas, disseram que "elas são fortes, mas foram tomadas para evitar, mais tarde, a adoção de outras, mais fortes ainda".

As decisões, consubstanciadas em uma exposição de motivos do CDE, três decretos-leis, dois decretos, uma deliberação do CDE, duas resoluções do Conselho Nacional do Comércio Exterior (Concex), quatro resoluções, uma circular e seis comunicados do Banco Central, duas portarias do ministro da Fazenda e seis resoluções do Conselho de Política Aduaneira, são as seguintes:

1) Condicionar a emissão de guia de importação ao recolhimento de quantia correspondente ao valor FOB, que fica retido por 360 dias, não fluindo juros, nem correção monetária;

2) Limitar a isenção do Imposto de Importação e do IPI aos casos de empreendimentos de relevante interesse nacional, que vierem a ser aprovados pelo presidente da República;

3) Reduzir compulsoriamente, em 20%, o consumo de combustíveis pelos órgãos do governo federal, calculado sobre os volumes consumidos em 1975;

4) Reduzir compulsoriamente as importações pelos órgãos do governo federal em 25% sobre os valores efetivamente

importados em 1975;

5) Proibir aos ministros delegarem a qualquer órgão do seu Ministério poder de decisão sobre importações;

6) Submeter a prévia autorização do Consider as importações de minérios não-ferrosos;

7) Subordinar a prévia decisão da Capre as importações de computadores;

8) Suspender até 31 de dezembro de 1976 a concessão de isenções do Imposto de Importação e do Imposto sobre Produtos Industrializados para a importação de matérias-primas de interesse da indústria petroquímica;

9) Permitir a utilização de créditos acumulados do ICM na dedução do valor do IPI devido nas operações internas;

10) Possibilitar a utilização de recursos do Fundo de Financiamento à Exportação, Finex, para estimular as exportações, funcionando como agentes repassadores os bancos comerciais;

11) Instituir o Programa Especial de Estímulo às Exportações, destinado a suprir de capital de giro as empresas produtoras e exportadoras que apresentem incremento em suas exportações;

12) Facultar a computação do custo de frete, prêmio de seguro e comissões na base de cálculo, para a concessão de crédito à exportação.

A crise e o modelo

Ao fazerem uma radiografia

da crise, os ministros da Fazenda e do Planejamento apresentaram como indicador o desempenho da balança comercial em outubro: importações de 1.098 milhões de dólares, exportações de 629 milhões de dólares e déficit de 469 milhões de dólares, superado apenas pelo de fevereiro.

Em outras palavras — explicam os ministros —, isso significa que o governo tomou uma clara opção: cuidará em 1976 de regularizar o balanço de pagamentos, manter ou, se possível, elevar e estabilizar o nível das reservas, e reduzir ao máximo o déficit na conta de comércio, tentando até mesmo alcançar o equilíbrio. Tudo o mais, inclusive taxas de desenvolvimento, em 1976, e nos anos seguintes, será secundário.

Com referência à balança comercial em 1976, reduzindo-se em 25% as importações governamentais e criando-se desestímulos significativos às importações pelo setor privado, espera o governo obter uma economia global de pelo menos 20%, o que representaria importar no próximo ano cerca de dez bilhões de dólares.

Outra preocupação dos ministros foi a de esclarecer que as medidas ontem anunciadas foram fortes, para evitar que mais tarde sejam tomadas outras mais fortes ainda, e que a intenção do governo é "parar por aí", na convicção de que elas serão o bastante para manter sob controle o balanço de pagamentos. To-

davia, diante da insistência dos jornalistas, Simonsen admitiu que "elas são definitivas, pelo menos em princípio".

O Decreto-lei e a Resolução 354 do Banco Central alteram legislação anterior, que estabelecia o prazo de retenção de 180 dias para o valor das mercadorias importadas, fixando-o agora em 360 dias. A Resolução 354, todavia, não apenas incorporou a experiência da seis meses de aplicação da Resolução 331, de 16 de julho, como introduziu algumas modificações substanciais. Assim é que os órgãos do governo também foram alcançados pela retenção compulsória; não há mais limite de alíquota, todas as importações foram afetadas; em compensação, estabeleceram-se exceções para fertilizantes, inseticidas, antibióticos, medicamentos, material cirúrgico para suturas, material para contraste radiológico, petróleo equipamentos, peças e sobressalentes destinados à pesquisa e produção de petróleo, pesquisa científica e tecnológica a sargo do CNPQ, animais de raça para reprodução, sementes e frutos para sementeira, produtos vinculados a operação de "drawback", e mercadorias da área da Alalé.

Outra modificação: nas exceções foram incluídas máquinas, equipamentos, aparelhos e instrumentos, sem similar nacional, desde que para uso próprio, incorporando-se ao ativo fixo do importador, realizadas mediante financiamento externo, a prazo não inferior a cinco anos.

ABDIB CRITICA O GOVERNO

O vice-presidente da Associação Brasileira de Desenvolvimento da Indústria de Base, Henrique Sanson, criticou ontem, no Rio, as empresas governamentais por importarem equipamentos com similar nacional sob a alegação de que o empresário brasileiro não cumpre prazos.

O vice-presidente da ABDIB deixou claro que atualmente o mais importante é saber como a empresa nacional de bens de capital poderá absorver tecnologia externa, inclusive do ponto de vista da estratégia da economia brasileira. A escassez de divisas, no seu entender, está permitindo a vinda de empresas estrangeiras, que estão implantando grandes projetos não apenas para atender a demanda interna, como para exportar. Assim, frisou, cabe ao governo definir as regras do jogo quanto à participação dos grupos estrangeiros no processo de substituição de importações.

Criticou, também, o fato de

ESP-3-12-75 que continua sendo permitida a implantação de alguns projetos, no País, de empresas que não trazem tecnologia com qualquer tipo de avanço significativo em técnicas de produção.

Em relação à participação estrangeira em empreendimentos nacionais, Sanson disse ser necessário o estabelecimento de novos critérios, "não na proporcionalidade do terço (nacional privado, estrangeiro privado e estatal), mas talvez dentro de um esquema que permita uma participação maior do capital nacional privado. Salientou que o BNDE já vem preconizando a formação de empresas na proporção de 40% estatal, 40% nacional privado e 20% estrangeiro.

Disse que a substituição de importação de bens de capital "é um problema de mentalidade. É preciso que se façam concessões às empresas nacionais para permitir que elas aprimorem suas próprias técnicas de fabricação de equipamentos".

MANIFESTAÇÕES DE EMPRESÁRIOS

ESP-5-12-75

As medidas adotadas pelo governo na área econômica — visando conter o déficit da balança comercial em 1976 — foram consideradas ontem por representantes de cinco entidades empresariais paulistas como "corajosas, até certo ponto benéficas e acima de tudo oportunas", muito embora, como afirmou o presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Fundição de Ferro e Aço, Alberto Villares da Nova Gomes, "elas já deveriam ter sido adotadas com relativa antecedência".

Por sua vez, diretores da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica, da Associação Brasileira para o Desenvolvimento da Indústria de Base, do Sindicato da Indústria de Autopeças e do Centro Brasileiro de Forjaria ressaltaram que as decisões do governo procuram conciliar as metas de desenvolvimento nacional com a realidade econômica internacional. Um deles lembrou as justificativas do ministro Ma-

rio Simonsen, da Fazenda, segundo o qual "são necessárias medidas fortes para evitar ações radicais mais tarde".

MINAS E ENERGIA PREJUDICADA

ESP-4-12-75

A área de atuação do Ministério das Minas e Energia deverá ser uma das mais afetadas pelas novas medidas de restrição às importações. De acordo com técnicos ligados à área estava previsto o início para esta época de grandes projetos nos setores de energia elétrica e exploração mineral, cujos êxitos dependem grandemente da importação maciça de equipamentos fabricados no exterior.

Tais projetos, cuja responsabilidade cabe a empresas vinculadas a esse Ministério, poderão sofrer atrasos consideráveis em seus cronogramas, trazendo, a longo prazo, reflexos negativos para a economia nacional e limitando, assim, as pretensões de crescimento do País, até agora alimentadas pelo governo.

A crise no balanço de pagamentos

VEJA, 10 DE DEZEMBRO, 1975

Dizer que o Brasil escolheu a alternativa do balanço de pagamentos no lugar do crescimento é, na opinião de Simonsen, partir de um pressuposto que não existe. O raciocínio, que ele tenta inculcar a seus ouvintes nos últimos dias, é o de que "o modelo brasileiro — que não mudou, mas apenas procura adequar às novas situações — é um modelo de pragmatismo".

Nesse ponto, até críticos sistemáticos, como o economista Paulo Singer, estão de acordo com Simonsen quanto ao "curto-prazismo" do modelo brasileiro. Singer, ex-professor da Universidade de São Paulo, considera adequadas as medidas adotadas pela equipe de Geisel, embora lamente que o corte indiscriminado de 25% em todas as importações de órgãos governamentais possa afetar planos prioritários. Lamenta, igualmente, que os depósitos compulsórios de 100% sobre o valor em cruzeiros das importações, por 360 dias, onerem indiscriminadamente os projetos fundamentais à substituição de importações, equiparando-os com as compras de suprimentos. Para Singer, seria mais aconselhável o retorno à experiência do câmbio múltiplo, que vigorou nos anos 50, segundo ele, como instrumento engenhoso e de razoáveis resultados.

Desemprego — Embora as idéias que pressupõem contingenciamento, licenças ou cotas de importação, como qualquer reforma na política cambial, sejam encaradas com desconfiança pelas autoridades da área econômica, técnicos do próprio governo chegam a cultivar posição semelhante à de Singer. Carlos von Dollinger, por exemplo, economista do

Instituto de Planejamento Econômico e Social (IPEA), defendeu, em entrevista a Miriam Lage, de VEJA, no Rio, uma política cambial seletiva, com a venda de divisas a preços diferentes em função das prioridades da importação. "Na minha opinião, usar o depósito prévio de uma forma generalizada se constitui uma política penosa", disse ele. "A utilização de uma política cambial seletiva seria, a meu ver, o melhor caminho. Mas o governo tem acionado todos os instrumentos de que dispõe para reduzir as importações, exceto a política cambial. Certamente, a razão desse procedimento está ligada a um medo de que alterações nessa política venham a gerar problemas na conta de capital (ingresso de moedas sob a forma de empréstimos e investimentos)".

Ao mesmo tempo, Von Dollinger aponta algumas repercussões das medidas adotadas: redução da taxa de crescimento e impacto inflacionário gerado pela expansão dos meios de pagamento necessária ao cumprimento dos depósitos prévios para importação. No caso de o governo controlar o crédito — prevê oficialmente uma expansão de 20% nos meios de pagamento —, as empresas estrangeiras serão grandemente beneficiadas pela facilidade de contraírem empréstimos no exterior. Com as pequenas e médias empresas, as dificuldades de crédito levarão a uma fase acelerada de desnacionalização. Por último, o técnico do IPEA aponta a possibilidade de desemprego, "que ocorrerá fatalmente com a restrição dos meios de pagamento". Neste ponto, o governo parece estar consciente. Tanto no Ministério da Fazenda como na Secretaria de Planejamento da Presidência da República analisam-se as repercussões da queda de produção prevista em setores avançados da indústria — que serão atingidos pela redução das importações —, como os bens de consumo duráveis. Admita-se em Brasília, com franqueza, a ameaça de desemprego, o que está exigindo dos técnicos soluções que gerem ocupação,

para que o problema não atinja proporções intoleráveis. Nessa área, as preocupações do governo se encaminham para dois tipos de programas-relâmpago, embora o nível de mão-de-obra a ser beneficiado não exija qualificação: construção civil e estímulo à agroindústria.

O Banco Central está apressando planos de financiamento para o setor agrícola, de sorte a mobilizar os empresários que se sintam desestimulados nos centros industriais.

Otimismo — Para Simonsen e Veloso, o elenco de medidas agora anunciado é suficiente para equilibrar o balanço de pagamentos, garantir as reservas — 3,8 bilhões de dólares no fim do ano — e preservar um quadro de normalidade, principalmente nas atividades menos dependentes das exportações — calçados, têxteis, agricultura, construção civil, entre outras. "Ninguém pode garantir nada hoje", dizia Simonsen, mas, mesmo sem se aventurar a quaisquer previsões, seus assessores admitem um quadro bastante equilibrado no fim

do próximo ano, ainda que os ingressos de capitais não atinjam aos 5 bilhões de dólares do ano passado — a previsão é de 4 bilhões este ano, ainda que as exportações cresçam apenas 10%. Deve-se levar em conta ainda que o Brasil gastará 2,5 bilhões de dólares para amortizar sua dívida externa de 21,5 bilhões de dólares.

Assim, com base em tais previsões podem-se antecipar duas hipóteses (ambas otimistas) para o balanço de pagamento de 1976 (veja a tabela), bastante mais tranquilizadoras que os 7 bilhões de déficit deste ano. Restaria saber se será possível ao país obter 4 bilhões de dólares de recurso externo em 1976, quando os economistas americanos, reunidos na Conference Board's Economic Forum, em Washington, na semana passada, previam que os Estados Unidos entrarão no mercado internacional tomando empréstimos, juntamente com outros países industrializados, certamente melhores clientes que o Brasil, para quem os banqueiros internacionais a começar a elevar a comissão de risco (spread).

BALANÇO DE PAGAMENTOS

em milhões de dólares - previsões para 1976

	1ª HIPÓTESE	2ª HIPÓTESE
A — BALANÇA COMERCIAL (I — II)	zero	- 1 000
I — Exportações	10 400	10 000
II — Importações	10 400	11 000
B — CONTA DE SERVIÇOS	- 4 000	- 4 000
C — CONTA CORRENTE (A + B)	- 4 000	- 5 000
D — CONTA DE CAPITAL (a + b + c - d)	4 000	4 000
a — Investimentos diretos	1 000	1 000
b — Empréstimos em moeda	3 500	3 000
c — Financiamentos	2 000	2 500
d — Amortização da dívida	2 500	2 500
E — SALDO (D - C)	zero	- 1 000

Obs: Conta de Serviços e Contas de Capital, juros, assistência técnica e empréstimos em moeda estrangeira não são considerados.

CONSIDERAÇÕES SOBRE AS MEDIDAS

Visão, 22 de dezembro de 1975

Os críticos da política desenvolvida pelos ministros Reis Veloso e Mário Henrique Simonsen dividem-se entre aqueles que acham que o Governo estava mal informado quando garantia que o déficit do balanço de transações correntes seria menor que os 7 bilhões de dólares e os que acreditam que os ministros estavam conscientes da dimensão do problema mas preferiram tranquilizar a opinião pública e alguns escalões do próprio

Governo com declarações que, eles sabiam, seriam desmentidas posteriormente pelos fatos.

Estes mesmos dois ministros voltam a público com novas garantias de que a crise será contida com mais eficiência a partir das medidas restritivas adotadas pelas autoridades financeiras. Há condição para que suas declarações sejam levadas a sério desta vez?

Ao enumerar os prováveis efeitos das novas medidas no que diz respeito à restrição às exportações, economistas apontam dois principais: a desaceleração do crescimento e o aumento da pressão inflacionária interna. A desaceleração do crescimento da economia poderia ser explicada

pela relativa rigidez na pauta de importação de bens essenciais. A pressão inflacionária interna, por outro lado, seria uma decorrência das expansões dos meios de pagamento para financiar os depósitos e decorrente também da absorção dos custos financeiros vinculados a essas imobilizações forçadas no preço final dos produtos.

Os estímulos às exportações propostos pelo Governo são considerados por alguns técnicos dependentes, em parte, de fatores exógenos, como situação dos mercados, de eventos políticos e de aspectos tarifários. E a consequência desse elenco de condições necessárias para o real crescimento das exportações leva os mesmos especialistas a considerarem "du-

vídicos" os resultados dos estímulos governamentais. Da mesma forma, os programas de substituições de importações têm sido considerados "limitados e restritos a bens de capital".

Entre as alternativas que o Governo poderá adotar, no que diz respeito à restrição às importações, especialistas preocupam-se principalmente em que "não sejam sacrificados os programas estratégicos de substituição de importação, mas que se penalizem outros itens". Também se recomenda que sejam estimulados setores não dependentes de importação e de mão-de-obra intensiva, como a construção civil, têxteis, agroindústrias. Conceituados economistas ainda recomendam, com ênfase, que se evite a desnacionalização, "patrulhando severamente financiamentos de cinco anos".

AS DIVERGÊNCIAS NO MINISTÉRIO

Visão, 22 de dezembro de 1975

A falta de coesão no Conselho de Desenvolvimento Econômico tornou-se ostensiva a partir do momento em que transpiraram informações sobre as discussões travadas para a adoção de novas e mais rigorosas medidas tendentes a corrigir o desequilíbrio da balança comercial do país, como a extinção da isenção do imposto de importação para a maioria das matérias-primas e o corte de 25% nas importações das empresas estatais.

Após a reunião do CDE, no dia 4 deste mês, soube-se que o ministro da Fazenda, Mário Henrique Simonsen, só conseguiu ver consagradas suas propostas (não todas) em virtude da doutrina oficial segundo a qual a decisão cabe apenas ao presidente da República, cuja opção é terminante, devendo fazer cessar toda e qualquer divergência. Até aí, só escaparia ao figurino a revelação franca de que Simonsen enfrentou e venceu resistências dos ministros do Planejamento, Reis Veloso, da Indústria e do Comércio, Severo Gomes, e da Agricultura, Aylsson Paulinelli. Segundo a boa regra, todos estariam contentes e tranquilos, após a reunião, firmes na

sustentação do que foi definido e empenhados em sua execução. Não haveria nenhum ressaibo. Teríamos apenas a idéia do fortalecimento da posição do ministro da Fazenda junto ao comando, o que seria inteiramente natural — mesmo num Gabinete onde não se quer personalidade dominante — em face das dificuldades que atacam mais diretamente sua área.

No entanto, a demissão do coordenador da Assessoria Econômica do Ministério da Fazenda, Augusto Jefferson de Oliveira Lemos, a quem se atribuiu indiscrição politicamente intolerável, deixou os observadores com a impressão de que o confronto de opiniões dentro do Governo não ocorre exatamente como quer a doutrina. Sempre haveria uma sobre-ditriche que, à medida que se acumulava, aprofundava as diferenças entre os ministros.

A indiscrição não consiste apenas na afirmação de que todos os atos referentes ao desafio da balança comercial e resultantes daquela reunião do CDE nasceram de Simonsen e foram adotados pelo presidente contra a opinião dos demais ministros. Talvez isso bastasse para determinar o afastamen-

to de Augusto Jefferson, apesar da notória amizade que liga a Simonsen esse sobrinho do embaixador Roberto Campos. Talvez sim, talvez não. Intolerável, realmente, seria a informação de que o ministro da Fazenda não se conformara com a transferência para os ministérios das Minas e Energia, do Interior e da Indústria e do Comércio da competência para reduzir tributos federais — principalmente o imposto sobre produtos industrializados —, cuja administração sempre coube ao Ministério da Fazenda.

Simonsen teria oposto "veemente objeção" a essa mudança e, derrotado, se disporia a insistir na discussão, dentro de noventa dias, quanto a esse assunto e algumas outras matérias que não conseguiu aprovar.

Além disso, há o comentário, igualmente atribuído a Augusto Jefferson, de que a esta altura se deve prever para o próximo ano inflação de 20%, expansão monetária da mesma ordem e déficit comercial de 1 bilhão de dólares, caindo o índice de desenvolvimento para zero, com o malogro indifereável das metas (ou "indicações"), como quer o ministro Reis Veloso) do II Plano Nacional de Desenvolvimento. Tal comentário foi considerado verdadeiro "samba do crioulo doido" na Secretaria de Planejamento, onde não se escondia a irritação, mas de onde não partiu contestação, mesmo informal, que afirmasse a

possibilidade de retomar-se a curto ou médio prazo a chamada opção por altas taxas de desenvolvimento.

O fato é que, a partir dos últimos dias, já não se afirma preempatoriamente que não haverá reforma ministerial. Apenas se repete que o presidente não se submete a pressões, sendo o único juiz da conveniência e da oportunidade de realizar alterações em sua equipe, o que fará ou deixará de fazer segundo o seu exclusivo convencimento.

Isso já traz certo alento aos meios políticos, nos quais se generaliza o temor de que a crise econômica se sobreponha à crise política, que tende a precipitar-se de 1978, ano das eleições parlamentares e da sucessão dos governadores, para 1976, quando se realizarão as eleições municipais. Os esforços da Arena não conseguem modificar a expectativa de que a oposição vencerá as eleições municipais nos principais Estados, colocando desde logo o impasse decorrente da realidade revolucionária, que impede a alternância do poder, mesmo no plano estadual. Entende-se que a difícil situação do país — tendente ao impasse político dentro de uma conjuntura econômica adversa — tornaria necessária a recomposição do Ministério para a afirmação de uma política econômico-financeira nítida e a antecipação de reformas institucionais, ou pelo menos do preparo delas.

area oficial admite revisão do II PND

ESP-10-12-75

RIO — Apesar das afirmações em contrário do ministro João Paulo dos Reis Velloso, admite-se nas áreas oficiais que o governo terá que reverter o II Plano Nacional de Desenvolvimento, como forma de equilibrar o balanço de pagamentos e evitar que o comprometimento da economia baixe a níveis de recessão.

O que se ouve nessas áreas é que, se a situação econômica não chega a ser alarmante, deve, contudo, ser encarada de modo mais realístico, com base nos indicadores de que a crise mundial, ao contrário do que se previa ao início do ano, ainda está longe de sua total recuperação, criando dificuldades não só no que toca às exportações brasileiras como no que diz respeito às importações de bens de capital, cujos preços se elevam na razão direta da continuação da crise que se gerou a partir da alta do petróleo.

O conjunto de medidas adotado esta semana não será, segundo técnicos oficiais com desempenho na área econômica, suficiente para aliviar as pressões no balanço de pagamentos e reduzir os déficits comerciais e de conta corrente previstos para o próximo ano. Daí a necessidade do que se revela o II PND, eliminando-se os investimentos que, embora necessários, não chegariam a comprometer o processo de desenvolvimento, se suprimidos ou adiados.

Não se preconiza a elaboração de um novo plano ou uma nova edição revista do livro pelo qual se divulgou o II PND. Trata-se de promover um reexame das prioridades em cada setor, cortando o que, à luz de uma nova realidade que se expressa pelo prosseguimento da crise, se assemelhe ao supérfluo. Seria este o caso, por exemplo, do programa de telecomunicações, para o qual se prevêem recursos de 1 bilhão de dólares e que já agora caminha para uma excessiva sofisticada, sobretudo se comparado ao estágio de outras áreas e setores do País.

Outra medida que se prevê seria o reexame dos projetos que empresas estatais brasilei-

ras realizam associadas a grupos estrangeiros, numa atomização de investimentos que o País não poderia suportar. Ai, o que se cogita é a revisão das prioridades, de modo a concentrar os recursos nos projetos relacionados a setores prioritários, como o da siderurgia, e a acelerar a substituição de importações.

PREVISÕES FALHARAM

O que se defende nesses setores é uma avaliação mais realista do quadro econômico, ainda que isto implique medidas impopulares, que, de resto, mais cedo ou mais tarde terão de ser adotadas. O que deveria ter sido feito há um ano, de uma só vez, está agora sendo adotado em doses homeopáticas, contrariando o princípio, de Maquiavel, de que "o mal se faz de uma só vez e o bem se faz aos poucos". E isto sem que se possa dizer que as medidas restritivas anunciadas esta semana tenham sido as últimas e definitivas.

A verdade é que as previsões dos órgãos econômicos do governo falharam há um ano e continuaram a falhar ainda em julho, quando os sintomas da crise se tornaram mais evidentes e sensíveis. O déficit comercial, que se previa em julho em 2 bilhões de dólares, está sendo estimado agora em 3,7 bilhões de dólares e o déficit de conta corrente, previsto para 6 bilhões, elevou-se para 7, enquanto o índice das exportações, estimado em 10 bilhões de dólares, não superará os 9 bilhões.

Não se supõe que o crescimento econômico do País, no próximo ano, se situe a nível zero. Mas é certo que ele será bem inferior aos 5,5% alcançados este ano, embora se prevejam medidas de controle rígido dos meios de pagamento, para conter a inflação.

O que parece igualmente certo é que no início do próximo ano serão adotadas iniciativas para reduzir ainda mais o consumo de combustíveis, se não por via do racionamento direto, ao menos por via indireta, como, por exemplo, impondo dificuldades de estacionamento e circulação aos veículos particulares nos grandes centros urbanos, pelos quais se esvaem cerca de 70% do petróleo consumido no País.

veloso-prioridades e dependência

ESP-13-12-75

O governo do presidente Geisel não cogitou de prever para 1976 crescimento zero no País. (. . .)

"Há uma certa expectativa em relação a 1976 — acrescentou o ministro —, embora em todas as reuniões que temos feito com as diversas entidades de classe, aqui, em São Paulo, em toda a parte, com relação a 1975, sempre tenhamos colhido a impressão de que o ano foi aceitável (níveis de venda bons, níveis de emprego satisfatórios); mas há também um certo receio em relação a 1976.

"Por isso, é bom que se torne claro o que o governo pretende fazer. (. . .) O fato novo é que, de outubro para cá e, principalmente, na semana passada, o governo aprovou um conjunto de medidas muito mais fortes em relação à contenção das importações, com duas idéias básicas:

"1 — Nós, agora, desejamos preservar o alto nível de reservas que ainda temos. Para isso, devemos operar com a conta de comércio do balanço de pagamentos, se possível, equilibrada.

"2 — Não se quer deixar a impressão de que novas medidas deverão vir. A idéia é de que este instrumental é suficiente. A medida em que a situação for ficando aliviada, o governo poderá aliviar também os controles estabelecidos, sem abrir mão da opção de crescimento. Só que agora as prioridades do II PND, por assim dizer, se tornam ainda mais prioritárias. Ou seja: para crescer, não podemos continuar a nos basear naqueles setores que

nos deram altas taxas de crescimento até 1973. Em 74 e 75, já houve grandes mudanças em termos do perfil de setores da economia brasileira, quando foi dada ênfase muito maior em bens de capital, em insumos básicos, em programas de substituição de importações, e assim por diante".

Outra dependência

"É preciso, agora — contou o ministro do Planejamento —, levar até as últimas consequências a idéia de que temos de depender de outros setores para crescer. E principalmente daqueles poucos dependentes de importações. Daí, a grande ênfase em agricultura; no setor de construção e, aqui, especialmente, em indústria imobiliária; e em setores industriais tradicionais, que tenham um pequeno conteúdo de importações — indústria têxtil, alimentos, agroindústria e assim por diante.

"Realmente, temos de mudar a ênfase entre os setores, para continuar crescendo. E é essa a tarefa que cabe realizar em 1976. Ou seja: não se trata de reverter o II PND. Pelo contrário, trata-se de dar consequência às prioridades, às preocupações estabelecidas pelo II PND.

"Dissemos que se mantém a opção de crescimento, mas não a opção ligada a determinada taxa. No II PND não há vinculação a uma determinada taxa de crescimento, mas à idéia de se ter a mais alta taxa de crescimento que for possível, levando em conta as condicionantes do balanço de pagamentos e outras, como a da inflação.

geisel-medidas drásticas

TRELHO DO DISCURSO DE FIM DE ANO

JG-31-12-75

Em dias recentes, completando a progressividade que na matéria caracteriza a ação governamental, a conjuntura levou-nos a medidas ainda mais drásticas para contenção das importações, de modo a assegurarem-se perspectivas mais favoráveis ao próximo ano, quando se espera preservar nossas reservas internacionais, equilibrando a balança de comércio e melhorando a situação deficitária de nosso balanço de pagamentos.

Justo é reconhecer-se que o Governo soube resistir a reações prematuras de pânico, apesar de estimuladas pelos exemplos que de outras bandas nos vinham, com o prestígio de economias mais vigorosas e de gerentes de mestria e experiência indiscutíveis. Adotando somente agora essas últimas medidas, quando já se vislumbram sinais muito mais seguros de que a economia mundial, nos seus centros mais dinâmicos, começa a relançar-se confiante, podemos esperar seja menos prolongado, certamente menos imperioso e duro, o período de rigorosa dieta de importações a que esta submetida a economia nacional.

Ademais, ganhamos com isso dois anos de real crescimento — 1974, ainda com um índice elevado de quase 10%, e 1975, com um de-

crescimento anual.

sempenho menor, mas sem dúvida bastante favorável, de uma taxa superior à do aumento demográfico e traduzindo-se, portanto, em acréscimo da própria renda per capita, além de apresentar, em relação aos índices de agora, muitos deles negativos, dos países mais desenvolvidos do mundo, um diferencial ainda maior do que mesmo na extraordinária quadra dos 10% de

O Governo continuará atento para que sejam reduzidas ao mínimo as repercussões das medidas há pouco adotadas para contenção das importações, em particular estimulando determinados setores da economia, entre eles o de obras de engenharia e construção civil e outras que empregam muita mão-de-obra, as que independem, ou dependem pouco, de volumosas importações, e aquelas que apresentam boas possibilidades de exportação de seus produtos. Os recursos decorrentes dos depósitos restituíveis a que as importações se vêm obrigadas agora, vultosas que são, permitirão ao Governo expandir suas linhas de crédito, com seletividade, beneficiando especialmente a pequena e média indústrias — que têm maiores dificuldades em capital de giro — a agricultura e a pecuária.

BENEFÍCIOS AOS EXPORTADORES LIBERADO CREDITO DO ICM

ESP 2-12-75
Depois de uma reunião com os ministros do Conselho de Desenvolvimento Economico, o presidente Ernesto Geisel decidiu permitir que as empresas exportadoras utilizem os créditos acumulados do Imposto sobre Circulação de Mercadorias para dedução do valor do Imposto sobre Produtos Industrializados devido nas operações internas. A decisão será oficializada em decreto-lei a ser divulga-

do hoje e significa "um incentivo decisivo às exportações". Os exportadores passarão a contar com uma quantia adicional de 400 a 500 milhões de cruzeiros.

ENERGIA MAIS BARATA

ESP-13-12-75
O governo deverá estabelecer nos próximos dias uma tarifa especial de energia elétrica às indústrias cujos produtos são destinados à exportação. Além disso, está prevista a adoção de um sistema tarifário semelhante ao europeu, porém com características próprias, já que na Europa predomina a geração energética com o emprego de combustíveis sólidos, enquanto o Brasil utiliza principalmente a energia hidráulica.

deficit com eua aumenta 9 vezes

ESP-26-11-75
O intercambio comercial Brasil-Estados Unidos apresentou uma expansão de 220% no período 1970-74, passando de US\$ 1.499 milhões para US\$ 4.808 milhões. Em contrapartida, o deficit brasileiro aumentou quase nove vezes, crescendo de US\$ 147,7 milhões, em 1970, para US\$ 1.233 milhões, em 1974.

ano), as importações brasileiras de produtos dos Estados Unidos continuaram crescendo, ainda que de forma reduzida, passando de US\$ 1.413 milhões para US\$ 1.433 milhões, isto é, cerca de 1,5%.

A queda das exportações brasileiras, de acordo com fontes governamentais, deve-se principalmente à redução das vendas de açúcar e café para os Estados Unidos. Além disso, todas as vezes que um determinado produto começa a apresentar maiores possibilidades de penetração (calçados, têxteis, etc.), as indústrias ou os sindicatos trabalhistas norte-americanos pressionam, e o Departamento do Tesouro impõe cotas ou sobretaxas.

EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS EM 75

O GLOBO ☆ 27-12-75

As exportações brasileiras terão em 1975 uma das menores taxas de crescimento dos últimos anos, segundo dados divulgados ontem pela Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil (Cacex) referentes ao período janeiro-novembro e que deverão confirmar a tendência do ano todo.

As projeções oficiais indicam, com efeito, com base nos onze primeiros meses do ano, que 1975 registrará uma taxa de aumento do valor global das exportações do País de 8,3 por cento, contra 28,2 por cento no ano passado em relação a 1973; 55,3 por cento em 73 em comparação com 72 e 37,4 por cento em 72 face aos resultados de 1971.

As previsões oficiais no início deste ano indicavam que as vendas externas brasileiras em 1975 teriam um incremento de 25 por cento, em relação a 1974, devendo alcançar uma receita total de Cr\$ 10 bilhões.

Ao todo, de janeiro a novembro, porém, foram exportadas mercadorias no valor de US\$ 7 bilhões e 866 milhões, contra US\$ 6 bilhões e 989 milhões em idêntico período de 74. Em relação ao volume, verifica-se um aumento global de 17,1 por cento, com o embarque de 82,2 milhões de toneladas nos onze meses de 75, comparados com 70,2 milhões nos mesmos meses de 74.

O comportamento

O comportamento das exportações gerais nos onze

primeiros meses reflete a tendência de todo o ano, observando-se uma taxa de incremento em relação ao ano anterior bastante modesta e com concentração no valor e no volume em um número bastante reduzido de produtos.

Este ano, aliás, há uma característica muito particular. Nos últimos meses do ano, normalmente, se registra uma elevação no valor e no volume de mercadorias embarcadas para o exterior, em razão da concentração da comercialização das safras agrícolas (ainda determinantes nas vendas externas do País) ocorre a partir do segundo semestre (café, soja, milho e outros).

Os resultados do segundo semestre, e especialmente no último trimestre do ano, mostra queda acentuada nos valores e nos volumes embarcados. Assim, em outubro, o valor das exportações em 75 ficou em torno de US\$ 640 milhões, contra US\$ 741,4 milhões em 74 e US\$ 650 milhões em novembro, em comparação com US\$ 875,4 milhões no mesmo mês do ano passado. Em dezembro de 74 as mercadorias embarcadas para o exterior registraram um valor de quase um bilhão de dólares. No último mês deste ano, no máximo, se estima um total de US\$ 750 milhões.

Outro fato importante no comportamento das exportações brasileiras em 75 se relaciona com a excessiva concentração em valor e em volume em poucos produtos, sobretudo primários, invertendo uma

tendência que se observava nos últimos anos de uma razoável diversificação da pauta brasileira de exportações, com peso cada vez mais significativo para os manufaturados.

Assim, no total geral, observa-se, com base nos dados oficiais, que, em termos de valor, houve em 1975 uma concentração considerável nos produtos primários, especialmente agropecuários e minérios. Cinco produtos primários (soja, café, minério de ferro, açúcar e cacau), com efeito, totalizaram um valor aproximado de US\$ 4,2 bilhões para um total global de US\$ 7 bilhões e 866 milhões. Esses mesmos cinco produtos, aliás, em termos de valor, representaram mais de 90 por cento de todos os produtos pri-

mários exportados pelo País este ano.

Em termos de volume, a concentração ainda é bem maior, uma vez que do total geral (primários e industrializados) o minério de ferro representa 77,3 por cento da tonelage global embarcada (82,2 milhões), com 63,6 milhões.

Entre os manufaturados, igualmente, nota-se uma concentração considerável em poucos produtos, uma vez que de uma lista geral de 40 itens, alguns, somente, (calçados, máquinas, caldeiras, aparelhos e instrumentos mecânicos, material de transporte e máquinas e aparelhos elétricos, seus pertences e acessórios) representaram 35 por cento do total.

Pauta brasileira de exportação (principais produtos) comparativa:

	US\$ 1.000		Tonelada	
	1975	1974	1975	1974
Total geral ..	7.866.061	6.989.792	82.230.926	70.224.772
Açúcar (1) ..	1.070.463	1.163.875	1.644.406	2.036.453
Soja (2)	1.207.625	796.849	6.209.457	4.318.131
Café (3)	817.623	887.263	732.273	652.529
Min. de ferro	800.273	508.010	63.585.338	53.036.556
Cacau (4) ...	256.002	281.306	180.962	145.526
Calçados	146.113	110.547	24.532	20.147
Máquinas e apar. elét. seus pertences e aces.	139.821	160.671	15.436	17.544
Máquinas, caldeiras apar. e instr. mecânicos	227.725	132.405	81.343	55.392
Material transporte	282.169	161.748	148.881	88.297

1) Demerara, cristal e refinado; 2) em grão, farelo e óleo; 3) em grão e solúvel; 4) em amêndoa e manteiga. Fonte: Cacex/Banco do Brasil.

PERSPECTIVAS DA SIDERURGIA

O Instituto Brasileiro de Siderurgia (IBS) acaba de publicar alentado trabalho sobre este assunto, sob o título *Subsídios para a Definição da Política de Expansão da Indústria Siderúrgica Brasileira*. Trata-se de estudo bastante minucioso e objetivo, no qual se procura mostrar que a indústria nacional tem condições — desde que sejam tomadas certas medidas adequadas — de enfrentar o desafio que se lhe depara e, até, sem recorrer a solução inflacionista como seria, por exemplo, a instituição de um empréstimo compulsório, que oneraria os consumidores finais de aço.

Para avaliar-se a importância dos recursos a serem mobilizados, isto é, o valor dos investimentos necessários, convém, em primeiro lugar, traçar uma projeção da demanda. Essa projeção foi apresentada pela Tecno-

metal no início do ano, em relatório chamado "MBA 3" (Mercado Brasileiro de Aço, 3.ª edição).

Em seu trabalho, o IBS calculou em 7% ao ano o crescimento do PIB, o que corresponde a um crescimento de 10% ao ano na demanda de aço. Por outro lado, enquanto o Consider levava em conta a necessidade de se ter, entre a produção e o consumo, uma margem de 20%, o IBS admitiu a limitação da capacidade ociosa a apenas 10%. À luz desta reformulação, a capacidade instalada de laminados, que era de 6.862 mil toneladas em 1974, deveria chegar a 15.065 mil em 1980 e a 24.264 mil em 1985. Nota-se que há sensível redução relativamente às necessidades calculadas pelo Consider na base do "MBA 3": 20.287 mil toneladas em 1980 e 37.176 mil em 1985.

Mesmo levando-se em con-

ta esta redução das necessidades, o aumento da capacidade de produção (de 8,7 milhões de toneladas em lingotes, em 1974, para 30,9 milhões, em 1985) dependerá de um investimento bastante importante: US\$ 11 bilhões no período 1975-80 (na base de 1 US\$ — Cr\$ 8,07) e US\$ 25,9 bilhões no período 1975-1985. Ora, segundo o esquema do Consider, os investimentos necessários teriam montado, respectivamente, a US\$ 18,2 bilhões e a US\$ 46,3 bilhões!...

O problema é saber como dispor de recursos que, para o período 1975-1985, devem elevar-se a Cr\$ 209.283 bilhões. O IBS considera que este desafio pode ser arrostado desde que se tomem medidas adrede. A primeira seria a revisão dos preços, sobretudo os dos produtos não-planos, que deveriam ser mais realistas, a fim de que a margem de lucros pos-

ESP-24-11-75

sa gerar novos recursos. O IBS considera que todos os lucros distribuídos poderiam ser de novo aplicados, sob forma de aporte de capital. Os investimentos, porém, na proporção de 60%, terão de ser financiados mediante empréstimos. Aqui, o IBS sugere uma fórmula original para se angariar os recursos necessários.

A fórmula é simples: o governo federal e os governos estaduais permitiriam, durante dez anos, que as empresas siderúrgicas que planejassem expandir-se retivessem, sob forma de empréstimos, todas as receitas de imposto (Renda, IPI, ICM) que gerariam nesse período. Calcula o IBS que, de 1975 a 1980, a indústria siderúrgica geraria o equivalente a US\$ 6,8 bilhões em impostos e, de 1975 a 1985, o equivalente a US\$ 16,2 bilhões. Tais recursos quase cobririam as necessidades de empréstimos.

CARAJÁS E AS MULTINACIONAIS

SÃO LUIZ — Os novos estúdios da Amazonia Mineração — AMZA — em fase final de negociações, contém uma cláusula, já aceita pelos sócios norte-americanos, japoneses, ingleses e espanhóis do projeto Carajás, segundo a qual, na hipótese de um desentendimento irremediável em torno de alguma questão vital para a Companhia Vale do Rio Doce, esta ad-

quirirá as ações do grupo dissidente, por preços ajustados na ocasião e prazos de pagamento razoavelmente elásticos. Este dispositivo contratual permitirá à CVRD, numa eventualidade, indenizar seus quatro sócios e ficar sozinha no empreendimento.

Vivacqua explicou que a concordância dos sócios estrangeiros da Vale em Carajás, com

a "cláusula do impasse" não resultou de uma "magnanimidade das multinacionais, e sim de um novo pragmatismo que elas estão seguindo em suas negociações". Contestadas em todo o mundo, a partir de seus países de origem, como os Estados Unidos, as empresas multinacionais pretendem agora mudar seu "fócio", mesmo em países que oferecem pequenos ris-

ESP-9-12-75

cos políticos, como o Brasil.

Assim é que — explicam os técnicos da Vila que estiveram negociando com os sócios estrangeiros — as multinacionais introduziram entre seus executivos negociadores que são verdadeiros diplomatas, possuidores de uma ampla visão política e capazes de avaliar todos os riscos que envolvem um empreendimento.

GEISEL - EQUILIBRIO ENTRE NACIONAL E ESTRANGEIRO

É a seguinte a íntegra do discurso do presidente Geisel: "É de inegável oportunidade a realização deste I Congresso Brasileiro da Indústria Elétrica e Eletrônica que hoje se instala.

A Indústria Elétrica e Eletrônica que, até 1974, apresentou taxas de crescimento dentre as mais altas, no setor industrial — sendo 20% a média no período 1970/74 — tem estado na vanguarda do processo de diversificação e de avanço tecnológico da indústria brasileira.

Sua significação bem se avalia quando se considera o valor da produção, o qual, em 1974, é estimado em 26 bilhões de cruzeiros.

É relevante salientar que a Indústria Elétrica e Eletrônica tem sido — e muito importa que continue a ser — campo de atuação da iniciativa privada que, tanto nacional como estrangeira, tem sabido promover seu desenvolvimento, inclusive do ponto de vista tecnológico.

Área, como dissemos, da iniciativa privada, é importante que, no setor, se verifique razoável equilíbrio entre o capi-

tal estrangeiro e o nacional. Este último deve ter papel ativo e oportunidade de expansão.

É oportuno referir algumas definições que a atual política econômica considera apropriadas para a Indústria Elétrica e Eletrônica, principalmente no estágio relativo ao II PND.

No tocante a Equipamentos e Máquinas, o Governo, recentemente, baixou determinação pela qual os órgãos governamentais só adquirirão bens de capital importados se não houver similar nacional.

A medida, das mais importantes adotadas na história do setor, constitui uma demonstração a mais de que o atual Governo realmente deseja a indústria interna de equipamentos e máquinas, participando em escala elevada e, quando possível, preponderante, de todos os grandes programas de investimentos governamentais incluídos no II PND.

Outrossim, deve ser ressaltada, para a área de bens de capital, a necessidade de relativa especialização que, através da Finame, da Eletrobrás e de todos os agentes governamentais envolvidos, se preten-

de consolidar, na produção de equipamentos. Indispensável é que haja certo grau de competição, na produção de cada tipo de equipamento ou máquina, mas não deve haver excessiva proliferação de produtores, como às vezes acontece, e que conduz a baixos índices de nacionalização de componentes, para tais produtos.

O próximo estágio deve ser de consolidação da indústria já existente, particularmente para assegurar-lhe produtividade e escala de operação. Nesse sentido, no âmbito do CDE, foram definidas diretrizes destinadas a evitar acumulação de capacidade ociosa, nas categorias de produtos com demanda já atendida e, em geral, fortalecer as empresas já instaladas no País.

Na oportunidade em que a Indústria Elétrica e Eletrônica, pela primeira vez, se reúne em congresso nacional, cabe destacar que aos empresários do setor, em coordenação com os órgãos do Governo, principalmente na área do MIC, está reservada importante missão, nos próximos anos: a ativação do processo de substituição de importações, principalmente

ESP-28-11-75

com relação a componentes, para os bens de capital e os bens de consumo duráveis.

Em levantamento recente da Cacex, para 35 empresas do setor, que em 1974 importaram cerca de US\$ 860 milhões, somente US\$ 70 milhões correspondiam a equipamentos. O restante era de matérias-primas e, notadamente, partes e peças para montagem ou reposição.

Isso mostra como são ainda amplas, muito amplas mesmo, as oportunidades de substituir importações nesse campo. Governo e empresa têm, aí, uma grande área de cooperação que não só proporcionará nova fonte de crescimento para a indústria mas também uma oportuna contribuição para o esforço nacional de economia de divisas.

As necessidades de investimento da Indústria Elétrica e Eletrônica, entre 75 e 79, são vultosas. Que esse investimento se realize e tenha em vista, principalmente, substituir importações e promover exportações, pois para isso não faltam à indústria as condições fundamentais.

SEVERO - POLITICA SALARIAL MAIS JUSTA

J8-17-12-75
O Ministro falou em seguida sobre os problemas que vem encontrando a indústria têxtil — que ele conhece bem com sua experiência de empresário.

— O consumo per capita de têxteis no Brasil é baixíssimo, afirmou, e é essa limitação do mercado que está atrás das dificuldades do setor. Ora, não é dando mais recursos à empresa, ou perdoando seus impostos, que o Governo vai conseguir ampliar o mercado. Pelo contrário, quando praticada em excesso, a política de incentivos leva à concentração de renda e a uma estagnação ainda maior do consumo de bens de consumo popular, como os têxteis. Para terminar de uma vez com o estrangulamento do setor o que se precisa é de uma política salarial mais justa.

DESESTATIZAR é DESNACIONALIZAR

ESP-24-12-75

O ministro Severo Gomes, da Indústria e do Comércio, afirmou ontem que o aumento da campanha a favor da desestatização contraria os interesses do País, uma vez que "desestatizar, hoje, seria desnacionalizar". Explicou que, como os capitais privados brasileiros não têm condições de participar do processo, "o movimento pela desestatização é exatamente uma campanha de desnacionalização".

Para o ministro, a participação do Estado na economia é muito menor do que as estatísticas afirmam. Isso porque, segundo ele, as estatísticas incluem investimentos no setor de serviços públicos, como transportes, água e esgotos, cujo volume dá uma ideia errônea da participação estatal.

Lembrou ainda que houve, neste ano, a preocupação do governo de controlar a expansão das empresas estatais. A criação de novas subsidiárias e até mesmo a expansão da produção passaram a depender diretamente da aprovação do presidente da República. A injeção de novos recursos públicos foi limitada e, por fim, as empresas estatais foram obrigadas a pagar Imposto de Renda.

Admitiu, contudo, que o Estado poderá ingressar em novos setores de atividade, onde a iniciativa privada se mostre desinteressada ou impossibilitada de participar. Como exemplos, citou a área nuclear — "Tenho a impressão de que ninguém criticou a Nuclebrás por ser estatal" — e o setor siderúrgico, onde "as usinas

eram deficitárias e o Estado investiu com prejuízo para preparar o futuro". Também na geração de energia elétrica, nos transportes, no crédito rural, segundo o ministro, a iniciativa privada não poderia assumir os riscos que as empresas estatais assumiram.

O ministro Severo Gomes considerou "injustas" as críticas que os industriais do setor de bens de capital vêm fazendo ao governo, no sentido de que falta estímulo para a expansão. "Os empresários não se lembram do que aconteceu no passado e do que vem acontecendo nos últimos meses, com financiamentos privilegiados, incentivos fiscais etc. Nunca houve um governo que estimulasse tanto esse ramo industrial quanto o atual", disse ele.

MULTINACIONAIS: MAIOR PARCELA DA DÍVIDA

TRELHO DE ENTREVISTA DO DEPUTADO A. FURTADO SOBRE CPI DAS MULTINACIONAIS

Pergunta: A Comissão Parlamentar de Inquérito chegou a determinar, realmente, a importância quantitativa e qualitativa do capital estrangeiro no Brasil?

Resposta: A importância quantitativa do capital estrangeiro foi razoavelmente definida. Mas o próprio governo não está munido dos meios necessários para a identificação do capital estrangeiro nos diversos setores da economia brasileira. O ministro da Indústria e do Comércio, sr. Severo Gomes, pensa fazer este quadro e apresentá-lo no seu depoimento. Contudo, não nos forneceu ainda esta preciosa ajuda. A Comissão Parlamentar de Inquérito, trabalhando sobre dados do Banco Central, pode avaliar os aspectos qualitativos da situação do capital estrangeiro no Brasil. Fizemos um apanhado das dez maiores empresas no setor de indústrias de transformação e verificamos uma realidade que ainda não foi analisada por ninguém. Estas dez empresas identificadas — Volkswagen, Rhodia, Esso, Firestone, General Electric, Souza Cruz, Johnson & Johnson, Anderson Clayton e Light — durante toda a sua existência no Brasil, investiram 98,8 milhões de dólares e remeteram para o exterior, em apenas 10 anos, 774,5 milhões de dólares, deixando, assim, aparecer um saldo negativo de aproximadamente meio bilhão de dólares. Este é um dado que eu considero importante, pois com isto podemos medir a sangria permanente do capital nacional para o exterior e, igualmente, verificar os lucros em curva ascendente das empresas em questão, que são citadas como amostra necessária para a avaliação à qual nós procedemos.

A Volkswagen, por exemplo, representa um investimento no Brasil de 119,5 milhões de dólares. E já remeteu para o exterior 70 milhões de dólares. Rhodia, que investiu 14,3 milhões de dólares durante toda sua existência no Brasil, já remeteu, no decorrer dos últimos dez anos, 108,7 milhões de dólares. Esso, que não investiu no Brasil, durante toda a sua existência, mais que 1,8 milhões de dólares — eu digo bem, 1,8 milhões de dólares durante toda sua existência — já remeteu ao exterior 44,5 milhões de dólares em apenas 10 anos, período escolhido para a amostragem à qual me refiro. Se tomamos a situação da Firestone, por exemplo, que durante toda a sua existência no Brasil investiu 4,5 milhões de dólares, já remeteu, em apenas 10 anos, 48,1 milhões de dólares. Souza Cruz, que durante toda sua existência no Brasil investiu 2,5 milhões de dólares, já remeteu 81,3 milhões de dólares em apenas 10 anos. Anderson Clayton, que durante toda sua existência no Brasil investiu 1,4 milhões de dólares, em apenas 10 anos já remeteu 16,8 milhões de dólares. E assim por diante.

Esta avaliação qualitativa que dá a nossa amostragem para os setores da mais destacada importância industrial mostra que se obtém lucros exorbitantes.

Quanto ao reinvestimento — e o reinvestimento é um capital nacional adquirido pela empresa — Rhodia, por exemplo, investiu 14,3 milhões de dólares do seu capital introduzido no Brasil e reinvestiu 108,7 milhões de dólares. Isto é, ela ganhou em 10 anos quase dez vezes mais do que investiu.

Pergunta: A Comissão Parlamentar de Inquérito conseguiu avaliar o papel das multinacionais na nossa dívida externa?

Resposta: A dívida externa do Brasil é mais da responsabilidade das multinacionais que de qualquer outro setor. Quem mais deve em nome do Brasil, são as multinacionais instaladas no Brasil. Este é um outro aspecto, e dos mais sérios, citado no nosso relatório. Citamos o caso da General Motors, que, com um capital investido de 35 milhões de dólares e um reinvestimento de 40 milhões, deve 200 milhões de dólares, o que corresponde aproximadamente a 1% da dívida externa do Brasil.

DIAL-nº 269-Paris, 18/12/75

80 MILHÕES DE HECTARES INCULTOS!

Uma análise da oferta e demanda de terras no Brasil demonstra que existem 80 milhões de hectares de áreas aproveitáveis não explorados, dos quais 81% estão em latifúndios ou em terras mantidas com objetivos especulativos. Um estudo realizado pelo Ministério da Agricultura, com apoio da FAO, conclui que, "surpreendentemente, o Brasil não tem um organismo central encarregado de avaliar os recursos do solo para fins agrícolas e estudar o seu uso racional e sua conservação, pois eles são estudados, usados e abusados de forma descoordenada e indisciplinada".

O estudo afirma que, "de modo geral, impressiona a grande quantidade de terra que o Brasil possui para a expansão de sua agricultura. Porém, a situação fundiária e o costume de deixar a terra por longos períodos em descanso, a fim de recuperar a capacidade produtiva, são dois fatores de restrições que podem limitar uma espontânea expansão da fronteira agrícola". Os técnicos afirmam, também, que "nos últimos anos, o problema da erosão de solos no Brasil está aumentando de forma alarmante" e citam, por exemplo, que só no Rio Grande do Sul 65% das áreas disponíveis para as culturas de trigo e soja necessitam de conservação intensiva.

Aproveitamento do solo

Para a elaboração da análise da oferta e demanda de terra no Brasil, os técnicos dividiram o País em seis regiões: Norte, Nordeste I (Maranhão, Piauí e Bahia), Nordeste II (os demais Estados nordestinos), Sudeste, Sul e Centro-Oeste. Além disso, os tipos de solos foram classificados em: aptos para lavouras temporárias e permanentes; aptos somente para lavouras temporárias; aptos somente para lavouras permanentes; e não aptos. Essa denominação de aptos refere-se a solos que permitem o emprego de técnicas tradicionais, os quais representam apenas 6,5% do território.

O estudo demonstra que os solos aptos para a agricultura tradicional são muito limitados. Em muitos Estados, a área ocupada com lavouras, em 1972, já era superior às áreas aptas para agricultura tradicional e mesmo agricultura avançada (maioria dos Estados do Nordeste). No Nordeste II, por exemplo, há poucas perspectivas para aumentar a produção agrícola baseada unicamente na aptidão dos solos.

Classificação

Os Estados podem ser classificados em três grupos, segundo a relação entre a área atualmente ocupada com culturas e a área apta para culturas com tratamentos avançados:

A) Estados com boas perspectivas a longo prazo para expansão de área cultivada — os da região Norte (com exceção do Amapá), Maranhão, Piauí, Bahia, Mato Grosso e Goiás; B) Estados com perspectivas a curto e médio prazo para expansão da área cultivada — Sergipe, Alagoas, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul; C) Estados com poucas perspectivas de aumento da área cultivada (tanto para tratamentos tradicionais como para tratamentos avançados). Isso significa que não têm perspectivas de expansão da área cultivada, com a adoção de técnicas avançadas. É mais provável que esta mudança resulte numa redução da área total com lavouras — Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e São Paulo.

Uma das razões do maior desenvolvimento agrícola em alguns Estados é a presença de altas percentagens de solos bons em relação a uma área total. São Paulo apresenta um percentual de 43 por cento; o Paraná, 32 por cento; e Sergipe, 23 por cento. Outros possuem uma percentagem mínima, como o Rio de Janeiro, 2 por cento; Pará, 1,3 por cento; e o Amapá, zero.

Os levantamentos realizados pelos técnicos do Ministério da Agricultura e da FAO indicam que nas regiões Norte, Centro-Oeste e Meio-Norte (Maranhão e Piauí), onde se encontra a maioria das áreas novas para a expansão da fronteira agrícola do País, 51,89 por cento só terão aproveitamento regular com técnicas avançadas de cultura; 37,93 por cento, um aproveitamento com técnicas de transição (adubação sem mecanização); e 1,45 por cento, aproveitamento com tratamentos tradicionais. Entretanto, mesmo com técnicas avançadas, apenas 4,02 por cento terão aproveitamento agrícola considerado bom. Os percentuais que indicam aptidão regular representam uma grande área, em virtude da extensão territorial dessas regiões, "mas infelizmente a distribuição dos solos com aptidão boa ou regular nem sempre coincide com a atual distribuição de população no meio rural e com o suporte de infraestrutura básica".

O minifúndio ocupa 32 por cento das áreas com lavouras temporárias e 24 por cento com lavouras permanentes. O latifúndio ocupa 49 por cento das áreas com lavouras temporárias e 58 por cento com lavouras permanentes. Consequentemente, aumentos significativos nos rendimentos por hectare, a curto e médio prazos, requerem grandes esforços no sentido de aumentar o rendimento médio por hectare do minifúndio e do latifúndio.

Sabe-se que a fertilidade das terras dos minifúndios é razoável, em comparação com a mé-

dia do País. Porém, estes solos têm sofrido forte desgaste, devido à técnica empregada e ao prolongado uso sem a devida restituição ao solo dos elementos nutritivos.

O rendimento

Aumentos no rendimento médio por hectare, numa agricultura semelhante à brasileira, que expande fortemente suas fronteiras agrícolas a cada ano, são muito lentos porque, de um modo geral, as novas áreas absorvidas são menos férteis. Das dez principais culturas brasileiras (café, arroz, milho, cana, feijão, mandioca, algodão, trigo, laranja e soja), somente seis obtiveram aumento de produção por hectare entre 1947/1951 e 1969/73 (café, milho, cana, mandioca, algodão e trigo). Culturas como a soja e o arroz expandiram muito as suas áreas, mas a produtividade caiu. O cacau e a batata aumentaram a produtividade, porém essas não estão entre as dez principais culturas.

Os técnicos apontam que é comum os agricultores deixarem a terra em descanso após um período de cultivo, utilizando-as como pastagens ou, simplesmente, abandonando-as. O censo agropecuário do Brasil (IBGE), de 1970, traz informações sobre essas áreas em descanso. Contudo, até agora só foram publicados dados sobre quatro Estados (Goiás, Rio Grande do Norte, Espírito Santo e Distrito Federal), o que não reflete a situação brasileira, visto que somente o Estado de Goiás tem algum significado na produção agrícola nacional.

Essas terras aproveitáveis não exploradas, dentro das propriedades rurais, atingem 80 milhões de hectares, o que é bastante significativo para a expansão da fronteira agrícola, pois apresentam a melhor opção para um rápido aumento da produção a menor custo, comparado com o da ocupação de novas áreas de baixa fertilidade que se encontram na região central (cerrados) e ao Norte, onde não existe infraestrutura adequada para a exploração agrícola em bases comerciais. Nos latifúndios encontram-se as principais reservas de terras para essa expansão, pois eles detêm 81 por cento dessas terras aproveitáveis e não exploradas.

Existem grandes variações na relação entre os solos aptos para lavoura (tratamentos avançados) e as terras classificadas como aproveitáveis não exploradas. O Nordeste II tem maior número de terras aproveitáveis não exploradas do que o total de solos aptos para a lavoura, enquanto que nas regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste esta relação gira em torno de 50 por cento, sendo, no Brasil, de 30 por cento.

O problema se agrava, quando se relacionam as terras apro-

veitáveis não exploradas localizadas em latifúndios por exploração (a área sem exploração, não importando sua dimensão) com as áreas aptas para culturas. Neste caso, o Nordeste II tem 2,07 vezes mais terras aproveitáveis não exploradas em latifúndio do que o total de terras aptas para culturas.

Distribuição das áreas

A distribuição das áreas exploradas, inaproveitáveis e aproveitáveis não exploradas varia conforme a situação fundiária. Em média, no Brasil, a área explorada da empresa rural representa 85,1 por cento de sua área total, o minifúndio tem 64,6 por cento e o latifúndio 54,2 por cento. Com relação à área inaproveitável, o minifúndio detém o maior percentual sobre a área total: 13,7 por cento. O latifúndio tem 10,6 por cento e a empresa rural 7,2 por cento.

Das áreas exploradas, cerca de 50 por cento são destinadas a pastagens (42 por cento nos minifúndios e 54 por cento nos latifúndios). Além dessas áreas de pastagens, existem áreas denominadas de pastoreio temporário que, no latifúndio, representam 22 por cento das áreas exploradas. O minifúndio tem 37 por cento de sua área explorada em lavouras, a empresa rural 22 por cento e o latifúndio 12 por cento.

Embora a empresa rural explore 85,1 por cento de sua área total, quando poderia explorar no máximo 87,5 por cento e o latifúndio, que poderia explorar 78,7 por cento explora 54,2 por cento, existem grandes áreas dentro das propriedades passíveis de incorporação à cultura, como as terras aproveitáveis não exploradas, e outros milhões de hectares que poderiam ficar disponíveis, se as pastagens fossem melhoradas.

Balanco de terras

A área colhida atualmente no Brasil, com cultura temporárias e permanentes, é de 37 milhões de hectares. Seguindo a tendência observada entre 1959-63 e 1969-73, a área colhida no Brasil seria de 46 milhões de hectares em 1979. Contudo, com as estimativas das taxas de crescimento da demanda interna e das exportações, acrescidas das hipóteses de aumento de produção por hectare (otimista e pessimista), a área colhida em 1979 estaria entre 52 e 62 milhões de hectares.

A análise faz um balanço de oferta e demanda de terras para as lavouras, em 1972 e 1979. O objetivo do balanço de terras é avaliar a disponibilidade (oferta) dos solos aptos para os vários tipos específicos de utilização, face à previsão da demanda de produtos agrícolas em determinados períodos.

A disponibilidade (saldo do balanço) brasileira de solos

aptos para culturas temporárias e permanentes, em 1972, atingia a 184 milhões de hectares. Isto equivale a 5,4 vezes a área com culturas temporárias e permanentes nesse ano. Além desta reserva, exist-

te o saldo de 95 milhões de hectares aptos para culturas permanentes e o saldo de 320 milhões de hectares de solos não aptos para culturas temporárias e permanentes. Entretanto, mudando os tratos

culturas de tradicional para avançado ou transicional (adubação sem mecanização), elevada percentagem desses 320 milhões de hectares poderia ser classificada como apta. Isto permite concluir que no

Brasil, como um todo, o fator terra dificilmente será limitante para expansão da área cultivada. Existem fatores que diminuem esta disponibilidade, que poderão, entretanto, ser removidos.

ESP30/11

11 ANOS DE ESTATUTO DA TERRA

Considerado por muitos como a mais perfeita legislação sobre reforma agrária e política agrícola no mundo, exatamente 11 anos depois de sua vigência o Estatuto da Terra só é lembrado quando da cobrança do Imposto Territorial Rural — o ITR. Ou então pelos sindicatos de trabalhadores rurais, que originalmente deveriam ser seus maiores beneficiários.

De 30 de novembro de 1964 até hoje, um número incrível de leis, decretos e portarias acabou por complicar e desca- racterizar o Estatuto, sancionado pelo então presidente Castello Branco, de tal maneira que sua aplicação tornou-se praticamente inócua ou inviável.

A primeira grande distorção ocorreu em 1970, com o Decreto n.º 1.110, que fundiu o INCA e o IBRA, resultando no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, o INCRA. Os técnicos reconhecem que a fusão era inevitável, mas o problema é que se transferiu para o INCRA a responsabilidade executiva, quando ele deveria apenas promover e coordenar a execução da reforma agrária, como previa o Estatuto da Terra, para que todos os organismos governamentais estivessem envolvidos num único objetivo. Essa mudança provocou o estrangulamento da reforma, porque o novo órgão não tem os recursos, a agilidade e a força política necessários. A segunda grande distorção veio em 1971, com o Proterra, apontado como "um retrocesso em termos institucionais".

No livro "O Governo Castello Branco", Luiz Vianna Filho lembra, no capítulo "A reforma e a política agrária", alguns momentos da luta que o presidente Castello Branco foi obrigado a enfrentar para ver aprovado pelo Congresso a Lei n.º 4.504, que dispõe sobre o Estatuto da Terra (...)

"Para isso — continua — o primeiro passo fora a Emenda Constitucional n.º 10, que não somente atribuiu à União competência privativa para decretar impostos sobre a propriedade territorial rural, permitindo assim uniforme tributação contra o latifúndio improdutivo mas também restringiu ao latifúndio, "como tal conceituado em lei", quando situado em zonas prioritárias, a desapropriação, mediante pagamento em títulos de dívida pública com correção monetária, resgatáveis em 20 anos. Foi o sedativo para os que viam na reforma a extinção do di-

reito de propriedade, ao mesmo tempo em que não se permitia o latifúndio improdutivo", transferiu para o INCRA a responsabilidade executiva.

Para o deputado Amaury Muller (MDB-RS): "Nada melhor que os dados estatísticos para demonstrar que o Estatuto da Terra não passou de simples providência legal, sem eficácia prática". O presidente da Contag, José Francisco da Silva, durante a inauguração da sede da entidade, proferiu o seguinte discurso: "Somamos cerca de 11 milhões e 400 mil famílias de trabalhadores rurais distribuídos entre um milhão e 200 mil assalariados permanentes; seis milhões e 800 mil assalariados temporários; 500 mil arrendatários e parceiros; 2 milhões e 400 mil pequenos proprietários; e 500 mil posseiros, segundo dados do recadastramento realizado pelo INCRA em 1972. Os números frios da estatística já nos preocupam, na medida em que os comparamos com o catastramento de 1967. Em apenas cinco anos verificamos que diminuiu o número de pequenos proprietários, diminuído, também, o número de parceiros e arrendatários. Muitos trabalhadores perderam a garantia de um emprego permanente, ao mesmo tempo em que praticamente duplicou o número de assalariados permanentes".

"Comparando a situação dos dados fornecidos pelo censo de 1970 com os de 1960 — afirma Amaury Muller —, chega-se à conclusão de que pouco ou quase nada foi alterado. Alguns dados são impressionantes e até esterrecedores. Entre 1960 e 1970, em todo o país, as propriedades com menos de 10 hectares foram as que mais surgiram dentro da estrutura fundiária brasileira, crescendo, entre um centro e outro, nada menos do que 69,9 por cento. Ainda mais: desagregando esse valor, chega-se à conclusão de que a subdivisão mais acentuada ocorreu entre os imóveis com área inferior a um hectare, cujo número cresceu 87,4 por cento. Estamos diante, portanto, de uma extrema subdivisão minifundiária, fenômeno que ocorre sob a égide do Estatuto da Terra, criado exatamente para promover a gradual extinção do minifúndio".

Para possibilitar a edição do Estatuto da Terra, a primeira providência do presidente Castello Branco foi propor ao Congresso a Emenda Constitucional n.º 10. A vitória não foi fácil, porque alguns políticos da época tomaram uma posi-

ção totalmente contrária. A emenda foi encaminhada ao Congresso em 20 de outubro. Seu objetivo era "possibilitar em termos de eficiência a legislação da reforma agrária, sem lesão aos princípios fundamentais da ordem jurídica e sem sobressaltos de sentimentos democráticos da opinião pública e para os interesses legítimos do meio rural".

(...) Das alterações a mais importante é a introdução do Parágrafo 1.º no Artigo 147, pois permitiu que o governo promovesse a desapropriação da propriedade territorial rural, mediante pagamento de prévia e justa indenização em títulos especiais de dívida pública, com correção monetária, resgatáveis no prazo máximo de 20 anos".

Estava aberto o caminho para a efetiva aplicação do Estatuto da Terra. Mas como qualquer lei, a reforma agrária pretendida dependia da sua execução. "Dá a lei — dizia o ditado paulista — quando é legitimamente executada". Contudo, na prática, aconteceu que a lei foi mal aplicada, pois não chegou nem mesmo a ser totalmente regulamentada, dificultando a sua execução. Com isso, não foram instituídos o Fundo Nacional de Reforma Agrária e as Comissões Agrárias, da qual participariam representantes dos trabalhadores proprietários rurais.

Em 1969, no dia 25 de abril, o presidente Costa e Silva, concluindo que a reforma agrária continuava emperrada, e aproveitando-se do recesso parlamentar, baixou o Ato Institucional n.º 9, modificando a Constituição de 1967, que mantinha as emendas propostas por Castello Branco em 1964 (...)

Essa intervenção, com base num poder discricionário, manteve confuso o espírito da emenda proposta por Castello Branco, ou seja, continuou inalterada a decisão de promover as indenizações com títulos especiais de dívida pública.

Entretanto, a situação permaneceu inalterada e foi agravada com a retirada do IBRA da esfera da Presidência da República, passando a ficar subordinado ao Ministério da Agricultura, perdendo consequentemente a força e o poder de decisão que possuía inicialmente. Em 1970, com a fusão do INDA e do IBRA, o Estatuto da Terra foi atingido novamente. Dessa união resultou a criação do INCRA, que passou a ser responsável pela execução da reforma agrária. Desrespeitando as determinações do Estatuto da Terra, que determi-

nava para o organismo encarregado da reforma agrária apenas a função de "promover e coordenar a execução" conseguiu-se retirar de toda a estrutura governamental a responsabilidade conjunta da reforma agrária. Assim, o INCRA passou a ter a missão de colonizar, promover a reforma agrária, a eletrificação rural, cuidar do cooperativismo, promover o cadastramento rural, cobrar o ITR e, além disso, construir escolas, hospitais, estradas e toda a infra-estrutura necessária nos projetos de colonização. É muita coisa para uma autarquia colocada a nível de terceiro escalão governamental.

Em 1971, o Estatuto da Terra sofreu a sua segunda grande deturpação. É criado pela lei 1.179, o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agro-Indústria do Norte e Nordeste, o Proterra. Segundo a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, a inclusão do Artigo 1.º, item I, que prevê desapropriação por interesse social, inclusive mediante prévia e justa indenização em dinheiro, "representou, a nosso ver, um retrocesso de ordem legal e funcional, pois contraria o disposto no estatuto da Terra, na Constituição de 1967 e no Decreto-Lei 554, de 1969", que dispõe sobre desapropriação por interesse social, de imóveis rurais para fins de reforma agrária, e dá outras providências.

Para o deputado Amaury Muller, "o Proterra tinha como um dos objetivos principais promover o fácil acesso do homem à terra, sem mencionar a reforma agrária. Só esse fato causou estranheza, desde que, em vigor e à espera de aplicação, desde 1964, estava o Estatuto da Terra. Esse, que definira a reforma agrária como tendo por base promover a melhor distribuição de terras, ficou à sombra. O Proterra compreende um fundo de redistribuição de terras, que segundo o deputado "recebeu 25 por cento dos recursos, enquanto 35,7 por cento foram destinados ao financiamento da expansão da agro-indústria, inclusive a açucareira".

Depois de 11 anos de existência, o Estatuto da Terra foi usado pela primeira vez este ano ao ser desapropriado o imóvel rural "Minçu", em Pernambuco, apesar de ser área definida pelo Proterra e incluída no Fundo de Redistribuição de Terras (...)

politica nacional

**REFORMA POLITICA
AVANÇOS E RECUOS
ESP-26-11-75**

BRASILIA — Um misto de perplexidade e hilaridade tomou conta da Capital Federal, ontem, depois de divulgadas as declarações do deputado Francellino Pereira, presidente da Arena, ao deixar o gabinete do presidente Geisel, anunciando que depois das eleições de 76 "terá lugar um aprimoramento do sistema político nacional", ou seja, uma reforma política. Isto porque, no espaço de uma semana, o governo oscilou do zero ao infinito, pela palavra de seus porta-vozes mais credenciados. Uma confidência do deputado Celio Borja a um jornalista, no dia 13, levou a imprensa a divulgar que o governo, mais uma vez, se preparava para enfrentar o problema político. O presidente da Câmara estaria incumbido pelo ministro Golbery do Couto e Silva de, informalmente, aproveitar o recesso parlamentar para elaborar estudos profundos sobre uma reforma política. Esta, é óbvio, não se faria antes das eleições municipais do ano que vem, mas seria encetada no correr de 1977.

No dia 18, alta fonte do Palácio do Planalto, além de confirmar a iniciativa, ia mais adiante: sugeria que a reforma em questão não poderia ser institucional em sua primeira fase — passo bastante largo para a atual realidade. Primeiro, havia que alterar as estruturas partidárias, admitindo-se a criação de novas legendas capazes de atenuar o que seria o grande e insolúvel impacto da vitória do MDB nas eleições governamentais e parlamentares de 78. Tudo fazia sentido, ou seja, especulava-se que a distensão, mais uma vez, retomava sua marcha.

Depois de buscar diligentemente saber como a notícia viera a público, o ministro da Justiça teve o seu grande dia: convocou os líderes e o presidente da Arena ao seu gabinete para, entre dezenas de jornalistas, desmentir formalmente a reforma política. Estávamos no dia 19, e foram suas palavras: "O governo não cogita absolutamente de promover a reforma institucional. Eu nego. Nem durante o recesso e nem fora dele. E devo esclarecer um outro ponto: a política do governo quanto à organização partidária já está convenientemente explicada nos reiterados pronunciamentos do presidente Geisel". Em suma, Falcão negava tudo, da reforma institucional à reforma política e à reforma partidária.

Ontem, outro defensor da reforma política, o senador Magalhães Pinto, voltava a sorrir. Os auxiliares de Francellino Pereira, de seu turno, mostravam-se preocupados com a possibilidade de novos desmentidos.

PROJETO ARROBAS MARTINS

**PODER
MODERADOR**

ESP-30-10-75. Tenho a impressão de que a Revolução de 1964, que nos livrou, quase por um golpe de sorte, do abismo em que estávamos prestes a despencar, atinge neste instante um momento de virada. Acho que, neste momento, é necessário reformar para preservar, por que nada temos para abandonar.

Este, parece-me, é o momento em que a Revolução deve reverter-se a si mesma, olhar para o passado, porque nada se faz sem respeito à tradição, e, encarando com confiança o futuro, partir para as alterações necessárias à preservação de si mesma. Há muita coisa que os onze anos demonstraram estar superada. Foram uteis em seu tempo, hoje talvez já não o sejam. (...) não é mais possível a vida política, no Brasil, com o alheamento total dos militares. Já agora nem eles concordam em estar alheios à vida política do País, nem o Brasil pode passar sem o seu concurso.

Por que não legalizar a intervenção militar? Porque não lhe dar um lugar, um posto, uma tribuna, o Poder Moderador, por exemplo, o Conselho de Estado, por exemplo, para que lá se faça representar e possa jogar o jogo da segurança nacional que nas mãos dela está?

(...) — outro ponto e a revisão das funções do Executivo em relação ao Legislativo.

A Constituição de 46 já nasceu obsoleta em certos pontos, porque desconheceu o movimento que já andava pelo mundo todo e que conferia cada vez alguma maior de poder ao Executivo, tirando-os em parte do Legislativo. Há uma tendência do Legislativo em considerar isto uma diminuição, em achar que se lhe impõe um esvaziamento. Longe disso. O Legislativo, e os deputados aqui presentes sabem disso, o Legislativo hoje, teria enormes, quase insuperáveis dificuldades para elaborar a maioria das leis.

(...) hoje, dada a enormidade da invasão do Estado no terreno social, as leis, hoje, são cada vez mais complexas e exigem equipes de técnicos, especialistas para que elas sejam elaboradas. E os deputados sozinhos, ou mesmo com a colaboração de um ou outro, ou de assessores, não têm condições para isso, porque, inclusive, os dados são difíceis de obter. Só com a enorme máquina comandada pelo Executivo é que esses dados podem ser obtidos. Mas, nisto não vai nenhum desmoronar para o Poder Legislativo que não só continuaria e deveria continuar com o poder de aprovar ou não as leis, de alterá-las, mas também com o poder de exercer a fiscalização do exercício do poder pelo Executivo, não apenas pelos

governadores e pelos presidentes da República, pelos ministros, pelos secretários, mas por todos os mais altos funcionários. Esta é a grande missão do Parlamento. Também não é mais possível, contentemo-nos com os velhos instrumentos de defesa, classicamente especificados nos regimes das democracias liberais. O Mundo mudou, as condições mudaram. As guerras mudaram, como dizia há poucos dias o governador Paulo Egydio. Continuemos com o desejo de conciliar a liberdade com a ordem.

**ARROBAS: FUNÇÕES
DO PODER MODERADOR**

ESP-11-11

"Jamais preconizei a instituição do Poder Militar e nem uma tutela sobre o povo brasileiro. Muito menos, a entrega do poder aos militares". A observação foi feita pelo chefe da Casa Civil do governo estadual, Luís Arrobas Martins, durante almoço com o Clube dos Reporteres Politicos, na Assembléia Legislativa. Explicando sua proposta, ele frisou que o Poder Moderador seria exercido de forma colegiada, cabendo-lhe a aplicação dos mecanismos de defesa do regime previstos no Ato Institucional n.º 5 e cuja existência seria reconhecida por "atos constitucionais complementares".

CONSELHO

Esse poder seria exercido de forma colegiada, por um conselho composta pelos chefes do Estado-Maior das Forças Armadas e das três Armas, por militares eleitos por suas corporações, os ex-presidentes da República no gozo dos seus direitos políticos, os presidentes da Câmara e Senado "e por um determinado numero de pessoas eleitas pelo Congresso".

FUNÇÕES

Lembrando a análise feita por Joaquim Nabuco, Arrobas destacou que o conselho teria o "poder arbitral", resolvendo os conflitos entre o Executivo e o Legislativo. O órgão baixaria "atos complementares constitucionais", dando flexibilidade à nova Constituição que teria que ser redigida para a criação do Poder Moderador.

Com a reforma da Constituição de 1969, as disposições do Ato Institucional n.º 5 "que pudessem ficar" passariam para as atribuições do Conselho de Estado, que teria o poder — em situações previstas pela nova Carta — de suspender as garantias constitucionais e os direitos de habeas-corpus, podendo também cassar mandatos ou vetar candidaturas. Os "atos constitucionais complementares" seriam as adaptações para os momentos de crise, quase emendas constitucionais.

Arrobas considerou secundária a discussão em torno da reforma eleitoral ou partidária. "Importante — enfatizou — é a reforma política estrutural geral".

ARROBAS:

**FIM DO
SENADO**

ESP-12-11-75

As idéias do chefe da Casa Civil, Arrobas Martins, a respeito da criação de um Conselho de Estado e institucionalização da participação dos militares na vida política do País, estão merecendo da parte do próprio autor certas análises complementares, que se referem a problemas de identico interesse, como a eleição direta dos presidentes da República e a extinção do Senado.

No que diz respeito às eleições para a Presidência da República, Arrobas Martins afirma que o Conselho de Estado ofereceria aos responsáveis pela segurança nacional as garantias necessárias para que o chefe da Nação pudesse ascender ao cargo por eleição direta. "como, ao que parece, é desejo da maior parte da população brasileira".

Com referência à Câmara Alta, Arrobas Martins afirma que os senadores, embora teoricamente tenham por incumbência representar os Estados a que pertencem, são eleitos da mesma forma que os deputados federais, pela população brasileira.

Em favor de seus pontos de vista, o chefe da Casa Civil lança vários argumentos, inclusive o de que a Federação brasileira deixou de existir, pois o seu pressuposto básico — a autonomia dos Estados — foi violentado pela legislação de exceção e pela interferência direta da União na vida dos Estados. Tecnicamente, diz Arrobas, não se pode falar em Federação no Brasil; por consequência, não se justifica mais a existência do Senado Federal, que foi criado em 1891 como instituição típica do federalismo.

EGYDIO APDIA

ESP-14-11-75

O governador Paulo Egydio Martins voltou a comentar ontem, com os jornalistas credenciados no Palácio dos Bandeirantes, a tese lançada pelo chefe da Casa Civil, Arrobas Martins, que prevê a institucionalização de um Conselho de Estado com atribuições de Poder Moderador. Para ele, embora a tese pareça controversa, um Poder Moderador investido de Poder Constitucional poderá enfrentar melhor as crises políticas por que tem passado o País.

SENADORES CONDENAM

ESP-23-11-75

Os senadores Daniel Krieger (Arena-RS), Teotônio Vilela (Arena-AL) e Paulo Guerra

(Arena-PE) condenaram ontem a tese de Luis Arrobas Martins a favor da extinção do regime bicameral, enfatizando a importância do Senado como casa representativa dos Estados e o significado da eleição senatorial como sendo ainda a única de caráter majoritário que se realiza por meio de pleito direto.

MILITARES NÃO ACEITAM LIMITAÇÃO A SEU PODER

ESP-13-12-75

A tese de Arrobas Martins sobre a Institucionalização do Poder Moderador talvez encontre ressonância em uma minoria das Forças Armadas, mais propensa às atividades políticas do que às profissionais e que não percebe os reflexos profundos que a tese pode trazer em prejuízo das instituições militares.

A maioria dos oficiais ouvidos encara as opiniões de Arrobas Martins sem nenhum entusiasmo. Ao contrário do Quarto Poder, vislumbrado por muitos, entendem que a tese do chefe da Casa Civil pode encobrir uma manobra sutil, de objetivos exatamente opostos. Seria, comentaram, não somente a divisão do Poder Moderador entre militares e civis, negando aos primeiros um monopólio que lhes pertencia, como também iria submeter esse poder a normas e regras até então inexistentes. (...) Ponderam mesmo alguns oficiais que os militares já participam do Conselho de Segurança Nacional, não se justificando a criação do Conselho de Estado.

Uma das opiniões preponderantes nas Forças Armadas é a de que a institucionalização do Poder Moderador iria oficializar uma participação política partidária dos militares, idéia contrária à formação e ao pensamento dominante nos meios revolucionários. A maioria dos oficiais ouvidos enfatiza que o seu papel é manter-se equidistante das forças políticas, sem compromisso de qualquer espécie com grupos ou indivíduos, exatamente para terem liberdade de atuação nas épocas de crise e merecerem a sanção de opinião pública pelo desinteresse de sua ação.

O pensamento dominante é o de que, embora o dilema entre o dever e a legalidade sempre tenha estado presente nas intervenções militares, o primeiro sempre tem prevalecido nos momentos de crise, confando sempre com a ratificação da opinião pública brasileira e com a aprovação unânime, no julgamento sereno da História. Lembraram, por fim, que a legitimidade, "a posteriori", do papel moderador exercido pelos militares tem se baseado exatamente na constatação da inexistência de interesses pessoais ou de grupos, mas da necessidade da manutenção da ordem interna e dos mais altos interesses nacionais.

EGYDIO PEDE CRIAÇÃO DE MODELO POLÍTICO BRASILEIRO

ESP-11-75

O governador Paulo Egydio condenou ontem as soluções de gabinete para os problemas nacionais, enfatizando que os políticos devem ir buscar no povo a fonte de inspiração para o modelo político brasileiro. Para ele, não adianta contornar as crises. "O importante — salientou — é saber o que o povo realmente está querendo para o País". Em Brasília, o senador Franco Montoro e o deputado Alceu Collares, do MDB, e os deputados Marcelo Linhares e Faria Lima, da Arena, apoiaram o apelo de Egydio, feito neste final de semana, para a criação de um modelo político autenticamente nacional. (...)

Na sua opinião, a atual divisão dos poderes precisa ser reestudada porque não corresponde mais às necessidades nacionais. Para ele, é preciso a instituição do Poder Moderador.

Nessa linha de pensamento, Paulo Egydio disse que um ditador ou um regime totalitário também não resolveriam o problema brasileiro e voltou a referir-se à tese que levantara no ano passado em favor da criação de um modelo político mais adequado à realidade brasileira.

ESP-23-11

O governador Paulo Egydio Martins voltou a referir-se da forma vigorosa à necessidade de criação de um modelo político brasileiro "que possa ser deixado aos nossos filhos como herança ou contribuição".

O governador observou que as elites dirigentes do país têm demonstrado dificuldades de conviver democraticamente com os governados, e com isso exteriorizam um sentimento que contrasta violentamente com a essência da democracia. Segundo o seu entendimento, "se pretendemos uma sociedade incompatível com ditadores, tiranos ou governos fortes, teremos de lutar primeiramente para eliminar essas tendências".

EGYDIO

ADMITE PLEBISCITO

ESP-26-11

A realização de um plebiscito para se conhecer o pensamento dos brasileiros a respeito do modelo político que o País deve adotar foi admitida como válida pelo governador Paulo Egydio Martins.

AFONSO ARINOS: DEFINIR O PODER PARA LIMITÁ-LO

ESP-13-12-75

O ex-senador Afonso Arinos admitiu ontem em Brasília, onde participou da primeira reunião

do Conselho Técnico da Fundação Milton Campos, da Arena, a institucionalização da participação militar na vida pública brasileira, "porque sua definição jurídica corresponderia à sua limitação política, pois todo o poder, ao ser definido, se torna limitado".

Arinos afirmou ainda que a obrigação inicial da classe política no tocante à superação dos impasses reside em procurar informar-se sobre as possibilidades de sua ação e mostrou preocupação com os problemas da representatividade, "ameaçada pela insurreição de minorias radicais que contestam o princípio da vontade majoritária, fundamental às democracias".

LISANEAS: NOVO MODELO COM INTENSA PARTICIPAÇÃO POPULAR

ESP-26-11-75

A idéia da criação do modelo político brasileiro preconizada por Egydio Martins foi apoiada ontem, em Brasília, pelos deputados Lysaneas Maciel, do MDB do Rio de Janeiro, e Jacó Pedro Carolo, da Arena de São Paulo, reclamando ambos, da mesma forma que o governador, a participação popular na sua elaboração.

Segundo Lysaneas, "parece haver um consenso nacional de que o País deve mudar e, assim, já é saudável ouvir-se falar na elaboração de um modelo político próprio". Mas ressaltou: "Tudo indica, porém, que esta mudança está tendo as mesmas características elitistas que deram origem ao sistema implantado em 1964, ou seja, um grupo de pessoas, possivelmente muito bem qualificadas, ditaria, de preferência durante o recesso parlamentar, um novo modelo. Ora a construção de qualquer sistema político que abstraia a participação popular ou os seus representantes tem um vício original que lhe dá a marca da imperfeição e da transitoriedade. Se o modelo político caboclo se revestir deste elitismo, jamais se despirá deste traço viciado que o levará, a curto prazo, às mesmas deformações que observamos hoje".

Segundo o deputado carioca "deve-se mudar, sim, instalando no País um novo modelo político com intensa participação popular".

UNICAMERALISMO JÁ É PRÁTICA

ESP-12-75

Uma característica clássica dos sistemas autoritários, o regime unicameral passou, recentemente, a ser defendido como uma maneira de tornar mais dinâmico o processo legislativo, dando ao Parlamento uma rapidez que seria exigida pela administração. Com todas as reformas institucionais impetadas ao País, desde 64, pelo Sistema, o unicameralismo também teve defensores de sua implantação nos escalões superiores da Revolução, principalmente entre os técnicos,

mas ninguém nesse nível ousou propor sua formalização.

No entanto, sem chegar ao unicameralismo, formalmente, o sistema revolucionário brasileiro, de certa forma, tem partido para a Câmara única, na medida em que exige a apreciação conjunta do Congresso, e não separada da Câmara e do Senado, de suas matérias mais importantes. Institucionalização típica, no País, de regimes fortes, os decretos-leis sofrem tramitação conjunta no Parlamento.

DINARTE DEFENDE O ESTADO UNITÁRIO

J3-30-12-75

Brasília — O Senador Dinarte Mariz (Arena-RN) propôs ontem a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte para preparar uma Carta que, em seu entender, deve consagrar a realidade do país, ou seja, um Estado unitário pelo qual os Governadores seriam nomeados pelo Presidente da República e nomeariam os prefeitos de seus municípios.

O ex-Governador do Rio Grande do Norte acredita que o AI-5 representa uma realidade irreversível em nossas instituições civis, incorporando-se definitivamente, a experiência política do país. "O Ato continuará para sempre, seja como AI-5, como artigo da Constituição futura, ou mesmo como um parágrafo ou letra A ou B", disse.

O Sr Dinarte Mariz acredita, embora considere difícil, na possibilidade de um acordo entre os dois Partidos para a elaboração da nova Carta. Deseja mesmo que a nova Constituição represente uma média da vontade nacional expressa através dos Partidos.

Mas, como julga difícil o acordo, admite outra hipótese, pois considera urgente o problema da institucionalização — a da transformação do Congresso Nacional em Assembleia Constituinte, permitindo a votação da Carta por maioria absoluta e não por dois terços, como a atual exige. O objetivo seria resolver o problema político, pois ele acredita que estamos em plena crise.

Quando se indagou se a convocação da Constituinte implicaria adiamento do pleito municipal do próximo ano, o Senador disse: — Isso é um detalhe que se pode discutir depois...

O Sr Dinarte Mariz disse que encontrou em São Paulo o fenômeno do renascimento do jacobinismo e no Rio Grande do Sul uma situação desarrumada. Essa "situação desarrumada", segundo ele, se verifica justamente nos maiores Estados, ou seja, Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul.

— O que devemos fazer pelo Brasil é encontrar uma solução para esses três grandes Estados que se adapte às peculiaridades nacionais. Mesmo porque não podemos ficar passivos diante da crise que está aí — disse o Sr Dinarte Mariz.

O ex-Governador observou no Rio Grande do Sul a decadência da liderança do Sr João Goulart e o soerguimento da influência do Sr Leonel Brizola, "que é um homem de luta e um ideólogo, um homem que tem uma linha de ação política claramente definida".

Ele, considera importante para o regime unitário que permaneçam os dois Partidos, mas não pretende, agora entrar em detalhes sobre as linhas mestras que norteariam a filosofia da nova Carta. No momento próprio, oferecerá sua contribuição, não como jurista, mas como político experientado.

O Partido oposicionista, que agasalha os contestadores da Revolução, derrotado nas eleições para a Câmara dos Deputados, continua minoritário nas duas Casas do Congresso Nacional. Essa posição permite ao Presidente Geisel assegurar a elaboração de uma nova Constituição que traga no seu texto as profundas modificações que a realidade brasileira está a exigir em consonância com o sistema de segurança ao qual as nossas Forças Armadas não podem ser indiferentes.

MAGALHÃES PINTO ESTADO DE DIREITO

ESP-12-11-75

A presença do senador Magalhães Pinto em São Paulo, por ter sido anunciada com antecedência e até mesmo com destaque, criou um clima de expectativa em torno daquilo que ele deveria falar na oportunidade do recebimento do título de "Cidadão Paulistano". De forma geral, entendia-se que o presidente do Senado conferiria ao seu discurso uma forte conotação política, capaz de identificar sentimentos civilistas ansiosos por maiores harmonia e expressão.

Quem presenciasse a cerimônia da entrega do título, ontem à noite, poderia observar a curiosidade e expectativa pelas suas palavras. Pode-se até mesmo entender que havia o desejo de que ele, interpretando sentimentos de seus colegas políticos, aproveitasse a oportunidade para expressar, perante um auditório selecionado, o pensamento da classe a respeito das tensões e incertezas atuais.

Todavia, o velho político, amparado na experiência dos anos, parece ter-se dado conta dessa circunstância e saiu pela tangente, falando apenas em parte aquilo que ele provavelmente gostaria de dizer, na plenitude, porém o suficiente para satisfazer — pelo menos parcialmente — o estado de ansiedade de seus colegas políticos. Enfim, sem se omitir, mas também sem demonstrar qualquer atrevimento, situou os contornos de um pensamento liberal que se coloca, pela sua própria expressão, em posição antagônica a certas atitudes assumidas pelo Sistema. É o que ocorre, por exemplo, quando ele destaca o perigo representado pelo cerceamento da iniciativa privada e o florescimento da estatização. "O processo de estatização — disse o senador — atenta contra um dos interesses fundamentais de qualquer comunidade humana, o de manter, cada vez mais ampliadas, as oportunidades de trabalho".

Sem fazer qualquer referência aos governantes, ele assumiu uma posição que não é a do "governo". Contudo, muito ao seu estilo, procura apaziguar os ânimos e transmitir algum otimismo, como no momento em que faz a seguinte exortação: "Não nos deixemos dominar por inquietudes e angústias. O mundo em que vivemos está sob os efeitos de graves e cruéis turbulências. É evidente que, de uma forma ou de outra, esse clima sobre nós se reflete".

De forma geral, os políticos presentes não se desapontaram com o pronunciamento de Magalhães Pinto, mas também não se pode dizer que tenham saído satisfeitos.

Um dos líderes emedebistas presentes à cerimônia acredita que o senador mineiro foi co-

rente consigo próprio e que regressa para Brasília fortalecido perante os olhos das autoridades mais preocupadas com a segurança do País. Nesse quadro, ele continuaria sendo um dos políticos mais próximos de alcançar a condição de influir nos rumos do movimento revolucionário de 1964, por ele iniciado. A.T.C.

O "CHEFE CIVIL"

O almirante Sílvio Heck, ex-ministro da Marinha no governo Janio Quadros, disse que se encontrava no Palácio Anchieta representando ainda o ex-ministro do Exército, Odylio Denys, para homenagear "o chefe civil da Revolução de Março de 1964".

O almirante não se surpreendeu com o grande número de convidados presentes à solenidade, afirmando que "isso demonstra, mais uma vez, o prestígio que o senador Magalhães Pinto possui nos mais diferentes setores de atividade, e o propósito de reafirmação dos ideais revolucionários".

Formaram na mesa diretora, ao lado de Magalhães Pinto, o vice-governador Manoel Gonçalves Ferreira Filho, os senadores Franco Montoro, Orestes Quercia, João Calmon, o presidente nacional do MDB, deputado Ulisses Guimarães, o líder da oposição na Câmara dos Deputados Laerte Vieira os secretários de Assuntos Metropolitanos e da Segurança Pública Roberto Cerqueira Cesar e coronel Erasmo Dias, respectivamente, o prefeito da Capital, Olavo Setubal, o presidente do Tribunal de Contas do Município, conselheiro Manoel de Figueiredo Ferraz, o ex-senador Carvalho Pinto, o ex-governador Lucas Nogueira Garcez, e o almirante Sílvio Heck.

No plenário, além de numerosos deputados federais e estaduais da Arena e do MDB, viam-se representantes das classes produtoras, e antigos parlamentares representantes de extintas agremiações políticas.

Visão, 22 de dezembro de 1975

VISÃO — Dias atrás, senador, seu nome foi apontado como candidato à sucessão do presidente Geisel. Não vamos perguntar se o senhor é candidato. Contudo, gostaríamos de saber se, em sua opinião, existe qualquer possibilidade de que o atual presidente da República seja sucedido por um civil.

Magalhães — Meu nome, desde que fui governador de Minas, tem sido apontado...

VISÃO — ...principalmente porque o senhor é considerado um dos chefes civis da Revolução.

Magalhães — E isto eu sou mesmo. A Revolução começou em Minas Gerais. Porém, ainda não posso dizer se e quando vai haver um presidente civil. E não considero isto fundamental. O que acho fundamental é o retorno ao Estado de Direito, não importa se com um presidente civil ou militar.

MARCOS FREIRE: EXCEÇÃO CONSTITUCIONAL E NÃO EXCEÇÃO INSTITUCIONAL

ESP-4-12-75

Em discurso pronunciado ontem no Senado, o senador Marcos Freire (MDB-PE) propôs a

reformulação e a modernização do capítulo da Constituição referente ao estado de sítio, com a introdução de novas medidas que iriam desde o "estado de alerta" até o "estado de guerra". Para o representante oposicionista, a reforma dessa parte da Carta de 69 é fundamental para o aperfeiçoamento institucional.

"A opção brasileira — frisou — não pode ser a do arbítrio, da ilegalidade, e do regime discricionário. Os compromissos democráticos de 64 para com a nação brasileira estão a exigir o abandono da exceção institucional em favor da exceção constitucional".

O problema todo, exatamente, é saber, em substância, que poderes excepcionais podem e devem ser permitidos ao governo dentro da Constituição, para enfrentar os períodos de excepcionalidade.

"Tenho esperanças de que a reformulação de nosso capítulo de medidas emergenciais há de ter outra base. A que se identifique com o espírito democrático de nosso povo e leve em conta nosso estágio político-cultural".

Nesse sentido, poderíamos elaborar estudo, auscultando as várias camadas da opinião pública brasileira, esboçando um novo capítulo de medidas emergenciais, que poderiam ser tipificadas conforme a gravidade da situação a ser enfrentada. Podia-se prever do simples "estado de alerta" ao "estado de guerra", como situações extremas entre as quais outras escalas deveriam corporificar diferentes graduações na suspensão de direitos e garantias constitucionais.

O elenco de outras leis — de segurança, de imprensa etc. — completaria a base jurídica para, através do Estado de Direito, o Estado fazer face as várias crises que tivesse que enfrentar, inclusive em sua inevitável função de repressão contra possíveis surtos de subversão ou terrorismo".

AUTÊNTICOS NÃO ACEITAM PROJETO

ESP-6-12-75

Apesar de notícias dando conta que toda a bancada do MDB no Senado apoiou a tese Marcos Freire, de uma reforma constitucional para assegurar instrumentos legais para a segurança da democracia, em substituição ao AI-5, o deputado J. G. de Araujo Jorge (MDB-RJ) disse, em Brasília, não acreditar que a idéia possa ser aprovada pelo "grupo autêntico". Na sua opinião, Ulisses Guimarães também não deve concordar com os entendimentos já iniciados com a direção do Congresso e liderança da Arena sobre o problema.

"Em princípio — disse Araujo Jorge — não posso concor-

dar com as idéias que o senador Marcos Freire sugere quanto a institucionalização do AI-5. Não cabe a um elemento da oposição fazer adaptações de leis de exceção à estrutura da Constituição, contrariando nosso programa e nosso estatuto".

GOLDMAN PROPÕE CONSTITUINTE

ESP-26-11-75

Assinalando que os debates sobre questões institucionais criam corpo, embora sem "chelo de povo", o deputado Alberto Goldman, líder do MDB na Assembléia, preconizou a convocação de uma Constituinte para a fixação das grandes diretrizes nacionais.

"Se hoje desejamos dar uma saída aos problemas institucionais e não apenas realizar atos que procuram manter o poder por mais meses ou anos, vide Poder Moderador, Conselho de Estado, reformulação partidária etc. — disse — é preciso coragem de chamar o povo para participar, elaborar, propor e definir livremente os seus representantes. Eliminar os atos de exceção que entravam a capacidade criadora do nosso povo.

Aí então — acentua —, escolhida uma Constituinte que represente o consenso da população, estabelecer o modelo político, a Constituição e as Leis que irão reger a sociedade brasileira, dentro do seu atual estágio de desenvolvimento, para que sirvam de instrumento efetivo na realização do desenvolvimento econômico e social e na consecução do bem-estar do povo brasileiro".

MDB: COMPATIBILIZAR SEGURANÇA E DEMOCRACIA

ESP-11-12-75

O modelo político brasileiro, a ser oferecido pelo MDB ao debate do Congresso no próximo ano, deverá ser marcado por fundo sentimento liberal no plano político e forte tendência estatizante no setor econômico e terá seu ponto mais importante na tentativa de compatibilizar segurança e democracia com a criação de mecanismos legais que substituam o AI-5, conforme a proposta do senador Marcos Freire.

Do ponto de vista político, o projeto oposicionista deverá conter uma síntese de seu programa de ação que ainda a revogação do AI-5 e do Decreto-lei 477 bem como revisão das leis de Imprensa e de Segurança para livrá-las de normas draconianas e ainda extinguir penas de morte, prisão perpétua e de banimento.

**SETORES ECONÔMICOS
PEDEM**

REFORMA POLITICA

EMPRESARIOS

FUTURO AMEAÇADO

ESP-7-12-75

JB-31-12-75

RIO — Um argumento inesperado e surpreendente, oriundo das discretas fontes econômicas oficiais, juntou-se ao pequeno grupo de pressão que procura convencer o governo a andar depressa com a reforma política, aproveitando a oportunidade, que se desenha favorável.

Embora se afigure de todo improvável que o presidente Ernesto Geisel reformule a sua decisão de jogar tudo na carta da eleição municipal de 76, para só depois de conhecidos e avaliados os seus resultados lançar-se a uma etapa mais ambiciosa, não estancou o discreto movimento dos que insistem em que se deve programar desde já o futuro, antecipando os lances que puderem ser executados sem alterar a linha fixada para o essencial.

A este reduzido grupo que se articula com extrema e compreensível cautela e com plena consciência das dificuldades a transpor, na condição de minoritária dentro do Sistema, soma-se uma voz insuspeita e

que acrescenta um argumento de peso específico.

De dentro do governo, entre os mais altos responsáveis pela política econômico-financeira, recolhe-se a espantosa e ardente defesa de uma imediata reforma política, para já, para antes das eleições de 76. Tudo que puder ser feito agora não deve ser relegado para amanhã. Pois que o governo, enrolado numa crise em nítido processo de agravamento, terá um 76 muito mais duro e difícil que este contraditório e frustrante 75.

O que é, entretanto, indimentável é que as preocupações com o impasse político e institucional chegaram até a área econômica e as conclusões desaguam no improvisto da defesa da abertura o mais cedo possível.

Pisando em terreno alheio, com cuidados redobrados, os responsáveis pela política econômica do governo não chegam à petulância de propor soluções completas e acabadas. Sugerem apenas que se abreviem os prazos, na avaliação da oportunidade. E vão até

um pouco mais longe, aduzindo que o governo pode simplesmente montar, agora, o seu projeto político, para ele obtendo a adesão nacional.

Ora, é uma verdade axiomática que não se deve promover nenhuma reforma política, de orientação necessariamente liberalizante, nos períodos de crise, quando o governo precisa concentrar esforços e somar energias para enfrentar o objetivo prioritário. A crise econômica é sempre acompanhada pela tensão e descontentamento. Nessas ocasiões, tudo aconselha o governo a não bulir em uma área delicada, abrindo duas frentes críticas.

Mas, se o País não pode esperar pelo alívio de uma situação, só previsto para meados de 77 ou começo de 78, a saída é correr contra o tempo, precipitando a programação para aproveitar as franjas de uma situação que ainda merece a qualificação de razoável. E, sem ela, a crise econômica colherá o País sem respiradouros, sufocado pelas restrições e forçado a improvisar remendos numa emergência irremediavelmente desfavorável.

São Paulo — "Mais uma vez, em menos de 15 dias, a iniciativa privada no Brasil vê o seu futuro ameaçado por pronunciamentos de personalidades da vida política nacional", afirmou ontem o presidente em exercício da Federação e Centro do Comércio do Estado, Sr José Edgard Pereira Barreto Filho, acrescentando que "primeiro foi um pronunciamento do Senador Eurico Resende, favorável ao reconhecimento de uma tendência esquerdista no país. Agora vem o Ministro da Indústria e do Comércio Sr Severo Gomes, contra o processo de desestatização da economia nacional, e o Senador Dinarte Mariz, em defesa da abertura de um processo destinado à instauração de um sistema socialista no país".

**A contribuição
do Congresso
GEISEL**

JB-31-12-75

TRECHO DO DISCURSO DE FIM DE ANO

Quanto ao desenvolvimento político, devo referir-me em especial ao clima de cooperação ética existente entre o Executivo e o Legislativo, louzando o primeiro obter, do segundo, o pronto atendimento a suas solicitações de aprovação para projetos, que contaram, em inúmeros casos, com valiosa contribuição dos Senhores Congressistas. Tal relacionamento, altamente salutar, parece-me fundamentalmente pensável a qualquer avanço efetivo que se deseje concretizar no sentido do desenvolvimento político nacional que todos sinceramente almejamos.

COLUMNA DO CASTELLO

O máximo

JB
e o mínimo

Brasília — As inspirações, contradições e impasses do sistema político brasileiro, tão bem estudadas em recente ensaio de Celso Lafer, conduziram-no a um momento crítico, de que são sintomas o que se passa na política externa e na política econômico-financeira. O Chanceler Azeredo da Silveira, embora lhe dê um estilo pessoal, não criou a atual política externa, que executa e pratica com vigor. Com ela, estamos quase tão distantes da política externa de Castello Branco quanto a deste Governo estava da política externa do Sr João Goulart. Um dos primeiros cuidados do movimento de 1964, com vistas à solução de problemas internos, gerados pelo estado geral de subversão e pelo semicolapso econômico, foi retomar o alinhamento automático com os Estados Unidos e o bloco ocidental, de forma a eliminar atritos e a restabelecer confiança numa velha aliança a cuja sobretentarmos soluções para os problemas da conjuntura econômico-financeira. Hoje, estamos praticamente alinhados em questões vitais ao Terceiro Mundo, que é, não ideologicamente, mas na prática, o vestibulo do Segundo Mundo. O "pragmatismo responsável" levou-nos à procura de posições que atenderiam a interesses nacionais, independentemente dos interesses das nações industriais, sobre as quais o Itamarati lança parte da culpa pelo processo crítico das finanças internacionais e o consequente agravamento da situação das nações periféricas.

Em ambos os momentos, em 1964 e em 1974, a estratégia externa foi ditada com vistas à solução de problemas internos, sinal de realismo persistente e antiromântico, realgrado as aparências, da orientação brasileira nas suas relações com as demais nações. Em 1964 o guarda-chuva norte-americano permitia ao Governo solucionar problemas de déficits de balança comercial e de balanço de pagamentos e a execução do programa interno de austeridade, controle de gastos e racionalização administrativa em que se

assentaria a fase posterior de dinamização da economia. A compressão salarial, o alto nível de concentração de rendas e a descoberta do mercado externo como fator de estímulo principal ao desenvolvimento foram, entre outros, preços políticos e sociais que, segundo Lafer, pigou o país pelos excelentes resultados alcançados ao longo dos 10 ou 11 primeiros anos do período dito revolucionário.

Os responsáveis pelo modelo, de Roberto Campos a Deljím Neto, opunham-se a qualquer política distributivista ou a qualquer liberação em matéria salarial sob a alegação de que o essencial era fazer o bolo crescer e gerar os fundamentos de uma economia de mercado, que nos conduziria fatalmente a um regime politicamente liberal e a uma automática redistribuição das riquezas. Acidentes políticos, todavia, retardaram o ingresso nesse período, enquanto a pretexto de manter a ordem para assegurar o crescimento, nova concepção revolucionária aumentava o poder de coerção sobre o país. Alcançamos, com alto nível de desenvolvimento, o mais baixo nível de institucionalização e de participação dos últimos tempos. O General Ernesto Geisel, ao ser apontado candidato a Presidente da República, preparou-se para dirigir o processo de reversão, mediante a estratégia da distensão num plano integrado econômico, social e político.

O projeto Geisel, no entanto, iria operar em meio à tempestade, de que já havia antes prenúncios, ocorrida na economia mundial, substancialmente em função do aumento dos preços do petróleo embora sob o impacto de causas outras que vão sendo identificadas pelos interessados. O Brasil, como área periférica, iria absorver quinhão amargo dessa crise e vivê-la numa extensão maior do que a presumida. Os dirigentes da política econômica não partilham dos mesmos pontos-de-vista, embora o Sr Mário Henrique Simonsen, Ministro da Fazenda, tenha obtido apoio às medidas com que enfrentar a crise da balança comercial e do balanço de pagamentos. Ele e o Ministro Reis Veloso insistem na ênfase no programa de exportações, enquanto o Sr Seve-

TEOTÔNIO

SUGERE QUATRO PARTIDOS

JB-20-12-75

Maceió — O Senador Teotônio Vilela (Arena-AL) voltou ontem a sugerir a extinção da Arena e do MDB e sua substituição por quatro novos Partidos, além de uma reforma constitucional, a fim de que o país possa voltar à normalidade democrática. Criticou também a equipe ministerial do Presidente Geisel, por não estar à altura das mudanças propostas.

ro Gomes, Ministro da Indústria e do Comércio, continua a pregar uma espécie de introversão da economia e da busca de um sistema de trocas internacionais que seria facilmente identificável com práticas terceiro-mundistas.

O problema político-militar que se põe — deixando à margem a solução da crise econômica, que, segundo o consenso, desaparecerá antes do fim da década — é saber se, como diz Lafer, aumentará o grau de coerção ou se essa se diluirá. Em outras palavras, se a crise levará os militares a aumentar a margem do "mínimo de segurança indispensável" ou se se dispõem a permitir que se procurem em outros modelos, mais liberais, "o máximo de desenvolvimento possível". O predomínio do Estado sobre a sociedade brasileira evolui entre nós à margem das fórmulas clássicas. Sob qualquer regime, tem aumentado gradativa e constantemente o grau de controle do Estado sobre a sociedade e nada indica que ele diminuirá em função das opções políticas em curso.

Carlos Castello Branco

COLLARES DEFENDE FRENTE UNICA

ESP-30-11-75
O deputado Alceu Collares (MDB-RS) defendeu ontem, em Vitória, a criação de uma "Frente Unica" com o objetivo de evitar "a gestão de novos métodos eleitorais, que seriam empregados para desarticular a oposição no País". O parlamentar, que foi ao Espírito Santo para instalar um diretório estudantil, advertiu que "cientistas macabros e sinistros do Sistema preparam essas fórmulas, cujo sentido é o de atingir a oposição".

RENOVADORES DEFENDEM AMPLA ABERTURA

ESP-23-11-75
Dezoito deputados do grupo "renovador" da Arena irão ao Rio de Janeiro, de 10 a 15 de janeiro para defender na televisão, em concentrações públicas e em encontros com diretores distritais e municipais, o direito de greve, o Estado de Direito, o combate aos desníveis regionais, o controle do endividamento externo e as eleições diretas. A informação foi prestada ontem por um de seus líderes Theodulo de Albuquerque (Arena-BA).

CRESCEM CRITICAS AOS TECNOCRATAS

ESP-12-75
A divulgação, por intermédio da Arena, das realizações do governo e a politização da administração federal foram apontadas ontem ao presidente da República por alto dirigente arenista como fundamentais para o fortalecimento do partido majoritário.

ESP-12-75
O deputado Célio Marques Fernandes (Arena-RS) denunciou ontem a existência de elementos dentro do governo "que estão sabotando a administração do general Geisel, a Revolução e a Arena" e pediu seu afastamento dos altos cargos que ocupam, "pois eles estão trabalhando mais contra o governo do que em seu favor".

O parlamentar defendeu a necessidade de o presidente e os governadores fazerem um levantamento dos Ministérios e dos Secretariados, bem como em todos os órgãos públicos, "para que sejam substituídos os sabotadores". "Se desejamos ganhar — salientou — as eleições de 76 e 78, e as ordens são nesse sentido, devemos alertar o governo federal para esses fatos".

Célio Marques Fernandes destacou saber "de muitas pessoas que, embora ocupando polpudas funções gratificadas, cargos de confiança do governo, são totalmente contrárias a orientação governamental, ao

sistema revolucionário e à Arena". O parlamentar enfatizou ainda não ser mais possível que o custo de vida continue a subir, como nos últimos meses, e lembrou as reclamações das donas de casa contra as elevações dos preços da carne e do leite.

Afirmando que "ninguém deseja politicagem, mas política no bom sentido", salientou que o momento "é de ação e urgência". "Chega — insistiu — de sabotagem contra o governo, contra os postulados da Revolução, contra a Arena. Se o governo é da Arena, temos que ter, nos postos de confiança, homens da Arena".

ESP-12-75
Arena e MDB uniram-se ontem na Câmara em severas críticas ao comportamento dos tecnocratas da administração federal, tendo o vice-líder do governo, deputado Airon Rios (Arena-PE) chegado a dizer que existe um descompasso entre o presidente da República e o segundo escalão. O parlamentar pediu, inclusive, aos tecnocratas que "tenham a dignidade de entregar seus cargos àqueles que queiram identificar-se com o trabalho realizado pelos parlamentares, identificados com o presidente". Por sua vez, o deputado Marcondes Gadelha, vice-líder da oposição, frisou que "a obstinação da tecnocracia em se sentir dona da verdade impede que o País caminhe para formas mais democráticas de convivência política, econômica e social".

ESP-12-75
Frisando que não são os militares que se opõem à abertura política, o senador Paulo Guerra (Arena-PE) sugeriu ontem uma nova divisão de responsabilidades entre políticos, militares e técnicos para promover a maior integração entre o partido e o governo e permitir maior desenvolvimento do País. Por sua vez, o deputado Alcides Franciscato (Arena-SP) disse que de nada adiantam os esforços do presidente Geisel para que a Arena cresça enquanto os parlamentares "permanecem como simples mensageiros de ordens previamente elaboradas nos fogões de uma tecnocracia incipiente".

PDR

22-12-75
"BELO HORIZONTE (O GLOBO) — Com a presença do ex-comandante da 4.ª Região Militar, General Carlos Guedes, foi realizada sábado mais uma reunião da Comissão Executiva Mineira do Partido Democrático Republicano. Além de Minas Gerais, o partido tem comissões trabalhando em 13 outros Estados e pretende ampliar esse número em 1976.

Segundo o General Guedes, o PDR já conta com um milhão e 50 mil filiados, mas ainda faltam 400 mil assinaturas para que possa ser registrado. Disse ele que a falta de funcionários na Justiça Eleitoral para conferir as assinaturas tem atrasado os trabalhos de implantação oficial do partido. Reclamou providências do Governo para facilitar a fiscalização das assinaturas.

LANÇADO PARTIDO NACIONAL

ESP-22-11-75
Causou ontem grande surpresa nos meios políticos nacionais a divulgação, como matéria paga e em seção livre de um jornal de São Paulo, do manifesto de lançamento de um Partido Nacionalista — PN — cujos signatários são desconhecidos. Segundo se informou, em sua maioria, eles seriam trabalhadores e donas de casa. O articulador do novo partido é Paulo Antonio Dias Menezes e o manifesto propõe a construção de um "Pacto Nacional para a Independência Econômica, com Liberdade e Participação Popular", denunciando a desnacionalização da economia.

Os setores políticos de Brasília reagiram com cautela embora os deputados

Freitas Nobre e Fernando Lyra tivessem lembrado que o MDB sempre defendeu o pluripartidarismo. Em São Paulo, o deputado Natal Gale observou que os partidos devem ser representativos.

No Rio, o general Nemo Canabarro, que também articula a criação de um Partido Nacionalista, anunciou que vai procurar os signatários do documento para conhecer suas intenções. Se os programas coincidirem, deverá convidá-los para se unirem. "No entanto — frisou — se eles quiserem arrebatar a bandeira nacionalista, isso não será tolerado". Para o general, "são setores de esquerda que costumam pegar a bandeira nacionalista, desvirtuando-a e prostituindo-a".

ARTICULADOR EXPÕE METAS

ESP-22-11-75
Apontado como o coordenador do movimento para a criação do Partido Nacionalista, o industrial Paulo Antonio Dias Menezes salientou que o programa da agremiação está dividido em três aspectos: o político, o econômico e o social, em entrevista a Stipp Jr., da Regional do "Estado" no Vale do Paraíba.

"A questão fundamental — ressaltou — no campo político, é o óbvio, é a questão da redemocratização e da liberdade. No momento, no que se refere às agremiações partidárias, há a necessidade de serem criados autênticos partidos políticos de cunho ideológico a serem formados em torno de programas e não de personalidades".

Dias Menezes defendeu, para isso, a aprovação de projeto apresentado pelo deputado Freitas Nobre, liberalizando a legislação sobre a criação de novos partidos.

Na sua opinião, há a necessidade de uma tomada de posição em favor da livre empresa, "espremidá na pequena faixa que lhe sobra para o exercício das atividades, tendo de um lado o estatismo que hoje absorve, em nossa terra, de 60 a 70% da atividade econômica e, de outro lado, a atividade das empresas multinacionais". O Partido Nacionalista, assim, se propõe à instituição da grande empresa nacional,

dando ênfase à produtividade e associando o interesse do trabalhador ao resultado econômico da empresa, através da reformulação do PIS, e da legislação das sociedades anônimas.

O manifesto do partido começa assim: "Ao Partido Nacionalista está destinado o papel de arregimentação que conduzirá, através do diálogo e da persuasão, à construção de um verdadeiro Pacto Nacional para a Independência Econômica, com Liberdade e Participação Popular, representativo de uma efetiva tomada de posição do nosso povo, para que a moldagem nacionalista de sua estrutura política, econômica, social e cultural não seja afetada por interesses anti-nacionais, perante os quais o Brasil não passa de mercado, invertendo-se o processo acelerado de internacionalização — implacável ação desnacionalizadora que transfere para o exterior as decisões estratégicas que respeitam ao consumidor brasileiro".

O manifesto transcreve ainda trechos de obras de políticos e historiadores e sociólogos como Florestan Fernandes, Helio Jaguaribe, Fernando Gasparian, Roland Corbisier, José Honorio Rodrigues, Cesar Prieto e Barbosa Lima Sobrinho. São citados também os jornais "O Estado de S. Paulo", "Jornal da Tarde", "Jornal do Brasil", "Opinião e Movimento".

VINCULAR A ARENA A ORGÃOS DE SEGURANÇA

ESP-16-11
O deputado estadual Dercilio Gomes de Albuquerque — ex-militante da TFP em Pernambuco — foi o único parlamentar estadual da Arena a defender ontem a proposta partida de alguns setores do partido para vincular a Arena Jovem aos órgãos de segurança. Contrastando com essa posição, o deputado Edson Machado, também da Arena, condenou energica-

mente a sugestão, dizendo que ela apenas serviria para "reverter regimes fascistas". Os demais parlamentares da bancada governista preferiram manter-se em silêncio.

Já Edson Machado, declarando-se "arenista e revolucionário", salientou que a sugestão seria "nefasta e perigosa ao próprio governo brasileiro".

militares

necessidade da ditadura

Gal. Oscar Luis, cmte. III Exército ESP 11/11

"As pessoas que gozam de completa liberdade são difíceis de convencer de que haja gente que esteja planejando, a sangue-frio, a destruição do modo de vida democrático que seria substituído pelo totalitarismo russo ou chinês".

Talvez, porque o Brasil está tranquilo, limpo das bombas, das arruagens, dos quebra-quebras, dos sequestros e dos assassinatos, muitos brasileiros julgam que, aqui no Brasil, o comunismo é um fantasma criado pelo Governo para esconder seus erros. Infelizmente, esses brasileiros estão enganados.

A subversão está contida mas, os subversivos, ainda continuam agindo...

Gal. Ferdinando de Carvalho, 6ª div. Exército ESP 18/11

Ora, convenhamos que a utilização de universidades, sindicatos e outras quaisquer instituições, para a convocação e a movimentação política de massas vai prejudicar ou mesmo impedir o desempenho de suas atividades normais — observou o general —, já que a escola destina-se precipuamente ao ensino e o sindicato é um centro de reunião profissional para o intercâmbio de conhecimentos e para a defesa de interesses essencialmente profissionais. Assim como a Igreja, o quartel, o clube cultural ou recreativo são destinados, respectivamente, à prática religiosa, ao serviço militar, ao debate de conhecimentos ou à distração, a escola e o sindicato são ambientes peculiares a atividades bem definidas...

Depois de afirmar que "a deformação mental ocasionada pelos comunistas é pior do que qualquer violência física", o general Ferdinando de Carvalho disse que os jovens, "condicionados psicologicamente pelo fanatismo ideológico, empedernidos por uma armadura de convicções indeformáveis, tornar-se-ão inúteis, irrecuperáveis, para democracia, trançados para os conceitos evolutivos, inaptos para os impulsos patrióticos de defesa e de afirmação nacional"(...)

Tte-cel. Carlos Oliveira ESP 19/11

"Os tóxicos e o sexo são dois dos muitos instrumentos utilizados pelos comunistas para dominar o mundo e fazem parte de sua psicopolítica, que é conhecida como a ciência da domesticação dos povos ou a ciência e arte fundamental do comunismo". A declaração foi feita ontem, em Porto Alegre, pelo tenente-coronel Carlos Oliveira, ajudante-geral da Terceira Brigada de Infantaria Motorizada, falando no segundo ciclo de palestras da Ação Democrática Renovadora.

Ruy de Lima, Justiça Militar ESP

"A sociedade brasileira tem sido levada a acreditar que a ameaça ideológica externa, que se manifesta também sob forma de agressão imediata ao

nosso sistema de governo, não passou de malograda aventura. A verdade, porém, é outra. Os insucessos do passado motivaram somente a mudança de tática e o inimigo jamais esmoreceu. Permanece no seu propósito de minar as nossas instituições na clandestinidade onde se socorreu, com o objetivo único de conquistar o poder. Diante dessas pressões que têm origem externa, o nosso regime, com base num sistema democrático que atende às necessidades vitais do povo, necessita de outras armas, mais poderosas, para defender-se e sobreviver". Esta afirmação é parte do pronunciamento feito ontem no I Ciclo de Conferência sobre a Justiça Militar da Faculdade de Direito do CEUP, pelo procurador-geral da Justiça Militar, Ruy de Lima Pessoa.

Tte-Brig. Huet de Oliveira, STM ESP 27/11

"A Imprensa noticiosa, ultimamente, pronunciamentos de jornalistas, políticos, escritores, religiosos, juristas e intelectuais, manifestando repúdio ao Ato Institucional n.º 5 e a tudo o que diz respeito à legislação que assegura a defesa interna do País"; "essa legislação só poderá ser abolida quando extintas estiverem as causas determinantes de sua existência"; "vozes como essas não são ouvidas numa hora em que estão presos em Portugal, sem acusação de crimes específicos, oito a nove mil homens e mulheres, sem direito de constituírem advogados e ultrapassando de muito as estatísticas do tempo da famigerada PIDE". (Tenente-brigadeiro Carlos Alberto Huet de Oliveira Sampaio, ministro-presidente do Superior Tribunal Militar).

Paulo Zingg, no II Exército ESP 28/11

Em seguida, deu dois exemplos para demonstrar que "a desinformação é completa nos meios de comunicação" e que estes "estão interceptando entre a Revolução e o povo que a apóia". Disse que depois que o presidente Geisel "isentou o imposto de renda" de parcela da população conversou com pessoas que lhe diziam que o imposto havia aumentado. O segundo exemplo de Zingg foi o de uma senhora que lhe ha-

via perguntado se a Petrobrás tinha sido vendida aos americanos.

Ainda de acordo com o presidente da Associação Paulista de Imprensa, "os comunistas dominam os setores editoriais, dominam os meios de comunicação e basta ir às bancas para se ver meia-duzia de jornais semanais de doutrinação. É o domínio da comunicação de massa pela esquerda".

Gal. Fritz Manso, chefe do EME ESP 17/12

"Os incansáveis inimigos da democracia e da liberdade, aqueles que desperdiçaram suas vidas na triste luta pela implantação de uma sociedade marxista-leninista no Brasil, não podendo dividir e desagregar as Forças Armadas brasileiras, para instalar aqui uma sucursal da empresa ideológica multinacional a que se escravizaram, vêm dedicando todo engenho e solécia, pertinácia, sofismas e engodos ao propósito de tentar isolar as Forças Armadas e de fazer o povo, sobretudo a juventude, voltar-se contra elas".

A advertência foi feita pelo chefe do Estado-Maior do Exército, general Fritz Manso, no discurso de saudação aos cinco novos generais-de-brigada que ontem receberam suas espadas, em solenidade presidida pelo ministro Sílvio Frota, a que compareceram autoridades civis e militares, além de oficiais-generais com sede em Brasília.

Gal. Alzir Benjamim Chaiub ESP 19/12

O comandante da Escola de Comando do Estado Maior do Exército, general Alzir Benjamim Chaiub, alertou ontem, durante solenidade, presidida pelo presidente Geisel, de formatura de 120 estagiários do curso, contra a ameaça do movimento comunista internacional em dominar o país, através de uma infiltração ideológica na juventude, "explorando o idealismo que lhe é próprio", e chamou a atenção para os perigos de uma infiltração também entre os jovens militares.

A verdade é que o mundo ocidental simplesmente não quer reconhecer que vive em guerra permanente, uma guerra declarada em que todos fingem não acreditar. A guerra fria foi dada como terminada, embora sem solução para qualquer dos grandes problemas em pauta, muitos diretamente ligados à própria dignidade da pessoa humana, à sua liberdade de crer e escolher seu estilo próprio de vida. A coexistência pacífica, que a sucedeu, bem como a atual detente, de forma alguma significam paz. As ameaças só fazem recrudescer, num mundo que se consome e que subitamente reconheceu seu declínio ecológico. É uma guerra insidiosa e implacável, cuja frente não é visível, pois age pela infiltração, visando conquistar a mente e o coração das sociedades ocidentais e amaciar sua vontade defensiva. Ela age em todos os setores de atividade, visando

minar a força de trabalho, a juventude, os meios de comunicação, as universidades, o clero e a própria Força Armada.

Um país emergente como Brasil apresenta vulnerabilidade maior. Tendo que consagrar o máximo de energias ao próprio desenvolvimento, a estrutura das suas forças de segurança tem que ser forçosamente limitada. O valor da nossa posição geoestratégica e as possibilidades do Brasil como aspirante a grande potência nos próximos 25 anos somente aumentam o interesse do MCI em nos dominar. Acresce que, em 1964, reafirmamos nossa opção democrática e cristã, por uma sociedade aberta e livre, fazendo refluir a avalanche comunista que julgava já ter assegurado o domínio da Nação. O que, inclusive, incentivou outros povos a reagir igualmente. Não tenhamos dúvida de que somos um alvo prioritário para o MCI.

Almte. Ibsen de Gusmão ESP 19/12

O almirante Ibsen de Gusmão Camara, comandante da Escola de Guerra Naval, chamou a atenção dos formandos da Escola para a nova situação do Atlântico Sul.

Tenhamos presente que, no panorama internacional da atualidade, o Atlântico Sul, outrora um oceano remoto e de importância estratégica menos relevante, onde por muitos decênios tem prevalecido uma rarefação de poder naval, transformou-se hoje em via obrigatória de suprimentos vitais para as potências do mundo ocidental. Aquele parcial vazio de poder já não mais poderá ser mantido por longo tempo, mesmo em épocas de paz, e é forçoso admitir-se que a sua ocupação possa vir a concretizar-se em detrimento da nossa segurança e dos nossos mais legítimos interesses. Com justificáveis dúvidas, assistimos hoje à aparição e ao fortalecimento gradativo, nessa área oceânica contígua ao nosso território, de forças aeronavais e instalações de apoio operadas por superpotência tradicionalmente estranha ao cenário geopolítico focalizado.

Brig. A.G. Peixoto, cmte. ECEMAR JB 20/12

Quando um país melhora suas condições internas e mais se projeta no contexto internacional — disse ele — mais afloram as indicações de antagonismos, exigindo maior esforço para a segurança. O grande desenvolvimento alcançado pelo Brasil, nos últimos anos, exige um correspondente nível de segurança. Há que preservar o desenvolvimento alcançado e assegurar a sua continuidade, garantindo a paz que todos almejamos.



necessidade das instituições

Gol. Ariel Pacca,
2º R.M. ESP 9/11

Ao encerrar ontem o III Simpósio Regional do Serviço Militar, no QG do II Exército, em São Paulo, o general Ariel Pacca da Fonseca, comandante da 2.ª Região Militar, afirmou que "as Forças Armadas e o Governo, na luta pela defesa da Pátria e da Democracia, necessitam de assessores que discordem, ao invés de sempre dizem amém". Para o general, "ninguém é dono da verdade, mas é preciso que aqueles que discordam apresentem sempre uma solução e um caminho melhor para os problemas nacionais", lembrando, em seguida, que "as oposições existem e são necessárias" (...)

Afirmando que "ainda há muita miséria e são notórios os contrastes sociais no Brasil", o general observou que, "continuando unidos, construiremos uma Pátria independente, livre de qualquer ditadura, seja ela de direita ou de esquerda, sem fome e com o prazer de ser brasileiro".

Gol. Meneses Paes,
Cmie ESG ESP 5/12

Compreendeu a Escola que não se poderá cogitar da formulação de uma política nacional de segurança, sem a contrapartida de cui-

dadosa estruturação de uma política de desenvolvimento. Segurança e desenvolvimento andam de mãos dadas, na medida em que os contemplamos ligados por recíproco condicionamento. E o homem, no seu livre arbítrio, traça os rumos a seguir. Somos daqueles que crem na participação da pessoa humana no processo histórico. Somos daqueles que julgam o homem como destinatário de todo o trabalho. E a democracia supõe, invariavelmente, fé no valor da pessoa, firme confiança em que há valores perenes que perduram através das transformações sócio-econômicas.

A aceleração do processo histórico gera uma acentuada dificuldade de ajustamento do homem ao mundo novo que surge. As instituições sentem igualmente perigosas ameaças aos seus alicerces. Os valores parecem, por vezes, nada mais significar. Contudo, a visão apolítica não se condiz com as lições da História, que sempre nos atesta que o homem vence os desafios e a vitória robustece os caracteres dos homens e das nações.

As discussões ideológicas hostilidades estão presentes em nossa rotina, mas não nos seduzem as soluções preconizadas pelas forças desagregadoras da nacionalidade. Tinhamos, inversamente, em valores, nossas mais lindas tradições, os valores que nos são caros para nos permitir vencer os momentos de dificuldades e assim melhor encaminhar o porvir. Não nos arrebecamos dos antagonismos e pressões. Antes, cremos no futuro da Pátria, por acreditarmos no homem brasileiro, no imenso potencial deste país e nos valores que aqui vêm medrando como em terra fértil.

Setores militares
por eleições ESP 23/12

BRASÍLIA — Setores militares de influência têm feito discretas observações favoráveis à realização das eleições muni-

nicipais do próximo ano, sem qualquer artifício ou tentativa de prorrogação de mandatos, como chegaram a sugerir algumas bases políticas. Essas áreas militares consideram importante que a Arena — e por conseguinte o próprio governo — transforme o pleito numa espécie de teste de avaliação e, uma vez de posse dos resultados, os eventuais problemas sejam analisados em comum.

Embora ainda existente, percebe-se que o risco de um impasse, conforme vem sendo apontado com insistência, já não é tão declarado, julgando-se, pelo contrário, que as perspectivas de um entendimento já não são tão precárias. Com esse ponto de vista, as classes armadas interpretam como retrocesso, altamente inconveniente para a Revolução, a quebra das regras eleitorais previstas, tornando inclusive muito mais remotas as esperanças de recuperação da imagem do partido que representa o governo na área política.

O MDB não seria, também dentro do mesmo enfoque, o fantasma apavorante e em via de assumir posições majoritárias nos quadros legislativos e nos governos estaduais. O partido opositor não está colocado sob suspeita, como pretendem alguns, embora com frequência surjam denúncias de infiltrações comunistas nas fileiras emedebistas. A vigilância exercida pelas áreas de segurança é permanente e, até aqui, tem conseguido sustar

avanços extremistas, segundo o raciocínio dos meios oficiais.

Se as eleições se realizarem normalmente, isto é, com rigorosa obediência às regras do calendário, a Arena poderia até mesmo conseguir alguns êxitos em novembro do próximo ano e credenciar o partido para uma tentativa posterior — em 1978 — no caminho da recuperação. Mas, qualquer que seja o saldo das urnas, entre o pleito municipal e as eleições para governadores e para a renovação dos legislativos haverá um espaço de dois anos, mais do que suficiente para o levantamento das tendências populares. Sob esse aspecto, as eleições municipais são encaradas mais como elementos para avaliação do futuro, inclusive como justificativa para o encaminhamento de algumas reformas institucionais.

No entender das mesmas áreas em que se recolhem esses argumentos, a Revolução não deseja ser insensível aos reclamos da população (...)

Admite-se até mesmo a reformulação do quadro partidário, a começar pela circunstância de que este parece ser o desejo predominante no meio político, onde poucos se conformam com o bipartidarismo vigente. E uma ou outra reforma no campo institucional também poderá ser atendida, resguardando-se entretanto a legislação excepcional representada pelo AI-5.

GEISEL : COESÃO

O presidente Geisel destacou ontem o "espírito de coesão" que "vigorosamente cimenta a união das Forças Armadas", em discurso pronunciado no quartel-general do Exército, em Brasília, onde foi homenageado com um almoço pelo ministro Silvío Frota. Estiveram também presentes os demais ministros militares, o Alto Comando do Exército e os oficiais-generais das Forças Armadas em serviço no Distrito Federal.

Como militar de vocação e de formação, com anos e anos vividos em quadras intranquilas da vida nacional, valorizo altamente o espírito de coesão, no incansável devotamento ao

serviço da Pátria que hoje, vigorosamente cimenta a união das Forças Armadas (...)

Encaro à perspectiva de futuro ano de 1976 sem pessimismo, mas com confiança: con-

fiança na evolução positiva da conjuntura; confiança em nossas potencialidades; confiança no valor dos brasileiros e, bem assim, confiança na capacidade de ação governamental, devidamente apoiada pelo povo, pela Aliança Renovadora Nacional e pelas Forças Armadas.

Em caráter mais restrito, confio — e esses são meus votos dirigidos às Forças Armadas — que elas prosseguirão devota-

damente a trabalhar unidas, em comunhão com o povo de que se originam, imunes à insidiosa infiltração subversiva, em constante aperfeiçoamento,

com quadros cada vez mais capazes, com crescente motivação profissional. E, principalmente, que continuarão a atuar, sem facciosismo, em permanente benefício da Nação.

cia é, hoje, o intérprete maior e fiel executor, encontram em nós, militares, apoio franco e irrestrito. Por isso mesmo, não existirão intrigas e nem pessimismos que possam dividir-nos ou abalar nossa lealdade ao chefe do governo.

SILVIO FROTA :

LEALDADE ESP 23/12

Os propósitos renovadores e saneadores da Revolução de 1964, dos quais Vossa Excelên-

POLICIA FEDERAL : modernização

0 91080-22/12

BRASÍLIA (O GLOBO) — O Departamento de Polícia Federal anunciou que está estruturando o mais avançado sistema de processamento de dados, microfilmagem e classificação automática de digitais, para, em futuro bem próximo, auxiliar o desempenho de seu processo decisório, bem como o da toda organização policial brasileira que assim o desejar.

Há cerca de dois anos o DPF iniciou estudos para instituir um sistema de processamento de dados que viesse atender às suas necessidades, considerando que a cada dia se expande no Brasil a ação da polícia, em vista das novas modalidades de delitos, sendo a rapidez do acesso a informações fator preponderante para o sucesso de determinadas ações policiais.

Assim, através de seu Centro de Processamento de Dados, o DPF começou a estruturar um modelo ideal de sistema, que já está definido e engloba também microfilmagem e classificação automática de digitais. Este, recentemente incorporado pelo Federal Bureau of Investigation, dos Estados Unidos, e aprovado em termos de utilização. O modelo escolhido pelo CPD do DPF

está em fase de estudos de viabilidade econômica.

Para instituição do sistema, escolheu-se um ponto de partida: o tráfego internacional, ou seja, o controle de pessoas procuradas ou impedidas de sair do País ou de aqui entrar, bem como seu histórico criminal.

Tendo recebido o acervo de documentação dos serviços de imigração e da Polícia de Imigração, o DPF, que tem apenas 10 anos de existência, teve que lidar com enorme volume de documentos, cujo manuseio demandava tempo excessivo e danos ao material consultado. Feito o levantamento da configuração (componentes do equipamento) necessária para a instalação do sistema mínimo, o CPD promoveu, paralelamente, o treinamento de pessoal especializado — analistas de sistemas, programadores, operadores, e TC, contando para isso com apoio do Serpro e da Micro Systems, que funcionam como consultorias técnicas nos assuntos de processamento de dados e microfilmagens, respectivamente.

O treinamento é continuado e constante, não só em atividades específicas, como em matérias complementares, como

organização do trabalho intelectual, realizados periodicamente com grupos de funcionários.

Uma vez que se trata da primeira iniciativa policial neste sentido no Brasil, o sistema de processamento-microfilmagem e classificação automática de digitais poderá apresentar como vantagem sobre os similares existentes em outros países a centralização e a padronização das informações e equipamentos, que, à medida que se for ampliando a rede de usuários (delegacias de polícia, secretarias de segurança e serviços de informação, além das superintendências regionais do DPF) proporcionará melhor desempenho das ações em todo o território nacional.

A parte referente ao tráfego internacional já estará dimensionada no início do próximo ano e deverá funcionar inicialmente com a microfilmagem de toda a documentação existente e depois com o processamento das informações nelas contidas.

O equipamento pretendido pelo CPD inclui a utilização de discos magnéticos, terminais munidos de "displays" e impressoras, leitoras magnéticas e jaquetas de armazenagem de microfiches, que fornecem as respostas em microfichas "unitizadas" contendo todas as informações pedidas sobre determinada pessoa em uma ficha, que pode ter as dimensões de 15 centímetros de comprimento por 10,5 de largura e comportar o equivalente a 90 fotografias (que tanto podem ser de uma folha

de papel ofício, reduzida em 42 por cento de seu tamanho, como um outro documento qualquer). No momento, a legislação considera legal a redução máxima de 42 por cento para documentos microfilmados, razão pela qual deverá ser esta a utilizada pelo DPF. No entanto, existem microfichas que, nas mesmas dimensões citadas, podem armazenar até 3200 fotografias.

No momento, estuda-se uma fórmula de promover a sustentação do programa, ou melhor, custear sua aplicação, sem dúvida onerosa, tendo em vista a sofisticação do equipamento e sua manutenção, pessoal especializado e material de uso.

Entre as soluções aventadas, está a inclusão de uma taxa de desembarque, ou semelhante, para as viagens internacionais, a exemplo do que se verifica em outros países. Tal medida proporcionaria os recursos necessários, sem a necessidade de se lançar mão de verbas públicas já existentes ou taxas extras ou de criar outras taxas.

A eficácia do sistema, diz o DPF, já está definitivamente comprovada, tanto na rapidez de acesso às informações, como na redução de espaço útil ocupado na conservação (durabilidade) e na segurança das informações.

O próximo passo, informa o DPF, será a aplicação do sistema ao Instituto Nacional de Identificação, utilizando a microfilmagem, classificação automática de digitais e o processamento de dados.

NOVELA DA TRAIÇÃO

Conjuntura Brasileira resúme aqui boletins clandestinos que circularam durante o ano de 1975, no Brasil, intitulados "Novela da Traição". Tem-se conhecimento de outras publicações como "Voluntários da Pátria"* e "O Torpedo", feitas respectivamente por oficiais do exército e da marinha. Nossa fonte de informação é a publicação inglesa "Latin Letter" de 12 de dezembro de 1975, que reproduz os sucessivos "capítulos" (mensais) da "Novela da Traição". Para "Latin Letter" o baixo nível intelectual de tais boletins estaria a indicar que seus autores pertencem ao aparelho repressivo do regime.

Introdução. A ênfase está posta nos "distúrbios" que afetam a "revolução" de 64 em seu 4º governo. "Estamos percebendo em algumas áreas um claro desejo de mudança, o que é inadmissível para os revolucionários... O governo está saltando no desconhecido... Há uma crise de objetivos e definição... Há uma crise moral no interior do governo, as estruturas estão sendo minadas. Algo muito sério pode ocorrer... Somente uma visão e um pensamento claros podem orientar as autoridades responsáveis na realização do modelo brasileiro, e não dos interesses pessoais ou do comunismo internacional"...

Capítulo primeiro (janeiro de 1975)

A "abertura política" é criticada na pessoa de vários membros do governo: o ministro dos Transportes, Dirceu de Araujo Nogueira e seu secretário Edgard Bernardes, são acusados de haver encontrado o advogado de João Goulart "Eles estão tentando lançar um manifesto pela criação de um novo partido político, a "União Trabalhista Brasileira", com o apoio dos comunistas... "Está sendo negociada a anistia política para os ex-presidentes Goulart, Juscelino e Janio Quadros". O Ministro das Relações Exteriores, Azeredo da Silveira também é atacado pelo restabelecimento de relações diplomáticas com a China. Mas o ataque mais severo é dirigido contra o Gal. Golbery, acusado de "ideólogo da derrota do governo" nas eleições de novembro de 74.

Capítulo dois. (março de 1975)

O mesmo Gal. Gobery é acusado - pela mediação de Célio Borja, presidente da Câmara - de entregar a presidência da Comissão de Minas e Energia da Câmara ao "traidor e servente do imperialismo vermelho, Lysaneas Maciel". O caso "Opinião é lembrado e Golbery é acusado de fornecer "ajuda financeira substancial ao "burgues vermelho" Fernando Gasparian, proprietário des se jornal moscovita".

Capítulo tres (abril de 1975)

A lista dos "traidores" se estende aos nomes de Ney Braga, Ministro da educação; Severo Gomes, Ministro da Indústria e Comércio; Arnaldo Prieto, Ministro do Trabalho; Shigeaki Ueki Ministro de Minas e Energia; e "muitos outros que, para nossa vergonha, ascenderam aos altos postos da administração". O boletim termina com as palavras-de-ordem: "Abaixo a distensão" "Fora Golbery", "Morte aos traidores e seus aliados comunistas".

Capítulo quatro. (maio de 1975)

General Golbery é acusado de favorecer seu filho no mercado de seguros do Rio. "De repente, a corretora Laureano, virtualmente em bancarrota, torna-se a mais importante do Rio -com a ajuda do Banco Central. Quem está por trás dela? O filho de Golbery".

Capítulo cinco. (junho de 1975)

O boletim começa com uma denúncia: "Queremos registrar o fato de que uma parte do capítulo 3 foi ilegalmente interceptada no correio pelos agentes de Golbery, cometendo outro crime este traidor da revolução, pois todos sabem muito bem que a correspondência pessoal não pode ser violada. Esta correspondência se dirigia a generais, almirantes, brigadeiros e outros oficiais das Forças Armadas a quem Golbery pretende negar o direito de receber nosso boletim". O Gal. Rodrigo Otavio é incorporado à lista dos traidores e Golbery é ainda acusado de haver ordenado aos membros do SIM menor severidade nas sentenças por crimes políticos.

Capítulo seis. (julho de 1975)

O Ministro da Agricultura, Alysson Paulinelli é incorporado à lista dos "traidores" como "servente do ex-presidente Juscelino Kubitschek". Mas é a Dow Chemical que domina o capítulo: "A Dow Chemical pretende investir 500 milhões de dólares para concluir sua dominação no setor petroquímico no Brasil... Golbery, o chefe da intriga, advertiu aos seus mestres de Wall Street que uma conspiração contrária tinha sido montada por Armando Falcão com o apoio do honrado e bravo ministro do exército, Silvio Frota, e sugeriu à Dow Chemical que retirassem o projeto e esperassem pelo malogro da trama..."

Capítulo oito. (setembro de 1975)

Pelo seu discurso de 1º de agosto, Geisel - que nunca fora criticado diretamente - é tratado com especial deferência, apesar de sua "convivência" com os males que ora condena. Lamenta-se que "Sua Excia. não haja murmurado nenhuma palavra sobre a corrupção que iniciada no escritório do presidente da Dow Chemical atingiu todos os escalões do governo". O presidente da AGENA, Francelino Pereira, também é incorporado à lista de "traidores". "Um dia terão a resposta que merecem", ameaça o boletim. Também é publicada uma charge com Golbery no patíbulo onde se diz: "Participe da campanha e mande este desenho a Golbery".

política externa

Vila, 8 de dezembro de 1975

VOTO ANTI-SIONISTA E RECONHECIMENTO DE ANGOLA. RAZÕES E REAÇÕES

A repercussão de recentes decisões do Governo no campo da política exterior ressaltou as dificuldades que o próprio Governo encontra para mobilizar apoio e agir com desembaraço, mesmo no setor em que sua ação se reveste de maior coerência e dinamismo. Tal como ocorreu em relação à política de distensão, no plano interno, o Governo não encarou com a justa medida as resistências e, posto diante do fato de que elas superavam a sua previsão, não conseguiu afirmar o seu programa. Caiu na mesma atitude imobilista, veladora de constrangimentos que o impedem de esclarecer a opinião pública e de arregimentar sequer a Arena.

É o que se observa após o reconhecimento de Angola e o voto classificando o sionismo como "uma forma de discriminação racial". O Itamaraty e o Palácio do Planalto fecharam-se em igual mutismo, enquanto essas decisões sofriam condenação praticamente unânime no Congresso e na imprensa.

A comparação entre o que se passa na política interna e na política externa não só é pertinente, mas natural e até necessária, uma vez que também a segunda não se faz no vácuo, senão com base na mesma realidade nacional. E não haverá erro em dizer que o "pragmatismo responsável e ecumênico", voltado para a ampliação dos contatos e a busca de oportunidades para o país no mundo, é a face externa da "lenta, gradual e segura distensão" — que abre o diálogo e buscava alternativas para a conciliação democrática da sociedade brasileira. E a comparação não resultará prejudicada pelo argumento de que boa parte da imprensa e do Congresso deu apoio à política de distensão, ao passo que combate aqueles dois atos da política exterior. O fundamental é que o Governo não conseguiu transformar aquele apoio em sustentação para o projeto implícito na distensão, como não consegue agora defender, internamente, o seu projeto de política internacional.

Da mesma maneira que a distensão política constituía um resultado natural do comportamento do Governo no processo das eleições gerais de 1974, o voto anti-sionista e o reconhecimento de Angola são o desdobramento lógico da orientação diplomática que vinha sendo adotada quanto ao Oriente Médio e às antigas colônias portuguesas. O que amarra o Governo Geisel e inibe o esclarecimento não é o temor da repercussão externa, mas os mesmos empecilhos que acentuam as incertezas da política interna. Embora o chanceler Azevedo da Silveira não se tenha livrado do combate sofrido dentro dos círculos efetivos do poder por parte do ministro Golbery do Couto e Silva, o "pragmatismo responsável" pôde desenvolver-se menos intranquilamente, até aqui, porque a política exterior é tradicionalmente menos sujeita ao debate interno.

A verdade é que o Governo avançou bastante na promoção dos "reajustamentos impostergáveis em nosso relacionamento com várias áreas estratégicas", conforme preocupação manifestada pelo presidente da República. Agora, no entanto, o fator emocional de que veio carregada a reação ao voto anti-sionista colocou em discussão a política externa e há quem tema que, a prosseguir o Governo na defensiva, se acabe por verificar um recuo nesse campo, tal como aconteceu quanto à distensão. O que se indaga, a esta altura, é se as contradições da política interna permitirão ao Brasil usar a imaginação criadora na política internacional para, guardando fidelidade básica ao mundo ocidental, exercer uma ação própria que lhe permita disputar com os aliados mais poderosas posições que melhor atendam aos seus interesses. A isso é que se referia o ge-

neral Geisel ao mencionar, no discurso de 30 de dezembro do ano passado, a necessidade de "desfazer equívocos subjacentes no quadro de nossas relações com diversos países amigos e, ao mesmo passo, ampliar ao máximo o leque de alternativas para o nosso comércio internacional e para o intercâmbio cultural e político com outros povos". E são esses objetivos que se perseguem na política relativa ao Oriente Médio e aos novos países africanos de expressão portuguesa.

Toda a condenação interna ao voto anti-sionista foi marcada pela confusão semântica entre as expressões "sionismo" e "semitismo" e pelos "equivocos subjacentes" de que falava o general Geisel. Não se examinaram a especificidade do voto brasileiro e a realidade da política de estreitamento das relações com os países árabes, nem a ressalva feita pelo Brasil em favor de Israel.

A confusão entre sionismo e semitismo é propiciada pelo elemento místico-religioso que embebe os dois conceitos. Semitismo diz respeito a uma raça (aos semitas, uma família etnográfica e lingüística, que compreende inclusive os árabes e que, em sentido restrito e usual, se refere, hoje, aos judeus). Já sionismo significa o movimento político dos judeus para a luta pelo restabelecimento de uma pátria, a antiga Sião de que fala a Bíblia. Nem todos os judeus são sionistas e, em verdade, o sionismo é uma doutrina exclusivista do ponto de vista racial, uma vez que aos indivíduos de outra raça convertida à religião judaica é negada a concessão automática da cidadania israelense, todavia assegurada aos judeus filhos de mães judias.

Através da confusão semântica confundem-se não só a origem do Estado de Israel mas o próprio Estado com o povo israelense. E o primeiro-ministro de Israel, Yigal Allon, pode definir o sionismo, então, dizendo que "é, em suma, o esforço constante para realizar a visão nacional e universal dos profetas de Israel". Parece indubitavelmente pertinente a declaração brasileira de que, criado o Estado de Israel há trinta anos, o sionismo, "mesmo se considerando como um movimento de libertação nacional, está historicamente esgotado". O que o Brasil obviamente não poderia acrescentar, mas constitui observação plausível, é que, dada a realidade da ocupação de territórios árabes por Israel, o sionismo tenderia a manter-se como justificação místico-política de expansionismo. Afora Israel, e devido ao elemento místico-religioso que de certa forma "protege" a política desse Estado, dificilmente se poderia supor a possibilidade de tolerância dos demais países para um movimento político que, a exemplo do sionismo, neles funcionasse como instrumento de apoio à política externa de determinado Estado. Se o compromisso maior do sionista é para com o país e a raça de seus antepassados, e não para com o país em que nasceu ou que o abriga, o Itamaraty não merece crítica por declarar que causaria "desagrado aos cidadãos brasileiros reconhecer que entre nós poderiam existir alguns que se sentissem mais ligados à raça a que pertencem ou ao país de seus antepassados do que ao próprio Brasil".

Mas a política brasileira quanto ao Oriente Médio será melhor examinada se se considerarem a especificidade do voto e o fato do estreitamento de relações com os árabes. O voto guarda coerência com três pontos dos quais o Itamaraty jamais se afastou: a defesa da solução negociada para o conflito (e para os conflitos, em geral); a condenação da permanência de Israel nos territórios ocupados pela força (o Brasil jamais reconheceu a ocupação territorial pela força); o reconhecimento do direito do

povo palestino a reconstituir também a sua pátria. Em tudo isso, o Itamaraty pode remontar às discussões de 1947, quando foi criado o Estado de Israel, conforme a declaração lida naquela oportunidade pelo deputado Arthur Souza Costa, delegado do Brasil na ONU — documento que, embora fornecido à imprensa por ocasião do voto anti-sionista, não mereceu maior atenção.

Ficou também praticamente esquecida, no debate do assunto, a declaração de voto com que o Brasil justificou sua não-participação nos debates sobre os projetos de resolução 168 e 110, decididos no mesmo dia em que se votou na ONU a resolução anti-sionista. A Resolução 168 recomendava que se convidasse a Organização de Libertação da Palestina, na qualidade de representante do povo palestino, para tomar assento à mesa das conferências e negociações promovidas pela ONU, em pé de igualdade com os demais participantes. A outra praticamente reiterava a resolução adotada na Assembleia Geral do ano passado, recomendando a formação de um comitê destinado a estudar fórmulas para assegurar "um lar aos palestinos". Esse documento expressava "grave preocupação pelo fato de que nenhum progresso foi alcançado no sentido do exercício pelo povo palestino de seus direitos inalienáveis, inclusive o direito de autodeterminação sem interferência externa, e o direito inalienável de retornar aos seus lares e propriedades dos quais foram desalojados e deserradicados". Após reiterar de modo enfático o seu apoio aos "legítimos e inalienáveis direitos do povo palestino à autodeterminação e à soberania", o chefe da delegação brasileira, embaixador Correia da Costa, explicou que não votaria nessas matérias em virtude das dúvidas que persistiam, para o Brasil, quanto à resolução vitoriosa no ano passado. Este foi uma ressalva a favor de Israel: o Brasil condena a ocupação de territórios, insiste em que Israel se retire das regiões que domina pela força, mas não aceita o risco de uma atitude que possa implicar o desalojamento dos judeus de seus lares, numa repetição do que ocorreu em relação aos palestinos.

A análise objetiva da política do Itamaraty em relação ao Oriente Médio afasta como ingênua ou apaixonada, no mínimo, a idéia de que o Brasil esteja a trocar de alianças ou, pura e simplesmente, de que esteja movido pelo desejo de agradar os árabes na ilusão de receber uma inundação de "petrodólares". O que se percebe, de início, é que o procedimento que vigorou durante o Governo anterior — definido como "equidistante" entre árabes e israelenses — era muito mais alheamento e inércia do que equidistância. Enquanto o Brasil se embalava no sonho triunfalista do "milagre econômico", renunciava-se a crise mundial que colocaria os árabes como um centro de poder e a OLP ia impondo a questão palestina como um problema político a ser inelutavelmente resolvido. Essa nova realidade e a realidade da crise que atingia o país obrigavam o Brasil a imprimir à sua política externa "um dinamismo acrescido", conforme expressão do general Geisel. Era óbvia a conveniência do estreitamento de relações com os povos árabes, em relação aos quais se iniciou uma política destinada a garantir suprimento de petróleo nas melhores condições e a estabelecer e expandir toda cooperação comercial, econômica e financeira que o estágio de desenvolvimento e o interesse dos dois lados possam propiciar. Hoje é grande o número de missões técnicas, brasileiras e árabes, que buscam identificar as áreas em que deve incidir o esforço de intercâmbio.

É evidente que, para realizar essa

política, o Itamaraty não poderia manter-se alheio aos problemas do Oriente Médio, limitando-se a acompanhar os países que capitaneiam o mundo ocidental. Não poderia omitir-se — e cada vez menos poderá omitir-se —, mesmo em face de problemas de natureza eminentemente política, numa área em que seus interesses tornam necessária a sua presença. Assim, sem ser fundamental para o estreitamento das relações com os árabes, o voto anti-sionista decorreu da aproximação com aqueles países. E, como atitude da afirmação política, visou-se menos a sublinhar a política brasileira quanto ao mundo árabe do que a política global do Itamaraty. Para "ampliar ao máximo o leque de alternativas", o Brasil ainda precisa demonstrar sua capacidade de divergir dentro do mundo ocidental, embora guardando fidelidade à integração hemisférica.

Exatamente devido aos "equivocos subjacentes" mencionados pelo presidente Geisel, o Itamaraty precisou empenhar-se com afinco, especialmente na América Latina e na África, para desfazer suspeições e preconceitos e infundir confiança quanto ao seu desempenho. As hesitações brasileiras em face do colonialismo português provocaram sérias resistências na África Negra, que se projetavam para o mundo árabe na medida em que, na mesma época, o Brasil mostrava alheamento em relação a esta área. Para superar essas dificuldades, o Itamaraty precisava "chegar primeiro", em decisões cruciais, para demonstrar que sustenta política própria.

A independência das antigas províncias ultramarinas de Portugal ensejou ao Itamaraty as melhores oportunidades de afirmação. Podem-se destacar três passos fundamentais para o desarmamento da África em relação ao Brasil. O primeiro consistiu no reconhecimento da independência da Guiné-Bissau, ato com que se surpreenderam Portugal, que ainda não havia reconhecido a nova nação, os Estados Unidos e os países da Europa Ocidental mais interessados na área. O segundo foi o fato singular da instalação de uma representação especial em Luanda, logo após o acordo de Alvor. O último passo, tornado natural pelo antecedente, consistiu no reconhecimento do "Governo instalado em Luanda" e a transformação da representação especial em embaixada.

Adotado no mesmo dia em que se confirmava o voto anti-sionista na ONU, o reconhecimento do Governo de Luanda foi envolvido no mesmo clima emocional e duramente criticado. Alegava-se que o Itamaraty se precipitara no reconhecimento do "Governo marxista" do Movimento Popular de Libertação de Angola, enquanto a Frente Nacional de Libertação de Angola e a União Nacional pela Independência Total de Angola — excluídas do Governo de transição — se mantinham em armas e até avançavam. Apontava-se ainda, como agravante, a existência de um segundo Governo angolano, instalado no Zaire por Holden Roberto, o líder da FNLA.

As razões objetivas do ato do Governo brasileiro pouco foram consideradas pelos críticos, sequer depois que o alto comissário de Lisboa em Luanda, almirante Leonel Cardoso — ressaltando embora que Portugal se mantinha em absoluta neutralidade —, disse à revista brasileira *Veja* que o MPLA demonstrou ter capacidade de organização e mobilização popular para governar. "Não apenas demonstrou ter essa capacidade", disse ele, "como é inegável que nenhum Governo em Angola resistiu mais de uma semana sem o apoio do MPLA, pois a maioria esmagadora dos advogados, médicos e professores deste país, além dos operários e trabalhadores do porto, é do MPLA. Ele, sozinho, deve ser capaz de governar An-

gola. O mesmo não ocorre com nenhum dos outros dois movimentos." O Governo brasileiro terá informações que confirmam a opinião do alto comissário português. Há mais, no entanto. O MPLA se distingue da FNLA por dois aspectos fundamentais: de um lado, formou-se e manteve sua luta tendo seus líderes, sempre, desde o início, dentro do país, ao passo que a FNLA sustentou de fora a luta pela independência, tendo o Zaire como base; de outro lado, porque o MPLA surgiu e se desenvolveu na região próxima a Luanda, onde era mais forte a herança cultural portuguesa e onde se fala efetivamente a língua portuguesa, enquanto a FNLA tem influência na região próxima ao Zaire, habitada por tribos que se encontram também naquele país e onde a influência francesa é muito acentuada.

A UNITA é o movimento de menor expressão que contava com a simpatia dos portugueses angolanos e esvaziou-se muito com o êxodo dos brancos, passando a sustentar-se com o apoio da África do Sul e da França, seu principal fornecedor de armamento.

O reconhecimento pelo Brasil representou importante apoio político para o presidente Agostinho Neto, que já contava com a solidariedade de todas as nações de expressão portuguesa — exceto do próprio Portugal, cuja "neutralidade" se explica pela crise em que vive e que o coloca na dependência de concessões à Comunidade Europeia. A retração de Portugal, que era previsível, mais situa a definição brasileira como gesto de fortalecimento da herança cultural comum, tanto mais ameaçada quanto no mapa da África a influência francesa é um peso que vem desde o Norte até a fronteira de Angola — e desce mesmo além dela, penetrando na região norte, controlada pela FNLA. A presença do MPLA, sozinho ou governando mediante acordo com os outros movimentos, é a melhor garantia de que no futuro a língua portuguesa não será em Luanda tão esquecida quanto o espanhol em Nova Iorque. Por outro lado, o reconhecimento do MPLA surgiu como única evolução natural, pois não re-

conhecer seu Governo significaria romper relações com ele, uma vez que implicava a retirada da representação especial. Essa missão brasileira, embora inicialmente funcionasse junto ao Governo de transição, já se restringia ao MPLA, desde que a FNLA, em julho, e a UNITA, em agosto, foram excluídas do poder. E acresce que não esboçaram qualquer reação contra a permanência da representação brasileira em Luanda.

Verifica-se pelo exame objetivo dos fatos que o MPLA tinha franca hegemonia quando o Itamaraty instalou em Luanda a única representação diplomática que lá existia e manteve entendimentos adequados com os três movimentos. Na hipótese de que a luta conduza a um novo acordo entre os três movimentos (tido pelos melhores observadores como a alternativa mais provável para o predomínio exclusivo do MPLA), o Itamaraty não terá uma virgula a alterar no seu comportamento. Na hipótese de domínio exclusivo do MPLA, pode-se raciocinar que o estreitamento de relações com o Brasil será uma fator de equilíbrio, pois tanto menos vulnerável seria esse "Governo marxista", à influência e à dependência do bloco comunista quanto mais fortes os vínculos com o Ocidente.

Dois dias após o reconhecimento do Governo de Agostinho Neto pelo Brasil, ou seja, dia 13 do mês passado, o jornal moçambicano *Notícias* publicava uma nota em que se lia: "O Governo do Brasil, como todo indica, poderá fornecer à jovem república a ajuda de que necessita para pôr em marcha a sua economia, gravemente afetada pelo êxodo dos portugueses. Nenhuma fronteira linguística separa os dois países e muitos altos funcionários angolanos afirmam que a população do país sente mais afinidades com os brasileiros do que com os portugueses".

Moçambique foi, das antigas colônias de Portugal, a que mais resistiu à aproximação com o Brasil. O estabelecimento de relações diplomáticas com Moçambique foi anunciado após o reconhecimento do Governo do MPLA.

Por enquanto, segundo se ouve em citações, o "reconhecimento do governo de Luanda", juntamente com os diversos votos brasileiros contra o sionismo, mostra que nossa diplomacia se tornou, enfim, "brasileira" e "independente", "Brasileira" e "independente" no sentido nacionalista dos termos. O fato, porém, é que "o alinhamento automático e incondicional com as posições dos Estados Unidos" (aliás nunca existente) foi substituído por um alinhamento quase incondicional e automático não apenas com as posições dos árabes, mas, o que é pior, com as posições da União Soviética. Como o Brasil é o único país ocidental que reconheceu o governo de Luanda, satélite de Moscou e Havana, seu voto não foi antiamericano (aspecto no caso, menos importante), mas foi anti-brasileiro e pró-soviético.(...)

Qual é a hipótese que devemos admitir para explicar o gesto do Itamaraty: a de que a diplomacia brasileira cedeu às pressões soviéticas ou a de que ela é tão dócil que nem precisava ser pressionada, tendo-se mostrado disposta a tomar espontaneamente uma atitude que países de orientação diplomática mais consciente e responsável se recusaram a assumir, a despeito das pressões soviéticas?(...)

Dir-se-ia que o chanceler Azêredo da Silveira, sob o impacto de seu temperamento emocional e precipitado, executou em um ano um programa diplomático que teria sido planejado pelo regime para o prazo de cinco anos, sincronizado com a progressiva liberalização do regime.(...)

A "mexicanização" ou a "peruanização" de nossa política externa e seu perfilhamento com os adversários das grandes democracias não só contraria os objetivos da democratização como também destrói a sua primeira condição fundamental. É esta mais uma razão por que acompanhamos com a maior desconfiança os passos da "nova diplomacia" brasileira.

ESTADÃO: Nova diplomacia é esquizofrênica ESP.13/11

O novo enfoque ideológico-político da nossa diplomacia é tanto mais surpreendente quanto discrepa do critério do nosso sistema militar, que constitui atualmente a base do regime e que permanece intransigentemente fiel às concepções e às premissas da grande síntese concertada pelo governo do marechal Castello Branco. Das declarações e, sobretudo, da atuação do chanceler se depreende, claramente, que, no entender do mentor da nossa diplomacia, as tensões entre o Leste e o Oeste cedem lugar, em importância e peso histórico, à confrontação Norte-Sul. E ele toma posições de acordo com esta premissa. Mas o chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, general Fritz Manso, insiste em que o objetivo estratégico russo é a vitória do comunismo em todas as latitudes, inclusive nos quadros de uma "coexistência pacífica proveitosa" para os interesses soviéticos — professando, portanto, uma tese que dá renovada ênfase à principal importância do conflito Leste-Oeste. Poder-se-á supor que esta esquizofrenia continue a presidir à orientação de nossa política externa e lhe assegure eficiência e êxito? Seja como for, não há dúvida que, se intelectuais e jornalistas mostrassem indícios tão manifestos de simpatia pelas posições dos russos e de seus "satélites" quanto os que exhibe a nova diplomacia brasileira, acabariam por ter problemas com o DOI.(...)

ESP.12/11

Se nos entregassem os "petrodolares", nosso veto seria indigno. Como não nos são entregues, o voto não foi nem pragmático nem responsável.(...)

SILVEIRA pode SEVERO pessimista JB17/12
CAIR ESP.14/11

O governo estaria começando a enfrentar dificuldades para sustentar a posição de Azêredo da Silveira no Ministério, onde o chanceler tem encontrado frequentes reações a diversos pontos do programa diplomático que está cumprindo.

Azêredo da Silveira contaria, de momento, com dois argumentos que sustentariam sua posição: 1 — A negativa sistemática dos governos revolucionários de alterarem seus ministérios; 2 — A recente crise política, que não recomendaria ao governo a mudança de um ministro-chave como o das Relações Exteriores.

Os especialistas acreditam que esses dois fatores jogam a favor do chanceler, mas não garantem que essa precária posição se manterá nos próximos meses.

A invulgar movimentação na área das embaixadas estrangeiras, com todos os diplomatas perguntando se Azêredo da Silveira "continua firme", parece constituir um sintoma de difícil posição em que o chanceler se colocou. Entre os próprios diplomatas brasileiros, alguns acreditam que Silveira desta vez abriu muitas frentes de luta ao mesmo tempo e estaria ficando sem uma segura retaguarda.

Antes do almoço, o Sr Severo Gomes afirmou, em conversa informal com a Imprensa, que o diálogo entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos que ora se desenvolve em conferências internacionais dificilmente chegará a algum resultado positivo.

— Para tanto, seria preciso que houvesse uma vontade política comum do lado dos subdesenvolvidos, e é muito difícil chegar a essa união com todas as diferenças que nos separam".

Falando sobre o papel do Brasil dentro do Terceiro Mundo, e dentro da América Latina em particular, o Ministro disse que durante muito tempo ainda o país deverá continuar com uma participação discreta, recusando todo papel de organizador da frente comum dos países subdesenvolvidos.

— Enquanto subsistirem no Brasil as categorias mentais do tempo da Guerra Fria, quando toda a oposição aos Estados Unidos é vista como uma ameaça à ordem social, não haverá condições políticas para nenhuma diplomacia mais ofensiva. Isso só passará quando o pensamento nacional evoluir, por meio do debate, para uma atitude mais moderna. Por enquanto continuamos vendo a luz de uma estrela que já morreu".

ULISSES contra voto anti-sionista ESP 7/11

Em Brasília, o deputado Ulisses Guimarães, presidente do MDB, discordou do voto brasileiro na ONU afirmando, em nota de caráter pessoal, que "no conflito entre árabes e israelenses devemos ser pela paz, intermediação que se inviabilizará com a parcialidade de contrariar a qualquer das partes". Segundo Ulisses Guimarães, "os princípios devem informar a política externa do Brasil conforme sua tradição".

ITAMARATY bajula árabes semi-civilizados ESP 13/11

Em discurso que fez ontem de manhã na Câmara, o deputado Milton Steinbruch (MDB-RJ) afirmou que o recente voto da delegação brasileira na Assembleia Geral da ONU aprovando a resolução que identifica o sionismo como uma forma de racismo "é um episódio meramente circunstancial que não espelha o pensamento de nosso povo". Steinbruch fez essas afirmações ao pedir a transcrição, nos anais, do editorial "Vitória do Racismo", publicado pelo jornal O Estado de S. Paulo.

"O pragmatismo itamaratiano, — friso — reflexo da ausência do diálogo entre o povo e o governo nesta fase de nossa vida política, transformou um país carente de petróleo, como o nosso, em bajulador caudatário dos árabes semi-civilizados".

6000 judeus se manifestam ESP 2/12

"Não alcanço compreender que, no ensejo de explicar o inexplicável, a triste posição do Brasil face ao sionismo, tenha, há um mês, feito assertiva surpreendente de que o voto de Oswaldo Aranha era, inicialmente, favorável ao Estado cantonal e, depois, votou pelo Estado Judeu, negando sua presença dominante e profundamente normativa nos acontecimentos da Assembleia que presidiu". Essa afirmação Oswaldo Aranha Filho fez, sábado, durante a "Festa das Luzes", homenagem que a coletividade judaica prestou a seu pai, no Anhembi, transformada na única manifestação direta relacionada à recente posição do Itamaraty na ONU classificando o sionismo como forma de racismo.

A "Festa das Luzes" começou às 22 horas, quando cerca de seis mil judeus presenciaram a cerimônia de acender das velas do candelabro, realizada por quatro sobreviventes de campos de concentração nazista, um do gueto de Varsóvia e outro parvisan judeu da resistência na Itália — Conrad Harnatz, de Auschwitz; Bernardo Jakob-

vitz, de Buschenvald; Benjamin Roitburd, de Tranz-Dinaministra, na Romênia; Samuel Wolf-dorf, de Maidenek; Michel Bandula, e José Bilet. Em seguida, o diretor da revista "Manchete", Adolfo Bloch, entregou a Oswaldo Aranha Filho uma placa de prata com a inscrição "enquanto houver um judeu vivo, o nome de Oswaldo Aranha e o do Brasil serão lembrados com gratidão".

Denunciado anti-semitismo ESP 2/12

Após entrevistar-se ontem por mais de 40 minutos com o presidente Geisel, no Palácio do Planalto, o presidente da Federação Israelita do Brasil, Benno Milnizky, classificou o encontro de "muito cordial e tranquilizador, uma vez que o presidente manifestou simpatia e respeito pela comunidade judaica e constatou que vários judeus ocupam posição de destaque no seu governo".

A saída do gabinete presidencial, em rápido contato que manteve com os jornalistas, Benno Milnizky informou que o objetivo da audiência foi eliminar uma inquietude da comunidade, uma vez que certas áreas anti-semitas acreditaram que a posição do Brasil na Organização das Nações Unidas era um sinal verde para que se manifestassem.

Suspensa viagem ao Iraque ESP 7/12

A possibilidade de se estender a viagem do chanceler até o Iraque está definitivamente afastada. Parece ter prevalecido a opinião de que seria inoportuna uma visita a um país árabe num momento em que permanece ainda muita viva na lembrança de expressivos setores da opinião pública nacional a posição que o Brasil adotou no caso do sionismo. A não ser que a viagem pudesse apresentar resultados concretos, substanciais e imediatos, que permitissem ao chanceler exibi-los à Nação e assim sufocar, no nascedouro, a reação dos setores que veriam nesse novo gesto de aproximação com os árabes mais um ato de "provocação".

Árabes satisfeitos ESP 11/11

Os participantes do II Congresso Panamericano-Árabe, que se realiza em São Paulo, aprovaram ontem moção expressando ao presidente Geisel e ao chanceler Azeredo da Silveira o agradecimento de cinco milhões de árabes e seus descendentes pela posição assumida pelo Brasil a propósito do sionismo.

O ministro de Obras Públicas da Síria, Abdolganí Kanout, declarou que quem puder examinar a imprensa árabe, dos últimos dias, poderá constatar a ótima repercussão obtida pelo apoio brasileiro a decisão da ONU, "o que irá, sem dúvida, acelerar o processo de aproximação entre os países árabes e

o Brasil". Knout definiu o voto brasileiro como "justo e coerente com a verdade, além de ter sido baseado em uma convicção brasileira independente".

EE.UU. pressionam-I ESP 22/11

WASHINGTON — Ao mesmo tempo que, em Washington, a comissão de relações internacionais da Câmara de Representantes votava ontem a suspensão da ajuda norte-americana aos países que adotarem posição contrária aos Estados Unidos na ONU, em Brasília, um porta-voz do Itamaraty declarava que a medida não tem maior importância e observava que "o Brasil felizmente, já passou daquela fase de precisar de ajuda econômica". Por isso, os especialistas prevêem pressões políticas ao Brasil.

Os especialistas entendem que, no caso do Brasil, as sanções localizar-se-iam preferencialmente na área política, dependendo do desdobramento que Washington pretenda e consiga oferecer ao projeto de resolução apresentado dia 12 na ONU. Nesse projeto, submetido pelos Estados Unidos à comissão de Direitos Humanos da Assembleia Geral daquele organismo, era solicitada a libertação mundial de todos os presos políticos.

Os especialistas selecionaram particularmente o item I da proposta de Washington, que fere frontalmente a orientação do regime brasileiro: "Apela a todos os governos que proclamem uma anistia incondicional, libertando todos os presos políticos, devendo ser compreendidos sob esse nome as pessoas privadas de sua liberdade, principalmente porque, de acordo com a Declaração Universal dos Direitos do Homem, procuraram expressar de forma pacífica crenças e opiniões diferentes das sustentadas por seus governos ou deram assistência legal ou outras formas de assistência não violentas a tais pessoas".

O governo brasileiro e as correntes que contribuem de maneira mais decisiva para as decisões nacionais têm, reiteradamente, afirmado que a anistia política está fora de cogitações. E por isso que os especialistas antecipam problemas ainda maiores entre Washington e Brasília, se os Estados Unidos resolverem adotar sanções políticas.

EE.UU. pressionam-II ESP. 19/12

WASHINGTON — A comissão de Relações Exteriores da

Câmara de Representantes aprovou ontem, por 12 votos contra 11, uma emenda proibindo ao governo conceder ajuda na forma de treinamento militar ao Brasil, a partir do próximo ano.

A emenda, apresentada pelo deputado Leo Ryan, democrata do Estado da Califórnia.

Ryan declarou a imprensa que resolveu adotar tal medida depois de receber informações de que o governo brasileiro tortura presos políticos. Em sua opinião, os Estados Unidos não devem ajudar a treinar as Forças Armadas de países onde se pratica a tortura e outros tipos de violação dos direitos humanos.

Presença brasileira na África

Ao decidir ontem estabelecer relações diplomáticas a nível de embaixada com Moçambique, o Itamaraty fechou o que alguns diplomatas denominam de um "ciclo da diplomacia africana". O Brasil, que há poucos dias reconhecera "o governo instalado em Luanda", tem agora relações diplomáticas, a nível de embaixada, com as cinco nações africanas de expressão portuguesa — Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe — o que se considera de fundamental importância para a presença brasileira na África.

Os cinco países africanos de expressão portuguesa, assinalam alguns diplomatas, são muito solidários entre si. Construíram essa solidariedade desde os primeiros tempos da luta pela emancipação nacional. De forma que o Brasil, se deseja levar avante uma consequente e firme política africana, não pode deixar de ter relações com qualquer deles. Os cinco se constituiriam numa peça importante para a diplomacia brasileira na África.

Ministro em Angola é chamado ESP 24/12

"O Itamaraty informa que, atendendo a razões de ordem puramente administrativa, o ministro Ovidio de Andrade Melo está sendo chamado a Brasília. O ministro Ovidio de Andrade Melo, atual encarregado de negócios em Luanda, que vem cumprindo com competência e dedicação suas funções, necessita de cuidados médicos urgentes e, por essa única razão, será substituído, provisoriamente, pelo primeiro-secretário Afonso Celso de Ouro Preto".

JB 24/12

Relações com Angola congeladas?

A notícia da saída do Encarregado de Negócios coincidiu com as informações a respeito de uma tendência do Governo brasileiro para reexaminar a sua posição de reconhecimento e apoio ao Governo instalado em Luanda (sob controle do MPLA, de Agostinho Neto) em face da crescente interferência de forças cubanas e assessores soviéticos no conflito angolano em favor desse movimento.

PROSSEGUE EXPANSÃO NA AL

Tratado com PARAGUAI ESP/12

O Tratado de Amizade e Cooperação, assinado ontem entre Brasil e Paraguai, como ato mais importante da visita que o presidente Ernesto Geisel está fazendo a Assunção, define o futuro das relações entre os dois países, estabelecendo muitos campos para o intercâmbio político, econômico, comercial, financeiro, científico, técnico, cultural e transportes, de limites e turismo.

Além do Tratado, foram assinados mais dois atos: um crédito de 3,5 bilhões de dólares, aberto pela Eletrobrás em favor da Itaipu Binacional; e um protocolo adicional ao Tratado de Limites de 21 de Maio de 1972. Os dois governos também divulgaram, já aprovado, o Plano Diretor de Integração dos Sistemas de Transporte Brasil-Paraguai.

O Tratado de Amizade e Cooperação, que é muito abrangente, buscará favorecer a integração entre os dois países, executando programas que tenham reflexos no desenvolvimento econômico e social dos respectivos povos. Para assegurar o bom cumprimento do tratado, foi criada a Comissão Geral de Cooperação, de Coordenação Brasileiro-Paraguai. Ele terá como finalidade fortalecer a cooperação, analisar e acompanhar os assuntos de interesse comum e propor novas medidas que complementem o tratado.

O documento ratifica as posições de Brasil e Paraguai a respeito da livre navegação nos rios internacionais da Bacia do Prata e apela seu aproveitamento. Também reitera a identidade de critérios em relação ao aproveitamento dos recursos naturais, que permitem a construção do usina de Itaipu. O tratado reforça todas as decisões a respeito de Itaipu, enunciando textualmente que "tendo em vista as importantes finalidades do tratado de Itaipu", seus objetivos e propósitos são reafirmados. Para especificar ainda mais o caráter irreversível da hidrelétrica, o documento diz que está manifestação vale não apenas para o Tratado de Itaipu, mas também para "protocolos adicionais, notas diplomáticas e de-

mais instrumentos que dele decorrem".

Além de Itaipu, Brasil e Paraguai buscarão estabelecer novas alternativas para a integração elétrica, com a interligação dos sistemas em outros pontos das fronteiras.

Ainda no capítulo do aproveitamento de recursos naturais, é considerada prioritária a elaboração de um plano de desenvolvimento integral para a região do Alto Paraná. Esse objetivo será atingido em conjunto com medidas que definem o potencial hidrelétrico dos rios Acaray, Monday e Nacunday. Também é pretensão dos dois países assegurar a ampla navegabilidade do rio Paraguai. O Brasil se compromete a iniciar, a curto prazo, a pesquisa para captação e distribuição de águas subterrâneas na região ocidental do Paraguai, o chamado Chaco paraguaio.

Outro ponto considerado vital na parte de recursos naturais é a autorização brasileira para que empresas com capitais exclusivamente paraguaios, possam pescar no mar das 200 milhas. O Brasil se compromete a ampliar os direitos que o Paraguai já goza junto a ele, procurando compensá-lo por causa da sua condição de país mediterrâneo. Por isso, deverão ser facilitadas as condições paraguaias de acesso ao mar, que o Paraguai já desfruta por meios de depósitos francos nos portos de Santos e Paranaguá.

Além dessas iniciativas, que terão reflexos diretos ou indiretos na economia paraguaia, o Brasil procurará favorecer o fortalecimento dessa economia. Entre essas medidas, vão figurar linhas de crédito para a aquisição no Brasil de bens de capital. A iniciativa pretende cooperar no desenvolvimento industrial do país vizinho. Serão assinados acordos de complementação industrial e criadas novas empresas binacionais.

Nesse campo, outra medida importante é a criação do intercâmbio comercial com a próxima assinatura de um protocolo de expansão comercial. Uma grande rede de transportes também se integrará ao programa de valorização do comércio, a partir, principalmente, do plano diretor de integração dos sistemas de transportes. Esse plano é consequência do Geipot (Empresa Brasileira de Planejamento de Transporte) e é considerado um trabalho técnico de alto nível. Ele pretende servir de base para uma eficiente política de transporte entre os dois países.

O Plano de Integração de Transporte, prevê a interligação das ferrovias dos dois países, e propõe um plano diretor de transporte fluvial no rio Paraná, de Assunção à foz do Rio Negro. O plano de

melhoramento de rodovias dá prioridades, por enquanto, à ligação Concepción-Pedro Juan Caballero e Coronel Oviedo e Bella Vista e Caaguazu-Presidente Stroessner. Seriam também implantados os trechos Valleni-Ruta 5 e Bella Vista-Ruta 5. Esses estudos abrangem toda a área Leste-Sul do Paraguai, incluindo os departamentos de Concepción-Amambái, San Pedro, Canendiyu, Caaguazu, Guaira, Alto Paraná, Caapaza e Itaipu. As obras abrangerão uma área de 121.889 quilômetros quadrados, correspondendo a 38% do território paraguaio. Nessa área se concentram um milhão cento e vinte mil habitantes, ou seja, 45% da população do País.

No setor de cooperação científica e técnica, os dois países pretendem manter intercâmbio na área da energia atômica, com uso pacífico. Os entendimentos nesse sentido, baseavam-se num acordo de 1961, e agora deverão ser reativas, com a condição adquirida pelo Brasil após a assinatura do tratado nuclear, com a República Federal da Alemanha.

O tratado assinado entre o Brasil e Paraguai também prevê o aumento do intercâmbio cultural e turístico, a melhoria das telecomunicações e acordos em matéria de previdência social.

Acordos com PERU e VENEZUELA ESP/12

A conclusão de acordo comercial entre o Brasil e o Peru, considerado por alguns diplomatas o mais completo, de âmbito bilateral, já firmado pelo Brasil, e a abertura, simultaneamente, de um crédito de 17 milhões de dólares para o Peru adquirir produtos brasileiros — são os dois principais resultados concretos da visita que o chanceler brasileiro Azeredo da Silveira iniciou ontem a este país. Mas a delegação brasileira prefere assinalar que o mais importante da visita está no seu caráter político. Os acordos, por mais amplos que sejam, poderiam ter sido negociados e assinados pelas vias diplomáticas normais. Mas a presença de Silveira no Peru tem um alto significado: é a contrapartida brasileira à ofensiva de estreitamento de relações iniciada pelo próprio governo peruano.

O chanceler Azeredo da Silveira, na cerimônia de instalação da reunião, disse que o acordo consubstancia uma "fórmula inventiva" para a dinamização das relações comerciais entre os dois países. "A fórmula — assinalou — representada pelo oferecimento recíproco de garantia de mercado para o su-

primento de nossas carências e para escoamento de nossa produção, não apenas contribui para nossa proteção contra conjunturas comerciais adversas, como também fornece soluções concretas para a criação, por via bilateral, de condições sucetíveis de acelerarem o processo de complementação econômica latino-americana". Disto, deve assinalar-se, ocorre imediatamente após a conclusão de entendimentos com a Venezuela, considerados igualmente importantes — mas que não serão tornados públicos por decisão de ambas as partes. Esses entendimentos foram mantidos no curso de uma reunião da comissão mista brasileiro-venezuelana, realizada de segunda-feira até ontem em Caracas.

Contratos com BOLIVIA ESP/12

LA PAZ — Duas empresas brasileiras assinaram em La Paz contratos avaliados em mais de 16 milhões de dólares (142,4 milhões de cruzeiros). O primeiro contrato visa dotar quatro importantes cidades bolivianas de um sistema automático de comunicações telefônicas. O segundo prevê a entrega de 480 vagões ferroviários.

GEISEL aplaude em discurso ESP/12

(...) Finalmente, é mister mencionar algumas das realizações da diplomacia brasileira em 1975, dentro de política de pragmatismo responsável que vem caracterizando a ação do Governo no setor.

O acordo para o desenvolvimento da energia nuclear, assinado com a Alemanha, foi sem dúvida, no âmbito internacional, o fato de maior repercussão interna e externa, de nossa ação diplomática. Marcou, para a economia brasileira, o fim de uma nova era e, no âmbito mundial, mostrou a determinação e a maturidade com que o Brasil sabe conduzir-se, na defesa dos interesses nacionais, imune a pressões desabidas.

A viagem presidencial a Assunção foi de grande significado para as nossas relações com a valorosa nação guarani, a que nos ligam laços da mais sincera amizade. O tratado que assinamos naquela capital marca nova etapa no relacionamento de nosso país com a República do Paraguai — tal como os anteriormente firmados em Cochabamba com a Bolívia, em Rivera com o Uruguai. A amplitude desses tratados representa alio de inédito na política internacional do Brasil em relação a seus vizinhos do hemisfério.

Mil novecentos e setenta e cinco foi também secundo no estreitamento dos laços de amizade com as nações africanas. Luto especial deve ser creditado à política de aproximação com as novas nações de língua portuguesa, no contexto da qual, fiel aos princípios de não intervenção e de respeito à autodeterminação dos povos, o Brasil estabeleceu relações diplomáticas com todos os Estados oriundos das antigas colônias de Portugal.

conflitos pela posse da terra

enfrentamento

no

Maranhão *ESP4/11*

Cerca de 30 posseiros e mais uma dezena de empregados de fazendas localizadas no povoado de Sabonete, no município de Grajaú, distante mais de 600 quilômetros de São Luís, travaram cerrado tiroteio na noite de sábado, devido a problemas de terras e que provocou a morte de um posseiro cuja identidade ainda é desconhecida. As informações sobre a autoria do crime, contudo, ainda que imprecisas, revelam que a política de Grajaú está a procura do posseiro Francisco Rebouças, um ex-sargento reformado da Polícia Militar do Ceará e líder dos posseiros na região. Também o paraense Julio Davi, um dos fundadores de Sabonete, está foragido.

O povoado de Sabonete fica entre os municípios de Barra do Corda e Grajaú, numa área de intensa concentração de fazendas. Os conflitos por problemas de terras começaram há pouco tempo, com a chegada de um capataz, José Cirilo, dizendo que tinha ordens para demarcar, de qualquer maneira, as terras da Fazenda São Benedito, pertencente a dois empresários de Imperatriz, conhecidos apenas por Diomar e Milton. Os moradores, liderados por Rebouças e Julio Davi, reagiram dizendo que Sabonete ficava fora das terras da fazenda e que, por isso, não sairiam. Esse foi o começo de uma série de conflitos, que chegaram a obrigar algumas famílias a abandonar o povoado.

Já em 1958, Sabonete tinha sido considerado como localizado em terras da Fazenda São Benedito. Com a primeira demarcação dessas terras, o povoado teve de mudar-se, indo para a outra margem da estrada Grajaú-Barra do Corda. Agora, os proprietários da fazenda querem também essas terras.

O próprio juiz de Direito de Grajaú, Edgar Alves Carvalho, disse publicamente que no povoado não havia segurança "nem para exercer meu trabalho". Por isso foi transferido. Mas também o prefeito Alfredo Falcão — acusado pelos grandes proprietários de estimular as "invasões" dos posseiros — considera "quase impossível evitar uma briga de terras igual àquela do Paraná".

Os conflitos por problemas de terras são cada vez maiores. Há alguns meses, Francisco Rebouças e Julio Davi, acompanhados de 300 homens armados de enxadas e foices, tentaram emboscar José Cirilo, que conseguiu escapar, desaparecendo da região. Mas a Fazenda São Benedito contratou outro capataz, conhecido por Teodoro, e os problemas continuam. Hoje, a situação toma ares de uma guerra de fronteiras de um lado do cerrado

Grajaú-Barra do Corda, onde se localiza a São Benedito, trafegam apenas os empregados da fazenda e eventuais passageiros dos ônibus que param no povoado; do outro lado, apenas os posseiros.

expulsão de seringueiros

ESP23/11

A grande procura de seringais do Estado do Acre por empresários do Sul do País interessados nas extensas áreas de terras férteis para desenvolver projetos agropecuários, onde sempre se trabalhou na extração de borracha, está preocupando seriamente o governo do Estado, o INCRA, o IBDF, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e os órgãos de segurança. Só no município de Rio Branco o número de "invasores" se eleva a dois mil.

Forçados a abandonar as suas colocações (áreas determinadas para a exploração da borracha, com número definido de seringueiras) para dar lugar a grandes pastagens e à criação de gado, os seringueiros partem com suas famílias para outras áreas de seringais ainda não vendidas onde o extrativismo é conservado. A grande maioria desses retirantes recusa-se a aceitar o novo tipo de trabalho oferecido, como a derrubada das matas.

Enquanto os proprietários não conseguem provar sem os títulos definitivos a posse real das terras e o INCRA encontra dificuldade em considerá-las devolutas da União, a notícia da ocupação indiscriminada atrai aventureiros de outros Estados e moradores da própria região, que se aproveitam da confusão criada para tornar-se proprietários de terras alheias.

O governador Geraldo Mesquita reconhece a gravidade da situação e lembra que vem tomando conhecimento de atividades ilegais de ocupação de terras particulares, apesar da advertência em sentido contrário. Essas atividades, segundo o governador, prejudicam seriamente os planos de colonização ordenada em andamento tendentes a "favorecer milhares de agricultores, realmente necessitados de terras, para garantia de sua sobrevivência". Mesquita adverte "as pessoas ingenuamente atraídas a essa aventura para que reconsiderem seus procedimentos e orientem suas reivindicações, encaminhando-as através dos órgãos competentes

do governo".

Para o diretor de Segurança Pública do Estado, Agamenon Alcântara Moreno, tudo leva a crer que exista um plano subversivo por trás desse episódio e que alguns elementos estejam insuflando peões a invadir as terras para contrariar as leis do governo federal. A Contag tem procurado reunir os trabalhadores rurais em sindicatos e fazê-los entender a necessidade de enfrentar a situação por meios legais, inteirando-se dos direitos definidos pelo Estatuto da Terra e pela legislação trabalhista rural. Há poucos dias, a confederação criou o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sena Madureira, que já conta com mais de 900 associados, e está em estudos a criação dos Sindicatos de Xapuri, Brasília e Rio Branco.

No sindicato de Sena Madureira, as primeiras audiências revelaram uma reclamação comum: falta de pagamento pelos serviços de desmatamento e limpeza de roças prestados aos novos donos das seringais, o que parece constituir-se num meio de forçar o seringueiro a abandonar as terras e deixar o seringal livre de posseiros.

Rio Branco, a Capital do Estado, recebe diariamente novas levas de habitantes dos seringais do Alto Purus e dos rios Iaco, Caetés e Macua, onde se concentra o maior número de seringais. Padre Paulino, da paróquia de Sena Madureira, conhece todos os seringais e a maioria de seus ocupantes. Percorrendo a região há mais de 20 anos, não esconde sua revolta pelo que vem ocorrendo a afirmação que os paulistas estão comprando tudo e forçando a saída dos seringueiros. Ele explica como se processa essa expulsão:

— Os seringalistas adotavam o sistema de "aviar" os seringueiros todos os meses com gêneros alimentícios. A mercadoria era transportada em burros mata a dentro, através dos varadouros que levavam a todas as colocações.

Os seringueiros pagavam essa mercadoria com borracha, no final da safra. Mas os pecuaristas cortaram esse fornecimento e os burros não saem mais da margem, onde se localizam as administrações dos seringais.

Outra forma de expulsar os seringueiros é relatada pelo advogado Pedro Marques da Cunha Neto, assessor da Contag:

— Os pecuaristas contratam empreiteiros para a derrubada da mata e estes, por sua vez, empregam os seringueiros. Após quatro ou cinco meses de serviço, em que o trabalhador recebe apenas a alimenta-

ção, o proprietário da terra dá uma grande soma para o empreiteiro ir embora, deixando os trabalhadores na mão. Assim, o proprietário consegue formar sua pastagem com pouco dinheiro e isentar-se de problemas trabalhistas com a mão-de-obra empregada. Mas há um outro personagem que atua na área, conhecido como gato, que alicia os trabalhadores com a promessa de bons salários e terras.

Na cidade, todos comentam o que vem ocorrendo no seringal Riozinho, adquirido por Benedito Tavares Doulo. Esse empresário chegou a transportar, de Boeing, peões de Mato Grosso. Do aeroporto, os trabalhadores foram levados de barco para o seringal. Ainda em Mato Grosso, eles haviam assinado um contrato de trabalho com a empresa, mas o documento lhes foi arrancado da mão quando chegaram ao aeroporto de Rio Branco. Depois de terem sido enganados e sofrido maus tratos, os bóias-frias relataram o ocorri-

posseiros enfrentam grileiros

ESP18/12

Mais de 200 posseiros e aproximadamente 100 grileiros enfrentaram-se, fortemente armados, na tarde da última segunda-feira, nas ruas desertas do povoado de São Pedro da Água Branca, em Imperatriz, distante 600 quilômetros de São Luís. Os grileiros pretendiam anexar a área ocupada pelo povoado, e onde moram 1.800 pessoas, a uma propriedade de quatro mil hectares pertencente aos fazendeiros Jackson Mendonça e Gerson Castro Alves, mas foram repelidos pelos homens de São Pedro da Água Branca, que já os aguardavam à entrada do povoado, depois de um cerrado tiroteio que durou 30 minutos.

Até agora continuam confusas e contraditórias as informações das autoridades maranhenses sobre o conflito entre grileiros e posseiros ocorrido no início desta semana no município de Imperatriz, quando 100 homens liderados pelos fazendeiros Jackson Mendonça e Gerson Castro Alves atacaram o povoado de São Pedro da Água Branca, na divisa com o Estado do Pará.

As informações chegadas de Imperatriz dão a entender que os posseiros já aguardavam o ataque dos grileiros (os quais pretendiam anexar a área onde se localiza o povoado a uma fazenda próxima), tanto que estavam entinchados e armados. Não se explicou, porém, quem avisou os posseiros sobre o ataque, ou de que forma eles tiveram conhecimento disso. Também não se sabe quem os armou. Quanto a este aspecto, a única explicação lógica encontrada é a de que resistiram aos invasores com as armas que usam normalmente para caçar — geralmente espingardas cartucheiras.

Os moradores também pare-

ciam organizados e avisados com bastante antecedência, porque a investida dos grileiros ocorreu no início da tarde, hora em que os homens do povoado deveriam estar cuidando dos seus roçados, os quais ficam distantes da vila. Outro aspecto que reforça essa hipótese é que a maior parte das mulheres se refugiou com os filhos nas matas ou trancou-se em casa quase uma hora antes do ataque.

Outro ponto contraditório nas informações do delegado regional de Imperatriz, João Severo, se refere à prisão dos soldados paraenses da Delegacia de Marabá. Anteontem ele dizia que apenas dois soldados foram capturados pelos posseiros, ficando presos durante o resto da tarde de segunda-feira até a sua chegada, quando os libertou. Ontem, entretanto, ele afirmou que eram seis policiais, entre eles um sargento e um cabo da Polícia Militar do Pará, que ficaram aprisionados uma semana e não apenas uma tarde.

Se a última versão for verdadeira, então o conflito teria ocorrido na segunda-feira da semana passada, e não no início desta, quando a informação foi liberada. Por outro lado, comentou-se ontem em São Luís, que um dos PMs morreu durante o tiroteio. Aliás, a inexistência de vítimas é uma informação que tem sido recebida com estranheza, mesmo porque os grileiros teriam sido surpreendidos a descoberto quando houve a reação dos moradores.

Também não se informou se foi feita alguma prisão entre os posseiros, apesar de o delegado e o comandante do 3.º Batalhão da Polícia Militar (com sede em Imperatriz), terem atravessado as barreiras colocadas pelos moradores na estrada de acesso ao povoado e libertado os policiais que se achavam prisioneiros. Da mesma forma, não se explicou porque apenas os fazendeiros Jackson Mendonça e Gerson Castro Alves estariam sendo procurados pelas autoridades.

Comenta-se que eles teriam, por meio de um ardid, conseguido convencer a Delegacia Regional de Polícia de Marabá, no Pará, de que havia uma briga no povoado e, assim, obtido o auxílio dos seis PMs. Com uma ordem falsificada do delegado de Imperatriz, chegaram à entrada do povoado e mantiveram contatos com os posseiros Francisco Teresa e José Maurício, que os advertiram de que, "se entrassem no povoado não poderiam sair novamente".

Até bem pouco tempo o Exército realizou, com êxito, operação antiguerrilha na região de Xambioá, divisa do Pará com Goiás, sendo essa, talvez, a razão da preocupação das autoridades com o assunto.

O secretário da Segurança Pública do Pará, coronel Dirceu Bitencourt de Sá, desmentiu ontem, em Belém, que sol-

dados da Polícia Militar do Estado tenham participado do conflito entre fazendeiros e posseiros na localidade de Areia Branca, no município maranhense de Imperatriz. Até ontem cedo, o governo paraense não tinha tomado nenhuma posição oficial na questão.

Na terça-feira, assim que tomou conhecimento do conflito, pelos jornais, o governador Aloysio Chaves convocou seu secretário de Segurança. Tentaram uma comunicação telefônica com Imperatriz mas não conseguiram. Foi enviado um oficial ao local e, ontem, no final da tarde, Dirceu de Sá convocou a imprensa e disse que o governo do Pará desconhece qualquer conflito entre posseiros e fazendeiros envolvendo soldados da PM do Estado.

violência latifundiária ESP11/11

Mais de mil posseiros da localidade de Cascelheiras, município de Barra dos Garças, estão sendo ameaçados por jagunços a mando de grandes fazendeiros, que já queimaram casas, destruíram plantações e cercas e, há dias, sequestraram uma menor para obrigar sua família a deixar as terras que ocupavam há dez anos.

O caso acaba de ser denunciado na Assembleia Legislativa de Mato Grosso pelo deputado Gomes Bezerra, do MDB, que leu da tribuna cópias dos documentos enviados pelos posseiros às autoridades, inclusive duas cartas enviadas ao presidente Geisel, pedindo providências.

posseiros - espancamento e prisão ESP22/11

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Maria da Vitória e Coribe, municípios situados a cerca de mil quilômetros de Salvador, denunciou por ofício à Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado da Bahia o espancamento e prisão, no último dia 17, de sete posseiros que trabalhavam no cultivo de arroz, na Fazenda Matinha, município de Coribe. Os agressores, segundo o ofício enviado à Federação, foram 18 ajudantes do fazendeiro Luiz Américo Lisboa, que quer à força incorporar às suas terras os sítios ocupados pelos posseiros. Segundo o Sindicato, os ajudantes do fazendeiro foram auxiliados por quatro soldados de Polícia, chegados de Bom Jesus da Lapa.

De acordo com a comunicação do Sindicato, um grupo de 19 posseiros da Fazenda Matinha foi chamado, no início do mês, pelo juiz Anísio Borges Domingues e pelo fazendeiro Luiz Américo Lisboa, que lhes fez propostas para comprar as terras por eles ocupadas. Os posseiros teriam respondido que só sairiam ou venderiam as terras se a lei os obrigasse, explicando que há mais de 15 anos cultivam aquelas terras. Dez dias depois desse encontro ocorreu a prisão dos pos-

seiros.

Dando conta de que o clima na região é de tensão e que "o caso está bastante sério", os trabalhadores solicitam ainda "providências energéticas e urgentes", pois o fazendeiro "Luiz Américo tem cinco advogados empenhados em expulsar os posseiros".

fazendeiros expulsam 560 famílias ESP13/12

A Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado da Bahia recebeu ontem um relatório da sua Assessoria Jurídica denunciando que 560 famílias já foram expulsas de suas terras nos últimos cinco anos, no município de Andaraí, a 414 km de Salvador, por latifundiários que chegaram à região atraídos pela construção e pavimentação da rodovia Salvador-Brasília. BR-242.

Segundo o documento — que a direção da entidade está estudando e deverá encaminhar às autoridades do setor em níveis estadual e federal —, 125 famílias estão sofrendo atualmente pressões, tais como queima de roças e destruição de cercas e casas, expediente largamente utilizado pelos grileiros para expulsar os posseiros.

Detalhando todo o quadro constatado pelos advogados da Federação no local, o relatório informa que a expulsão gradativa dos trabalhadores rurais de Andaraí, que constituem 90 por cento da população do município, e a destruição de suas lavouras provocaram grande decréscimo na arrecadação municipal. Em consequência, o comércio entrou em crise e subiram os preços dos gêneros de primeira necessidade, "o que está levando o município à falência".

O relatório informa que a pecuária extensiva tem gerado problemas sociais e econômicos, porque explora inadequadamente a terra, substituindo indiscriminadamente pelo capim as culturas necessárias à manutenção da população, o que acarretou o aumento do custo de vida. Por outro lado, a expulsão dos colonos de suas terras vem contribuindo para o êxodo rural, na medida em que a nova atividade absorve pouquíssima mão-de-obra e bloqueia o desenvolvimento de um mercado interno de produção e consumo: "É inaceitável que a propriedade ultra-extensiva, predatória, desumana e desprovida de uma verdadeira racionalidade econômica — diz um trecho do documento — provoque uma inversão de valores, substituindo o homem pelo boi e o feijão pelo capim".

O relatório conclui dizendo que, se medidas urgentes não forem tomadas, o município será transformado em um imenso pasto e "os trabalhadores rurais serão marginalizados nas cidades vizinhas ou semi-escravizados no campo como boias frias".

MISERIA E MALARIA dez 75

A Malária já matou mais de três mil pessoas, nos últimos três anos, na região de Pontes e Lacerda e Vila Bela, no Vale do Guaporé, a aproximadamente 600 quilômetros de Cuiabá. No Espírito Santo, a Superintendência de Campanhas no Combate às Endemias — Sucam — confirmou a existência de 342 casos de malária, até o final de outubro.

Nas várias fazendas abertas pelos grandes posseiros do Vale do Guaporé, um trabalhador ganha entre 20 e 30 cruzeiros por dia, incluindo a alimentação. Esse salário seria razoável, não fosse a exploração pelos próprios fazendeiros que vendem artigos por até 300 por cento acima do real.

Quando um trabalhador é acometido da malária, paga até 200 cruzeiros por um "coquetel" — 500 gramas de soro glicosado, aralém, novalgina e frufoplex —, que custa apenas 28 cruzeiros em qualquer farmácia de Cuiabá ou Cáceres. "E, se o peão toma mais de dois coquetes e não sara, é mandado embora, mesmo doente, para não aumentar sua dívida", afirmou Inimar Santos, 53 anos, posseiro de uma área de 10 mil hectares nas margens do rio Verde, afluente do Guaporé.

A fazenda Agropecuária Cerro Azul tem atualmente 300 trabalhadores, mas, há quinze dias, cerca de 60 estavam com malária. No entanto, a Agropecuária Cerro Azul é uma das

GUARDAS AMEAÇAM PEÕES ESP28/11

Os oficiais designados pelo comando da Companhia de Policiamento do Interior, da Guarda Territorial do Amapá, iniciaram, ontem, no quartel "Plácido de Castro", a tomada de depoimentos no inquerito aberto para esclarecer a morte de dois "peões" durante um conflito com guardas da corporação, no vilarejo de Pedra Branca, às margens da rodovia Perimetral-Norte. As declarações tomadas ontem não foram reveladas. Foram ouvidas apenas testemunhas, mas hoje deverão ser interrogados os guardas envolvidos no incidente, e que já se encontram em Macapá.

Os mortos faziam parte de um grupo de aproximadamente 15 "peões" que trabalhavam na abertura da Perimetral-Norte, os quais teriam entrado em luta corporal com os guardas quando estes, a pedido dos comerciantes de Pedra Branca, quiseram impor ordem na vila, geralmente cheia de trabalhadores. Espera-se um agravamento da situação e mais problemas, porque a Construtora Mendes Junior começou a dispensar seus empregados ontem, em face da paralisação das obras da Perimetral-Norte. Por isso, o comando da Companhia de Policiamento do Interior estuda o deslocamento de reforços policiais das cidades de Porto Grande, Ferreirópolis

e Serra do Navio para Pedra Branca, como medida de precaução.

O governo do Amapá não tem planos, até agora, para enfrentar a situação criada pela dispensa de trabalhadores, embora tenha responsabilidade na abertura de estradas no Território. O governador desconhecia o problema, pelo menos até ontem, segundo informações de sua assessoria de Relações Públicas. A dispensa é motivada pela temporada de chuvas, que se inicia em dezembro. Attingirá a totalidade do pessoal dos acampamentos de construção e 55% dos que trabalham na conservação das rodovias Macapá-Oiapoque e Macapá-Mazagão.

As duas rodovias são construídas sob regime de administração direta, com recursos do DNER, do Polamazônia e do próprio governo do Território. A BR-156, que liga Macapá à cidade de Oiapoque, na fronteira com a Guiana Francesa, tem 682 quilômetros de extensão. A Macapá-Mazagão, ligando a capital do Território à cidade de Mazagão Novo, tem mais de 100 quilômetros. Em ambas, estão concluídos 50% das obras.

O engenheiro Manoel Dias, secretário de Obras do Território, declarou que pretende reduzir ao mínimo a dispensa de trabalhadores nesta época do ano, por causa das chuvas, mas foi ele mesmo quem decidiu demitir o pessoal. O contingente de desempregados aumentará bastante no Amapá, neste final de ano, com o encerramento da hidrelétrica do Paredão. Trabalhavam na implantação dessa usina — que será inaugurada em dezembro e produzirá inicialmente 40 mil quilowatts — dois mil operários. De julho para cá, foram reduzidos a menos da metade, e os que restam serão agora dispensados.

SANBRA: 30 mil famintos

ESP13/12

Cerca de 30 mil trabalhadores rurais estão desempregados e famintos, na região de Irecê, a 473 quilômetros de Salvador, em consequência da estiagem de 51 dias, que provocou a perda total da safra de cereais, e ameaçam, armados de pás, picaretas e enxadas, saquear os centros urbanos da região, em busca de alimentos e remédios. No início da semana já houve uma tentativa de saque, no distrito de Central, a 60 quilômetros de Irecê, que foi controlado pela polícia.

O governo do Estado da Bahia anunciou ontem medidas urgentes para controlar a situação e todas as Secretarias estaduais foram convocadas para uma ação conjunta. Essas medidas vão do envio de alimentos para a região à atuação de contingentes da Secretaria de Saúde, que aplicará vacinas contra a meningite, varíola e poliomielite na população. A Secretaria do Trabalho e Bem-Estar Social iniciará imediatamente

um levantamento da oferta e demanda da mão-de-obra na região, enquanto serão criadas diversas frentes de trabalho — especialmente em rodovias — para ocupar a mão-de-obra disponível.

A Secretaria da Agricultura caberá a tarefa de promover e estimular a diversificação da lavoura e manter contatos com as entidades bancárias para que estas concordem em fornecer aos agricultores novos financiamentos para a aquisição de sementes. O governo baiano acredita que o replantio em massa, aproveitando-se os meses de dezembro, janeiro e fevereiro, poderá salvar parte da safra e minorar os problemas sociais que se avolumam nos municípios do sertão.

Para o presidente do diretório municipal do MDB em Irecê, o pastor protestante Celso Loula Dourado, contudo, essa diversificação e outras medidas, que "vieram de fora, de Salvador e de Brasília", são as principais responsáveis pela atual situação de calamidade, "muito mais do que as condições climáticas".

Ele considera que a crise que explodiu agora começou a ser "fomentada" há três anos, quando se iniciou, em todo o Nordeste, a campanha da plantação da mamona. "Nessa época eram dispensadas todas as facilidades aos agricultores que quisessem abandonar o plantio do feijão — do qual a região era um dos principais produtores — e plantar mamona. Nosso sertanejo abandonou o plantio secular do feijão e do milho e plantou mamona. No início, os preços chegaram a atingir 180 cruzeiros por saca e a euforia se instalou na região. O sertanejo passou a chamar a mamona de "cacau sertanejo". Até que veio a superprodução e os preços caíram para 30 cruzeiros, embora o preço mínimo do produto fosse de 54 cruzeiros".

Loula Dourado afirma que uma empresa multinacional — a Sanbra — na época criou um mecanismo para pagar somente 50 por cento do preço mínimo. Disse que a indústria alegava não ter necessidade de comprar a mamona e forçava o agricultor a vender o produto a terceiros, que, desobrigados do preço mínimo, pagavam somente 25 cruzeiros pelo saca e depois transferiam a mamona para a Sanbra.

"Foi assim — continuou — que começou a crise que agora explode, porque já para a safra do ano passado as terras estavam ocupadas com a mamona, cultura que dura somente três anos, os agricultores endividados e a produção de feijão reduzida". Entende o presidente do diretório municipal do MDB que o problema de Irecê é o mesmo de todo o Nordeste brasileiro e que, por isso, a política emergencialista "não vai levar a nada". A única solução cabível seria o estabelecimento de uma política global, que atenda a todos os municípios atingidos: Ibitatá, Jaguar, Presidente Dutra, Bar-

recê, cuja produção de cereais abastece todo o Nordeste, tem uma vida econômica que gira exclusivamente em torno da agricultura. O comércio mais importante, representado pela feira semanal, é feito pelos próprios agricultores, que levam seus produtos para vender na sede do município. Em consequência da seca, o comércio da região está completamente estagnado e, segundo informações de Loula Dourado, é assustador o número de títulos protestados nos Cartórios.

Ontem, o prefeito de Irecê, Ineny Dourado, esteve durante todo o dia em Salvador, tentando apressar as providências oficiais para a crise. Mas, para Loula Dourado, as medidas têm de ser mais amplas.

A curto prazo, segundo ele, o governo deve intervir junto aos bancos para que forneçam financiamentos, mesmo aos indivíduos, que segundo ele representam 90 por cento dos atingidos. Além disso deve ser criada uma política para correção do comércio dos produtos agrícolas no sertão baiano, disciplinando e eliminando a atuação dos intermediários, que estão se aproveitando da situação para comprar terras, impor preços e explorar os trabalhadores rurais.

Já a longo prazo, o presidente do Diretório Municipal do MDB é de opinião que o governo deve promover o fortalecimento da média e pequena propriedades, pois, segundo ele, "existe uma tendência para os grandes latifúndios e estifúndios e esta é a maior causa do desemprego em massa que se verifica agora na região".

PEÕES DA MENDES JR.

PASSAM FOM E ESP17/12

Dezessete peões da frente de desmatamento da Perimetral Norte, sem comer há oito dias, dirigiram-se anteontem à Junta de Conciliação e Julgamento de Macapá, reclamando direitos trabalhistas e salários não pagos pela Mendes Junior, que constrói a estrada. Eles fazem parte de um grupo de 64 homens trazidos do Maranhão, sem documentos, apenas com a promessa verbal de receberem 4 mil cruzeiros por quilômetro de mata derrubada.

A juíza Iracilda Camara Correia mandou citar ontem mesmo a construtora — contra a qual foram feitas 26 reclamações trabalhistas nos últimos 15 dias — mas a primeira audiência foi marcada para 12 de janeiro. Os operários alegam que não podem esperar até essa data, pois já venderam até as ferramentas para comprar comida e não têm onde morar. Desde que chegaram, os peões se abrigaram numa barraca de palha abandonada na praça da matriz após as festas de São José e armaram suas redes nas árvores em volta.

O secretário da junta, Elson

Ramos, informou que a Justiça do Trabalho entra em recesso hoje, voltando a funcionar dia 7. Mas até o dia 11 todas as datas estão tomadas.

Nas cidades maranhenses onde arregimentou o pessoal, o empregado conhecido como Raimundo Policia, que presta serviços à Mendes Junior, prometeu tirar documentos para todos os peões quando chegassem a Belém, pagar o transporte até a frente de trabalho, assim como as refeições, além de 4 mil cruzeiros por quilômetro de árvores pequenas derrubado, que para as grandes seriam usadas moto-serras.

Nenhuma das promessas foi cumprida, alegam os trabalhadores. Até agora, eles continuam sem documento — há até menores no grupo — e o transporte do Maranhão até a Perimetral custou a cada um 150 cruzeiros. Os gêneros alimentícios na frente de trabalho eram cobrados preços elevados e na semana passada, quando se dirigiram ao capataz para receber o salário do primeiro mês, foram ameaçados com revólveres. Os trabalhadores foram para Agua Fria, onde fica o acampamento da Mendes Junior, mas também não conseguiram receber. Resolveram então ir para Macapá, vendendo as ferramentas para conseguir comida. O governo do Amapá não tomou conhecimento do problema, embora as redes dos trabalhadores estejam armadas numa das principais praças da capital.

GUAJAJARAS INCENDEIAM POVOADO

ESP 21/11

Foi assim — acuados pelo avanço das grandes empresas agropecuárias — que, no início desta década, cerca de uma dezena de migrantes da localidade de Lago do Coco, na Amazônia maranhense, chegou às margens do rio Zutua, acompanhando a abertura da rodovia MA-1, construída para dar acesso a uma área de 1,7 milhão de hectares que o governo maranhense, ilegalmente, já que não discriminou judicialmente essas terras, reservou para a instalação de propriedades de 25 mil hectares. Com o tempo, os posseiros instalados nessa área foram expulsos pelos novos donos da terra. E não tiveram outra opção a não ser invadir as terras da reserva dos guajajaras, que eles consideravam mais fracos.

Os guajajaras talvez constituam grupo tribal que mais sofreu no Norte do país, com o avanço das frentes pioneiras. Contraindo doenças desconhecidas, como a gripe e o sarampo, que dizimaram grande parte da população, vindo suas mulheres prostituídas pelos brancos e sua cultura — outra fecunda — esfacelada, os guajajaras decidiram, a partir de julho deste ano, não tolerar mais a presença dos brancos em suas terras.

Na época, foi determinado o prazo de 31 de julho para que todos os invasores se retirassem da reserva, prazo que expirou sem ser cumprido. Outro prazo foi concedido — fim de setembro —, ao mesmo tempo em que os guajajaras expulsavam os posseiros que habitavam isoladamente áreas dentro da reserva, queimando suas casas. Mais de 100 casas foram queimadas nesse período. Foi ainda em setembro que 11 caciques guajajaras prometeram que, se até novembro os brancos não tivessem saído, as consequências seriam ainda mais sérias.

Ao meio-dia de segunda-feira os guajajaras resolveram colocar em prática suas repetidas ameaças. Cerca de 200 índios, acompanhados do chefe do posto de Angico Torto, Mário Murici, desceram a estrada na direção do povoado de Marajá, armados de arcos, flechas, bordunas e espingardas, que haviam tomado dos invasores durante escaramuças anteriores. Uma hora e meia mais tarde, pararam no acampamento da construtora EIT, onde Mário Murici conseguiu uma caçamba emprestada para transportar os índios até o povoado. Mário ia na frente, num jipe da Funai.

Só havia quase mulheres no povoado, porque os homens estavam nas roças naquela hora. Tirando os moradores de suas casas, ameaçando-os com as armas, saqueando o que podia ser levado, os índios ateavam fogo às casas de pau-a-pique, cumprindo um velho hábito do grupo: para os guajajaras essa é a garantia de que os bran-

cos não voltarão.

Depois de saquear e incendiar o povoado, os índios voltavam para o posto de Angico Torto, quando resolveram parar na casa de João Antonio dos Santos. O que ocorreu ali ainda está por ser apurado no inquérito instaurado pela subdelegacia de Arame, localidade situada a 12 quilômetros de Marajá, também em área indígena. De qualquer forma, a versão do ataque difere daquela apresentada pela nota oficial da Funai. Sabe-se que houve luta e que Mário Murici saiu levemente ferido. O posseiro João Antonio dos Santos e seu filho morreram em consequência de golpes de borduna, tiros de espingarda, e revólver e fечadas.

Apesar da violência — ou talvez por causa dela — a população expulsa de Marajá não se mostra "com raiva dos índios", mas apenas desolada. Muitos lembram que o governador Nunes Freire, há um mês, durante a visita do general Ismarth de Araujo Oliveira a São Luis, "prometeu arranjar um pedaço de terra para a gente ter onde ir quando saísse daqui". Segundo essa gente, acostumada a ser expulsa das terras, desde o Nordeste, origem comum da maioria deles, "se dissesse que era para sair logo o povo saía. Mas ele disse que ia encontrar uma solução, que mandava avisar à gente, que não era para derrubar as casas. O povo confiou no governador e veja a desolação".

De fato, o governo maranhense e a presidência da Funai concordaram em procurar

uma área para alojar os posseiros que se encontravam na área indígena. No entanto, pouco foi feito. Talvez porque as autoridades não tenham achado o problema "tão grave quanto a imprensa noticiou", como disse o presidente da Funai, dois dias depois de visitar Marajá. Ou talvez porque a região reclamada pelos guajajaras envolva interesses poderosos, pois algumas grandes propriedades foram acusadas de invadir a área indígena.

O próprio governo maranhense contribuiu para conturbar ainda mais a situação, vendendo e doando terras dentro da reserva indígena. Depois de reservar 300 mil hectares para os guajajaras, doou uma vasta área aos padres capuchinhos, próxima ao posto indígena de Canabrava, onde existem mais de 10 mil invasores reunidos em três povoados: Alto Alegre, São Pedro e Centro Velho. Mais tarde, a Companhia Maranhense de Colonização loteou uma área dentro da reserva para negociar com grandes empresas. E mesmo depois de ter tentado corrigir o erro, permitiu que a Agropecuária Capoema permanecesse dentro da área dos índios.

O Departamento de Desenvolvimento Agrário da Secretaria de Agricultura do Estado também vendeu terras pertencentes aos guajajaras, cujos títulos estão sendo contestados pela Funai na Justiça Federal no Maranhão. Por fim, as distorções fundiárias existentes no Maranhão provocaram o aparecimento da grilagem, que não dispensou a reserva dos guajajaras. Tanto que o INCRA

também está questionando títulos da fazenda Fortaleza do Baluarte, localizada próximo ao posto de Angico Torto. Como se não bastassem todas essas irregularidades, o governador maranhense, Nunes Freire, também admitiu, durante a visita do general Ismarth a São Luis, que possui uma área naquela região.

Por tudo isso, a posição da Funai tornou-se bastante delicada junto aos índios. Não sabia explicar a causa dos malogros sucessivos na retirada dos brancos invasores. E não conseguia encontrar uma solução para eles. A verdade é que a política de resolver as coisas com "parcimônia" defendida pela Funai, obteve por algum tempo a compreensão e a paciência dos guajajaras, embora tenha fracassado junto aos civilizados: os posseiros, cansados de migrar de região para região, e, mais que estes, os grandes proprietários, naturalmente defendendo seus interesses. Agora, nem os índios aceitam a situação.

Doentes — muitos deles estão tuberculosos — vendo a caça e os peixes de seus rios desaparecerem, suas mulheres sendo aviltadas pelos brancos, dependendo cada vez mais da sociedade civilizada, aos guajajaras não restou outra opção. Sua tragédia é uma advertência do que poderá acontecer quando as últimas populações indígenas do país principalmente aquelas localizadas na Amazônia, forem alcançadas pelas frentes pioneiras, estimuladas pelo governo em sua política de ocupação.

INDIOS DENUNCIAM

ESPOLIAÇÃO

Dez índios xakleng, kaingang, guarani e terena, que se encontram em Brasília, entregaram ontem ao presidente da Funai, general Ismarth de Araujo Oliveira, vários documentos contendo graves denúncias sobre a espoliação das áreas indígenas do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. O general recebeu também dos índios um documento assinado por bispos e missionários dos três Estados pedindo, entre outras coisas, a recuperação progressiva de todas as terras dos índios ocupadas pelos invasores e uma solução para a situação dos agricultores e intrusos que são pobres, "mediante projeto amplo e global de reforma agrária que lhes garanta terras em outro lugar, no Sul".

"Nós, em nome dos 6 mil índios da nação kaingang, dos 700 xakleng e dos 1.500 índios da nação guarani, lembrando a luta e o sofrimento dos nossos antepassados que morreram e derramaram seu sangue para que o nosso povo sobrevivesse, vemos aqui fazer um apelo porque a nossa situação é muito difícil, estamos vivendo na

maior aflição, pois, estamos ameaçados com a invasão de nossas terras".

Esta afirmação foi feita pelos índios que pediram ao presidente da Funai maior apoio aos chefes de postos, a devolução das terras indígenas, especialmente a reserva florestal de Nonoai, tirada dos índios pelo governo do Estado e da área de Mangueirinha, no Paraná, vendida ilegalmente pelo ex-governador Moisés Lupion. Os índios pediram ainda à Funai ajuda para que eles desenvolvessem roças comunitárias e particulares, além da formação de uma cooperativa.

Queixas e denúncias

Os índios kaingang e guarani, de Santa Catarina, Gilson Sobrinho, Vicente Fernandes e Aulino Alípio, apresentaram basicamente as seguintes reivindicações: a retirada dos intrusos da área indígena; ajuda em dinheiro, para a cooperativa e sementes para plantar; a devolução das terras do Toldo Doirani, tomada dos índios e as de Toldo de Umbu. "Queremos também que sejam encaminhados os nossos documentos — disseram os silvícolas —, pois não somos mais crianças para sermos considerados menores de idade. A história do sofrimento do nosso

povo é muito grande e começou há muito tempo. Por isso, precisamos resolver alguns problemas, principalmente o da nossa terra que está invadida, cheia de intrusos, para sermos respeitados em nossa vida, cultura e tradição".

Os índios kaingang e guarani, do Paraná, fizeram uma grave denúncia: suas terras foram vendidas pelo ex-governador Moisés Lupion para o grupo Slavleiro. A área está em litígio e os silvícolas aguardam, com impaciência, uma solução para o problema, pois o grupo beneficiado ocupou a melhor parte da área indígena, onde há madeiras como o pinho e embuia.

O mesmo problema de terras foi apresentado pelos kaingang e terena, do Rio Grande do Sul: "Em Nonoai — afirmaram —, os invasores não estão mais respeitando o que é nosso. A área que foi dada aos índios foi transformada em lavouras pelos colonos. Os intrusos, agora, além de invadirem nossa terra, não respeitam as autoridades indígenas. No Mato do Lageado Grande existem mais de 100 famílias de intrusos, acampadas, a fim de desmatarem tudo".

Em documento que elaboraram com o objetivo de defender os índios que vivem no Sul do País, os bispos de Chapecó, Palmas e Frederico Westphalen pedem a "recuperação progressiva" de todas as terras pertencentes aos silvícolas e a reincorporação das áreas destinadas às reservas florestais e estações experimentais, além do empenho efetivo "na imediata retirada dos latifundiários e arrendatários que se enriquecem nas terras indígenas".

Os bispos, respectivamente d. José Gomes, d. Agostinho José Sartori e d. Bruno Maldaner, afirmam que "a causa fundamental da situação difícil em que os diferentes grupos se encontram está na terra, porque sem esta nenhum desses povos indígenas poderá sobreviver, física e culturalmente". Eles também pedem que se resolva o que chamam de "situação angustiante dos agricultores intrusos" (os quais dispõem de poucos recursos), mediante a elaboração de projetos amplos e globais de reforma agrária.

movimento sindical

metalúrgicos
só conseguem 37%

TEXTEIS-38%

ESP-12-11-75

Por maioria de votos, o Tribunal Regional do Trabalho rejeitou uma série de reivindicações novas dos aproximadamente 250 mil trabalhadores metalúrgicos das cidades de São Paulo, Osasco e Guarulhos; julgando ontem o dissídio coletivo daqueles três sindicatos e dos 23 sindicatos patronais do setor, o TRT concedeu 37 por cento de reajuste salarial, de acordo com decreto da Presidência da República, e manteve algumas cláusulas de antigos dissídios da categoria profissional.

Os metalúrgicos pleiteavam 50 por cento de aumento, com reposição salarial dentro de

seis meses, correspondente à alta do custo de vida naquele futuro período; isso foi rejeitado pelo tribunal, com base na política salarial do governo e em dispositivos da CLT.

Também foi rejeitado o pedido de estabilidade provisória para a gestante, até 60 dias após o retorno ao trabalho, bem como para o acidentado no trabalho que tiver reduzida sua capacidade profissional e para o jovem alistado militarmente, até sua efetiva convocação para as Forças Armadas. Neste último caso, a estabilidade provisória só existe durante a efetiva prestação do serviço militar, mas os metalúrgicos alegam o grande número de dispensas de jovens verificadas a partir do alistamento.

O tribunal também não concedeu o abono-ferias, na realidade o pagamento em dobro do período de férias, ou salário-lazer.

A reivindicação de delegados sindicais de empresa e membros das Comissões Internas de Prevenção de Acidentes — CIPAs — eleitos nos locais de trabalho, pelos membros das respectivas corporações, foi igualmente rejeitada.

Na opinião dos juizes que formaram a maioria, esses pedidos dizem respeito à área do Legislativo, pois dependem de leis específicas.

A sessão do TRT foi presidida pelo juiz Homero Diniz Gonçalves, sendo relator o juiz Barreto Prado e revisor o juiz Julio Franco.

ESP-22-12-75

Os 200 mil trabalhadores têxteis paulistas, representados por 32 sindicatos e respectiva federação sindical, firmaram acordo salarial de 38%, ontem, na Delegacia Regional do Trabalho, com os quatro sindicatos patronais, representando cerca de 15 mil indústrias do setor. O acordo, que tomou forma de convenção coletiva de trabalho, prevê reajustamento salarial acima do índice governamental para este mês, que é de 37%.

No início da convenção coletiva, as partes fazem a seguinte ressalva: "A parcela do aumento ora concedido que exceder o índice de reconstituição salarial, na forma da legislação vigente, será absorvida pela economia das empresas, sem transferência da mesma para preços ou serviços". Pela política salarial em vigor, é possível a concessão de aumentos superiores aos índices oficiais, por acordo, desde que não haja transferência para preços de produtos ou serviços.

No entanto, é a primeira vez, nos últimos anos, que essa possibilidade é posta em prática, uma vez que as empresas normalmente informam que qualquer porcentagem superior aos índices oficiais teria repercussão nos preços ao consumidor; foi o que ocorreu no setor metalúrgico, recentemente, quando essa categoria profissional obteve exatamente os 37% fixados pela Presidência da República.

SINDICATO FAZ 25 REIVINDICAÇÕES

O presidente da Comissão de Legislação Social do Senado, Nelson Carneiro, entregou ontem ao ministro Arnaldo Prieto, do Trabalho, uma relação de 25 reivindicações de confederações e sindicatos de trabalhadores, encabeçada por um pedido de complementação salarial — "e não abono para ser descontado em 76"

Na lista de reivindicações — que Prieto prometeu estudar e "atender na medida do possível as que considerar mais viáveis" — constam ainda: delegação de competência aos sindicatos para fiscalização do recolhimento de PIS, FGTS e cumprimento das normas de higiene

ne e segurança do trabalho junto às empresas; reformulação da legislação específica sobre as categorias profissionais consideradas insalubres ou perigosas; providências efetivas para melhor aproveitamento do trabalhador com mais de 35 anos; melhor fiscalização do cumprimento das leis relativas a horário de trabalho e pagamento de horas extras; exigência de justa causa para dispensa de trabalhador optante pelo FGTS e regulamentação das categorias profissionais que aguardam atendimento por parte do Ministério.

Em sua exposição, Arnaldo Prieto disse que o governo es-

ESP-9-11-75

tá interessado em normalizar a vida sindical do País, com a suspensão do maior número possível de intervenções — que vigoram atualmente em 19 dessas entidades — determinadas "em benefício da categoria profissional, uma vez que a maioria delas foi motivada por malversação de recursos, corrupção ou má gestão".

Disse, também, que está em fase final o trabalho da comissão incumbida de reorganizar a CLT, ressaltando que se optou apenas pela atualização do texto e não pela elaboração de novo código, com o objetivo de permitir alterações futuras.

PROTESTO
POR ATRASO
DE SALÁRIO

ESP-25-12-75

Cerca de 300 operários da Companhia Saad do Brasil, de São Caetano do Sul, revoltaram-se na noite de anteontem, porque a empresa até às 18 horas daquele dia, não havia pago o 13.º salário. Os trabalhadores chegaram a quebrar alguns vidros do edifício.

Um dos operários afirmou que cerca de 10 viaturas da Polícia Militar compareceram à rua Aquidaban, onde está localizada a empresa, para conter a revolta. O movimento terminou quando os diretores prometeram que pagariam o 13.º no dia seguinte. Ontem, nenhum dirigente da empresa compareceu, mas os operários receberam seus pagamentos quando deixavam o serviço, por volta das 12 horas. Embora a situação esteja sob controle, além dos guardas de segurança da própria empresa, um soldado da PM permanece no local para "evitar qualquer distúrbio".

Desde julho do ano passado

são frequentes os atrasos do pagamento quinzenal dos operários. Os trabalhadores esperam entre cinco a oito dias para receber seus salários. Como a segunda quinzena de dezembro vence exatamente no dia 25, os operários que não haviam recebido o 13.º — cerca de 300 —, passaram a exigir a antecipação desse pagamento, que a companhia pretendia fazer depois do Natal. Os operários que saíram de férias receberam essa gratificação, mas os que estavam trabalhando não receberam nada.

A Companhia Saad do Brasil mantém o Saad Esporte Clube, time de futebol da Primeira Divisão Especial. No dia 28 de julho deste ano, aniversário da emancipação de São Caetano, o clube Saad convidou o Bahia para um jogo amistoso no município, pagando 80 mil cruzeiros. Nessa ocasião, por coincidência, os salários da empresa estavam atrasados. Os operários efetuaram uma "operação tartaruga". Houve conflito e foi preciso a intervenção da Polícia Militar para controlar a situação.

Nessa ocasião, como anteontem, o protesto dos operários só terminou quando o pagamento saiu.

DEPREDAÇÃO
POR ATRASO
DE SALÁRIO

ESP-27-12-75

Munidos de tijolos, pedras, barras de ferro, pedaços de madeira e outros ao alcance, aproximadamente 800 operários braçais da Convap-MK de Engenharia, empreiteira da Companhia Vale do Rio Doce para construção, instalação e montagem da nova oficina ferroviária, nas imediações de Carapina, distrito do Município de Serra, a 12 quilômetros de Vitória, participaram quarta-feira de um quebra-quebra geral nas instalações daquela empreiteira.

O quebra-quebra originou-se de um descontentamento generalizado pelo não pagamento da semana trabalhada, mas somente do 13.º salário, do qual a Convap descontou todos os adiantamentos, entre cantina e vales. A empreiteira, que tem cerca de 1.500 empregados braçais, efetuava naquele dia o pagamento, desde às 8 horas manhã, mas na hora da agressão 800 ainda esperavam na fila.

Os operários esperavam que a firma pagasse, além

do 13.º salários a semana efetiva de trabalho, o que não aconteceu. A situação foi ganhando corpo e, às 10 e 30, irrompeu o quebra-quebra generalizado.

Antes foi feito um telefonema à segurança, que apareceu 40 minutos depois, quando a situação já se efetivara. Os braçais investiram contra o pavilhão da Convap-MK de Engenharia, espalhando vidrucas, máquinas de calcular, de datilografia, telefone, janelas, portas, telhas, cadeiras, mesas, relógio-ponto e cartões. A galadeira, depois de danificada, foi rolada de uma ladeira, nas proximidades; foram destruídos também todos os arquivos, pranchetas de desenhos e plantas.

O quebra-quebra provocou correrias e atraiu muitos espectadores. Os móveis foram amontoados no terreiro e incendiados. Dos dois guardas de segurança da Companhia Vale do Rio Doce, um foi desarmado do cassetete, evadindo-se após. O outro permaneceu com os encarregados de pagamento, escondidos no interior do galpão danificado, que não foi invadido nem roubado.

Quarenta minutos depois surgiu uma patrulha com seis homens, da Segurança, que não efetuou nenhuma prisão, pois ninguém negou participação.

DRT TENTA ACORDO NA METALURGIA

ESP-16-12-75

O delegado regional do Trabalho, Vinicius Ferraz Torres, convocou para quinta-feira uma reunião entre diretores da Metalúrgica Matarazzo, representantes dos trabalhadores da empresa e dirigentes do sindicato da categoria profissional para resolver o impasse surgido com o descontentamento dos trabalhadores com o reajuste salarial concedido há um mês.

Dos 37 por cento aprovados no dissídio, a empregadora descontou os dois adiantamentos de 10 por cento concedidos em janeiro e junho, conforme ficara decidido no julgamento. Todavia, os operários alegam que os salários pagos pela Matarazzo estão abaixo da média do setor e cerca de 70 deles chegaram a realizar uma "operação tartaruga", na semana passada, no período noturno.

A empresa tem cerca de 2.300 empregados, trabalhando em três turnos. A idéia de convocar a reunião partiu do delegado regional do Trabalho, que propôs a formação de comissão composta de representantes da Delegacia do Trabalho, da empresa e do sindicato para resolver o problema.

Neste ano, as reclamações trabalhistas na cidade de São Paulo já superaram a marca dos cem mil processos, ultrapassando em 10% o total do ano passado. Essas reclamações, entregues ao distribuidor da Justiça do Trabalho, foram divididas pelas 32 Juntas de Conciliação e Julgamento existentes na capital paulista.

Em sua maioria, os processos de reclamação trabalhista referem-se a despedidas sem justa causa e são encaminhados ao Judiciário trabalhista por meio dos departamentos jurídicos dos sindicatos de trabalhadores.

TRECHO DE EDITORIAL DO ESTADÃO AUMENTO DOS FUNCIONÁRIOS É MENOR

ESP-7-12-75

Poderá dizer-se que, não tendo as atividades estatais finalidade lucrativa, seria antieconômico incluir nos índices de reajustamento salarial dos funcionários públicos o coeficiente relativo à taxa de produtividade. Mas o argumento não só é egoísta como incorreto à luz da ciência econômica. Esta possui meios para medir a taxa de produtividade do serviço público, como os possui para medir a de todos os trabalhadores privados do setor de serviços. Seja como for, porém, o privilégio que se arroga o Estado de impor à empresa privada reajustamentos salariais de 37 por cento, além do 13.º mês, enquanto defere a seus assalariados um aumento 7 por cento inferior e lhes nega o benefício do abono de um mês de vencimentos no fim do ano — coisa normal e geral nos países europeus —, contribui poderosamente para o avanço e a capitalização progressiva do setor estatizado da economia nacional.

SIMONSEN APDIA MENOS ENCARGOS PARA PATRÕES

ESP-12-12

O ministro da Fazenda, Mário Henrique Simonsen, disse apoiar a idéia de que se retirem os encargos sociais incidentes sobre as folhas de pagamento das empresas. Vem sendo estudada, em áreas governamentais, a mudança da incidência para o faturamento das firmas. Outra fórmula, sugerida mais recentemente, propõe que os encargos sejam calculados sobre o valor adicionado na produção. A eliminação desses custos da folha de salários — comentou o ministro — seria uma vantagem para a exportação. Disse também Simonsen que "não se pode ser contra o salário-desemprego", mas confirmou que não há planos para sua implantação. De qualquer modo — observou — essa função vem sendo desempenhada pelo atual Fundo de Amparo.

A MATEMATICA DE SIMONSEN

ESP-20-11

Anteontem, finalmente, o ministro da Fazenda resolveu dedicar uma parte importante de seu pronunciamento, na Câmara Federal, ao exame destas questões. Admitiu o professor Simonsen que a idéia de uma igualdade entre o coeficiente de produtividade e a taxa de aumento do PIB per capita seria correta, se três condições se verificassem: 1) se a população e o número de assalariados crescessem no mesmo ritmo; 2) se todos os salários crescessem de acordo com a fórmula oficial; 3) se fossem constantes os termos de trocas do País com o Exterior. Nenhuma dessas condições, como acentuou o ministro, se observa na realidade.

PERUS: 2 ANOS DE INTERVENÇÃO

ESP-14-11

Faz hoje dois anos que foi decretada intervenção do Ministério do Trabalho no Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Cimento, Cal e Gesso de São Paulo, que congrega os trabalhadores da Companhia do Cimento Portland Perus, confiscada ao grupo Abdalla.

"Como nenhum ato administrativo pode escapar à apreciação do Judiciário e tendo em vista que o Ministério do Trabalho e o próprio Poder Judiciário não encontraram razões fáticas que justificassem a intervenção, a Comissão Permanente dos Operários vai propor ação judicial contra o ministro do Trabalho, para anular ato administrativo de seu antecessor, Julio Barata, e do anterior delegado regional do Trabalho, Aluisio Simões de Jesus, durante anos advogado daquele sindicato e que continua como patrocinador de causas dos operários da fábrica de cimento.

No dizer do causídico, "a intervenção perdura porque certas autoridades confundem a legítima reivindicação com a simplista contestação". E acrescenta que, para suprir a falta de liderança sindical, os operários fundaram a Comissão Permanente de Trabalhadores da Perus, com sua assessoria, após a intervenção.

Geralmente, as autoridades do Ministério do Trabalho não comentam essa intervenção,

uma das 12 procedidas nos últimos cinco anos, nos 955 sindicatos paulistas. No entanto, algumas dessas autoridades dão a entender que o assunto está ligado a áreas relacionadas com a segurança nacional.

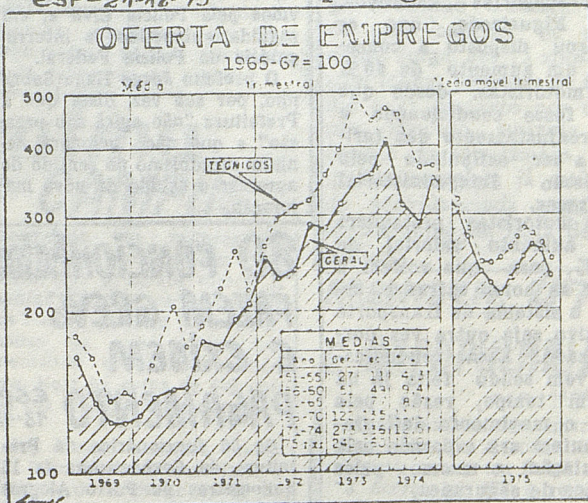
FGTS FACILITA DISPENSA

ESP-20-11-75

O presidente do Banco Nacional de Habitação, Maurício Schulman, rebateu ontem, perante a CPI que investiga a política salarial do governo, a tese segundo a qual o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço é o principal responsável pela rotatividade de mão-de-obra que se registra no mercado brasileiro de trabalho. Admitiu, porém, que o FGTS não é, também, "instrumento para a permanência do empregado na empresa". Schulman fez essa afirmação em resposta a uma pergunta do relator da CPI, deputado Ney Lopes (Arena-RN), interessado em saber se a quebra do instituto da estabilidade não é a principal causa da rotatividade de mão-de-obra. "Efetivamente, há um grande número de trabalhadores que perdem o emprego depois de onze meses de serviço, principalmente na construção civil", reconheceu o presidente do BNH. Revelou, então, que 80% dos saques do FGTS são por força de demissão, e os restantes 20% por motivos diversos, inclusive aposentadoria e investimentos feitos por trabalhadores autônomos.

Cai a oferta de emprego em SP

ESP-21-12-75



É menos otimista a expectativa das empresas paulistas, expressa através dos anúncios classificados do "Estado" procurando empregados. Lá, porém, provável que, depois do final do ano, venha a haver al-

guma contração no volume da mão-de-obra empregada. Regreifa também a procura de pessoal técnico, sinal de que os planos a longo prazo estão sendo objeto de atenção mais cuidadosa, tendo em vista a atual situação da

economia brasileira, conseqüência da mundial. Note-se, contudo, que ainda assim o nível de oferta de emprego se encontra perto do de 1972, indicando possivelmente, mas ainda contando crescimento da economia. E. M.

EM SALVADOR GREVE PARA MAIS DE 450 ÔNIBUS

ESP-2-12-75

Uma greve não declarada dos motoristas de Salvador — que na realidade apenas deixaram de fazer horas extras, reivindicando aumento salarial — fez com que a cidade ficasse ontem sem a metade dos seus 900 ônibus. Das dez empresas que servem à população, apenas três funcionaram normalmente, mesmo depois de entrar em operação o esquema de emergência armado pela Prefeitura e Polícia Militar. Todos os motoristas e mecânicos municipais foram chamados para amenizar o problema. A Viação Beira-Martinha 100 dos seus 166 ônibus parados na manhã de ontem, enquanto a empresa Liberdade operava com 50% de sua frota. Os motoristas já ameaçavam, há alguns tempos, paralisar suas atividades. E o presidente de seu próprio sindicato prometeu denunciá-los à Polícia Federal.

A tarde, o prefeito Jorge Hage Sobrinho reuniu a imprensa para advertir que "o movimento grevista não servirá de pretexto para o desencadeamento de pressões junto à Prefeitura, no sentido de se forçar um novo aumento das tarifas".

Disse, também, que está completamente afastada a hipótese levantada pelo presidente da Associação dos Proprietários de Empresas de Transportes Coletivos, Ival Figueiredo, que se mostrou disposto a conceder um aumento de 60% aos motoristas, desde que este fosse condicionado a um reajustamento das tarifas, a ser estipulado pela Comissão Interministerial de Preços.

Os motoristas pretendem um aumento salarial de 100%, para que voltem a fazer as horas extras e, assim, o sistema de transporte coletivo seja outra vez normalizado. Essa reivindicação vem sendo feita já há algum tempo, razão pela qual o movimento deflagrado ontem era esperado pela população e mesmo pelos órgãos de segurança.

Um esquema policial foi imediatamente mobilizado e chegou a ser ostensivo nos principais terminais da cidade. Por solicitação do prefeito, também hoje a polícia estará nas garagens das empresas de ônibus, a partir das quatro horas da manhã,

O último aumento dos motoristas de ônibus de Salvador foi concedido em novembro de 1974, e atualmente eles recebem 750 cruzeiros mensais, registrados na carteira profissional. Com a concessão do aumento pretendido, passariam a perceber 1.500 cruzeiros, o que significaria uma renda mensal de mais de dois mil cruzeiros, depois de computadas as horas extras e as gratificações. Há três meses os motoristas foram aumentados para 1.200 cruzeiros, mas até agora o reajuste não foi incorporado ao salário.

GREVE TERMINA E POLÍCIA PRENDE MOTORISTAS

ESP-3-12-75

Com seis motoristas intimados a prestar esclarecimentos à Polícia Civil e à Polícia Federal, acusados de agitação durante a greve que paralisou parcialmente o sistema de transporte coletivo de Salvador, segunda-feira, começou a chegar ao fim o movimento dos condutores de ônibus, que ontem já trabalharam normalmente.

Também ontem à tarde foi homologado, no Tribunal Regional do Trabalho, o aumento de 60% concedido aos motoristas, mas estes continuam insatisfeitos, pois suas principais reivindicações não foram atendidas.

A Secretaria da Segurança Pública de Salvador esclareceu que desde sexta-feira à Polícia tinha o nome dos "organizadores e agitadores" do movimento grevista. Anteontem, assim que os motoristas começaram a parar os veículos, eles já estavam sendo intimados a depor. Os nomes dos envolvidos não foram revelados. Sabe-se, no entanto, que serão ouvidos pela Polícia Civil e, em seguida, submetidos a interrogatório da Polícia Federal.

O prefeito Jorge Hage Sobrinho, por sua vez, disse que a Prefeitura "não agirá sob pressão" e que não acionará nenhum mecanismo no sentido de apressar o estudo da nova majoração.

80 FUNCIONÁRIOS FAZEM GREVE E EXIGEM PAGAMENTO

ESP
13-12

Os 80 funcionários da Prefeitura de Cachoeirinha (a 15 quilômetros de Porto Alegre) declararam-se em greve ontem e invadiram a Câmara Municipal, protestando contra a decisão dos vereadores de não aprovar pedido de suplementação de verbas feito pelo prefeito e que permitiria o pagamento de seus salários de novembro.

O TRABALHO DA MULHER

ESP-14-11-75

Em São Paulo, uma mulher que trabalha em casa ganha 30 centavos para arrematar uma blusa; recebe um cruzeiro para empilhar um milho de cartões de Natal; ganha 13 cruzeiros para bordar uma duzia de calcinhas de criança; consegue dois cruzeiros depois de armar mil carrinhos de brinquedo. Todos estes serviços artesanais femininos — e os seus preços — estão sendo levantados pelo Centro Brasileiro da Mulher, em tardes de debates, no Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo.

No dia 8, depois de escutar depoimentos de várias operárias, os participantes das tardes de debates ouviram o professor Paul Singer, do CEBRAP, generalizar as informações apresentadas e concluir que na Capital, em 1975, repetem-se as mesmas formas de exploração do trabalho artesanal verificadas na Europa no início da industrialização.

O objetivo do Centro Brasileiro da Mulher, ao promover as tardes de debates, entretanto, não é teorizar sobre o assunto. A programação é muito ligada aos problemas concretos. Outros casos que mostram a vinculação direta com a realidade são os esforços para obter assinaturas para um abaixo-assinado contra as disposições do novo Código Civil que prejudicam a mulher, e a relevância dada à presença das empregadas domésticas, pois são elas que formam a maior parte do contingente de mão-de-obra feminino em São Paulo.

Amanhã, a presidente do Movimento Feminino pela Anistia, Terezinha Zerbini, junto com Moema Toscano e Valnice Galvão, fará as últimas conferências das tardes de debates. A partir das 15 horas, elas estarão na sede do Sindicato dos Jornalistas. Depois da palestra, os participantes discutirão as conclusões finais da promoção. Por enquanto, nada está decidido, mas é quase certo que seja criada em São Paulo uma sede do Centro Brasileiro da Mulher, que até agora funciona no Rio.

A primeira operária a contar sua experiência nas tardes de debates estava desempregada. Ela costuma trabalhar em indústrias têxteis e metalurgi-

cas, mas se queixou de empelinhos colocados à mulher casada para arrumar serviço e manter-se no emprego. "O problema mais grave ainda é o do salário, porque é muito baixo: as metalúrgicas pagam 700 cruzeiros e as fabricas de fiação não passam do mínimo. A gente trabalha tanto que fica doente e o que ganha não dá nem para cobrir as despesas com a doença".

Outra operária que trabalha num serviço de assistência social estrangeiro mostrou como vive: divide as tarefas da casa com o filho de nove anos de idade, e com a filha, de sete anos. Construiu um cômodo onde ficam o fogão, as camas e todos os outros móveis, num terreno emprestado, e paga as prestações do material da construção. "O único jeito de melhorar é estudar porque com um salário de 1.300 cruzeiros não é possível viver melhor. A gente fica dependendo de coisas como o INPS, que não atende ninguém enquanto está em pé. No dia 24 de agosto, entrei em estado de coma e, aí, eles chegaram logo para me tratar".

Os depoimentos de subempregadas foram vários e se resumiram basicamente no pouco dinheiro que conseguem fazer trabalhando em casa. De acordo com os depoimentos, as fabricas não pagam mais de 50 centavos por uma barra de lençol, um cruzeiro para armar um milho de caixas de painetes, seis cruzeiros para costurar um milho de sacola plástica, 60 centavos para armar e costurar uma camisa de criança e 15 cruzeiros para lavar uma duzia de roupa.

O exemplo mais discutido da exploração do trabalho feminino em casa foi dado por uma operária que recebia 15 cruzeiros para colar e pintar, em cinco cores, um milho de cavallinhos. Ela não pôde ir ao Sindicato dos Jornalistas, mas mandou um depoimento por escrito, onde explicava que trabalhava o dia todo, sem fazer nenhum serviço doméstico, conseguia colar e pintar 500 cavallinhos. Isto quer dizer que recebia Cr\$ 7,50 por dia quando trabalhava sem interrupções.

Polícia procura

os pixadores ESP
26-12

A Delegacia de Ordem Política e Social e a Polícia Militar só dispõe de um tubo de "spray" vazio e de um documento perdido para chegar ao grupo que, na noite de Natal, escreveu frases consideradas subversivas nas paredes de quase todos os postos de salvamento da praia de Santos. As inscrições, tais como "O petróleo é nosso", "Abaixo a ditadura" e "Fascistas, voltem aos

quartéis", foram encontradas na manhã de anteontem, sendo imediatamente cobertas de pise por agentes do DOPS.

No mesmo dia, os policiais comentaram o encontro de um documento de estudante e, embora sem especificar que espécie de documento, adiantaram que a assinatura de seu portador era semelhante a certas letras das inscrições. O documento foi encaminhado, segundo se informou posteriormente, ao DARC e aos órgãos de segurança para a realização de uma investigação.

estudantes
EM HOMENAGEM
A HERZOG

DESAPARECE
PLACA ESP
7-11-75

O receio dos estudantes acabou se confirmando: a placa em homenagem ao jornalista Wladimir Herzog, colocada na porta da sala do Diretorio Academico da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS, na sexta-feira pela manhã, acabou desaparecendo misteriosamente. Inicialmente, quando os alunos deixaram a Faculdade sexta-feira, ficou acertado que a placa permaneceria na porta, sem ser inaugurada oficialmente, até que uma assembléia geral decidisse se ela deveria ser mantida ou não. Entretanto, ontem pela manhã, quando os alunos compareceram às aulas, constataram que a placa havia sido retirada e que o Centro Academico permanecia fechado por ordem do seu presidente Ricardo Torres. Interpelado por dezenas de alunos, Ricardo Torres fez questão de dizer que a culpa não era sua e que "agentes do SMI estiveram tirando informações de alunos da Faculdade na tarde de sexta-feira".

Estudantes
repudiam
Passarinho

Os formandos deste ano do curso de Jornalismo da Universidade Federal Fluminense, em repudio à escolha do ex-ministro da Educação, Jarbas Passarinho, para paraninfo de todos os formandos, resolveram realizar cerimônia própria, no Colégio Salesiano Santa Rosa, em Niterói, programando-a para o dia 13 de dezembro próximo.

Os estudantes alegaram, em nota distribuída, que "o coronel-senador Jarbas Passarinho fez diversas declarações contra os alunos da Universidade, chamando-os, inclusive, de subversivos. O patrono da turma será o escritor Alceu Amoroso Lima e o paraninfo o professor Carlos Henrique Escobar. A cerimônia compreenderá, também, homenagem ao jornalista Wladimir Herzog.

A VITÓRIA DOS
ESTUDANTES **BAHIANOS**

ESP-16-12-75

O Conselho Universitário da Universidade Federal da Bahia aprovou ontem, por unanimidade, a suspensão de quatro das cinco formas de jubileamento existentes na Universidade. A decisão, considerada política, elimina o problema que causou a paralisação quase completa da UFBA na greve de 10 mil alunos em setembro e outubro.

Com a decisão, tomada em reunião julgada bastante longa, o Conselho manteve apenas uma forma de jubileamento: a que elimina o aluno que não completar o currículo no prazo máximo fixado, para o seu curso, pelo Conselho Federal de Educação. Essa é a única forma de jubileamento fixada por lei federal, mas as universidades podem estabelecer outras em seus regimentos. Agora, as mudanças no jubileamento da UFBA, que era definido em seu regimento, precisam ainda ser homologadas pelo Conselho e pelo ministro Ney Braga.

Após mais duas reuniões, que deverão ser brevemente convocadas pelo reitor Augusto Mascarenhas, o Conselho Universitário deverá aprovar os textos completos do novo regimento geral e do estatuto geral da UFBA, que depois serão enviados a Brasília para homologação pelo CFE e pelo ministro da Educação.

A única forma de jubileamento a permanecer na Universidade Federal da Bahia é responsável apenas por três por cento dos casos desse tipo de sanção ocorridos anualmente na universidade. Na UFBA informa-se que será apressado o processo de aprovação do restante do regimento geral e dos estatutos da universidade, para que as modificações propostas nos dois documentos possam ser homologadas pelo CFE e pelo ministro da Educação a tempo de evitar a recusa de matrícula, em março do próximo ano, de centenas de universitários.

USP - ESTUDANTES
CONTINUAM
MOBILIZADOS

ESP-7-11-75

Em São Paulo, os estudantes da USP continuarão mobilizados para defender os presos políticos, mas não entrarão em greve se não houver recrudescimento da repressão. As atividades estudantis continuarão coordenadas pela Comissão Universitária, que informará os alunos de eventuais detenções e ordens de liberação, e divulgará as próximas reuniões.

Essas decisões foram tomadas na assembléia geral, na quarta-feira à noite, que contou com cerca de 200 representantes dos alunos da Universidade. Outra medida adotada foi a continuidade de apoio às iniciativas dos jornalistas e atores em favor dos presos políticos, e de outras entidades que façam promoções pelas liberdades democráticas.

PROTESTOS POR
REAJUSTE

ESP-14-11-75

Prometendo levar o problema ao presidente Geisel, os estudantes da Faculdade de Filosofia da Fundação Santo André estão protestando contra o aumento de 76 por cento das anuidades de 1976, já solicitado pela escola ao Conselho Federal de Educação. Enquanto isso, a faculdade se defende argumentando que diversos de seus cursos são deficitários, pois as taxas não seriam suficientes para cobrir as despesas com o pagamento de professores, de acordo com um funcionário.

FAB AMEAÇA
ALUNOS DO ITA

ESP-8-11-75

O 4.º Comando Aéreo Regional, com sede em São Paulo, divulgou ontem nota sob título "Alerta aos jovens alunos do ITA", no qual afirma que "a Aeronáutica não permitirá, de forma alguma, que a propaganda subversiva penetre no campus do Centro Técnico Aeroespacial, organização militar do qual o Instituto Tecnológico de Aeronáutica faz parte".

"A ordem, a disciplina e o pleno exercício das atividades que aqui se desenvolvem, todas elas indissolvemente ligadas à segurança nacional — acrescenta a nota — serão mantidas com inflexível rigor,

usando para tanto os meios legais postos à disposição dos poderes constituídos para a defesa da Pátria contra todas as formas de guerra, inclusive a ideológica".

A nota acrescenta que "o comunismo internacional não desconhece a importância da juventude, sobretudo a universitária, para a formação de uma consciência ideológica capaz de mudar o curso da História das nações; e assim, pretende introduzir no seio da juventude acadêmica do ITA uma nova e perversa disciplina: a da subversão do regime".

Exigida calma
nos CAMPUS

ESP-27-11-75

O ministro da Educação, Ney Braga, enviou ontem uma circular a todos os reitores de universidades brasileiras, com dois objetivos: exigir o rápido reconhecimento dos cursos em situação irregular e assegurar aos dirigentes universitários o apoio do MEC para a manutenção de "um tranquilo clima de trabalho no campus". No documento, o ministro assegura ainda que "não se cogita, atualmente, de modificar a legislação que rege a organização estudantil".

Dizendo que considera "um absurdo os estudantes serem punidos por uma falta que não cometeram, pois não são culpados da falta de reconhecimento dos cursos, mas prejudicam-se por isso", Ney Braga

recomenda aos reitores que resolvam o problema em definitivo, nos próximos meses. A medida aplica-se especialmente aos cursos que têm turmas formadas ou que estejam frequentando os últimos semestres. Hoje há cerca de 400 cursos em situação irregular.

Ney Braga assegura ainda que "não houve e nem haverá hipótese de falta de apoio do MEC a atos dos reitores no sentido da necessária manutenção do tranquilo clima de trabalho no campus". Em seguida, lembra que a manutenção desse clima "constitui responsabilidade do reitor", embora ressalve que a autonomia da universidade, nos termos da lei, "sempre será reconhecida".

Jornaleiro
será paraninfo

VEJA. 10 DE DEZEMBRO, 1975

Foi uma vitória inquestionável. Entre os possíveis homenageados poderiam estar o dramaturgo Plínio Marcos, o jornalista Júlio de Mesquita Neto ou o empresário Walter Clark. À apuração dos 77 votos, porém, foi eleito como homenageado de honra dos formandos de jornalismo da PUC gaúcha, o jornalista Jorge Sebastião Goulart. Filho de um vendedor de amendoins, Jorge, aos 15 anos, com suas longas jornadas de trabalho e 25 centavos por exemplar vendido, sustenta uma família de seis irmãos. Uma toalete completa já está sendo providenciada para que ele participe da festa de formatura.

ARENISTA: 477
E IMPOPULARIDADE

ESP-11-12-75

O deputado Vasco Amaro, da Arena do Rio Grande do Sul, afirmou ontem em Brasília que "o decreto-lei 477 é responsável pela impopularidade da Arena e pela inocuidade dos apelos de seus dirigentes à juventude para que ingresse na atividade político-partidária". Acrescentou que "se o AI-5 é mais drástico, o 477 cria barreira intransponível entre a classe estudantil e a Arena, prejudicando-a terrivelmente".

A sabedoria ensina que aquele que se esquece do passado, que se recusa a enxergar nos erros cometidos as lições que serão os instrumentos do trabalho presente, que não considera a história como sequência relacionada de acontecimentos, corre o sério risco de afastar-se da calor da luta. Menos por vontade do que por inconsciência.

Este lição "Poeira" aprendeu ao longo destes dois últimos anos. Uma lição que o faz retornar ao início sempre que um novo dado se acrescenta à realidade das atividades estudantis em Londrina. Em 1972, primeiro ano de atividades no DCE e Diretórios Acadêmicos, o trabalho dos universitários, em defesa de seus interesses se desenvolveu de maneira tímida e pouco organizada. O resultado disto fez por se concretizar em pouco tempo: apesar dos esforços, os estudantes progressistas foram derrotados nos de 1973.

Revidando seus erros, esses estudantes, muitos deles hoje já formados, fundaram o jornal "Poeira", em torno do qual reuniram estudantes de todas as frentes da FUEL, formando uma ampla frente de princípios democráticos. Unidos nessa frente e trabalhando cotidianamente pela causa democrática, o "Poeira" cresceu, vencendo com grande margem de votos as eleições de 1974, derrotando o grupo Decisão, de arenistas.

Durante a gestão, a frente reunida no "Poeira", derrubou o Exame Obrigatório, sistematizou e recrudescer a luta contra o decreto lei 477 e o código disciplinar 169, fundou os jornais setoriais "A Matraca" e "O Barreiro Rebelde". Conquistou um prêmio nacional do Jornalismo Estudantil, arradicou o "trate

oficial e instituiu as calouradas, pagou todas as dívidas deixadas por gestão irresponsável, organizou, como vanguarda, as lutas pelo nível de ensino, indo de encontro às necessidades da maioria, ampliou a campanha pela federalização da Universidade como um dos meios de extirpar as taxas e o ensino pago, lançou a revista "Terra Roxa" e realizou a 1ª Semana de Atualidades, reunindo artigos e intelectuais de expressão, contribuindo para a sistematização da cultura em nossa região.

O trabalho organizado em bases amplas, desembocou na segunda vitória consecutiva do "Poeira". Nas eleições de setembro último, a quarta eleição direta para o DCE e D.A.s., vencemos com esmagadora maioria (11). Esta vitória tem um significado expressivo: a frente ampla democrática avançou em suas posições, aprofundou suas bandeiras e se estendeu a ponto de dominar todos os cargos de representação discente não só nos diretórios, como nos órgãos da Universidade.

Esta situação privilegiada conquistada palmo a palmo no decorrer destes anos, não constitui uma ilha dentro do panorama geral das atividades estudantis. Acompanhando atentamente os acontecimentos nacionais, encontramos sempre a presença do esforço estudantil nas outras Universidades. O que leva à conclusão de que estas atividades não acontecem por força da vontade de uma minoria, mas sim por força de um sentimento social determinado pelas graves deficiências do ensino, agravadas por tensões dos atos de repressão.

A história das atividades estudantis na última década o comprovam: nos últimos anos a intervenção em diretórios

acadêmicos foi realizada de maneira sistemática, e a promulgação do decreto-lei 477, a criação de ferreiros regimentais internos acabaram por gerar uma violentíssima recessão cultural e política quase irreversível. As consequências desta pressão assustaram inclusive as autoridades do Ministério da Educação que, pressionadas pelos estudantes, atualmente desenvolvem certas iniciativas no sentido de autorizar a reabertura de diretórios ainda fechados, como os da Universidade de Brasília, da Universidade Federal do Paraná e outros. Paralelamente a este tipo de esforço não convém esquecer, os rígidos controles persistem. E as atividades estudantis, duramente atingidas, prosseguem.

É necessário reconhecer que apesar do progresso dos últimos tempos, as atividades reivindicatórias apresentam problemas que precisam ser superados no menor prazo. Para isso, a frente ampla democrática estudantil da FUEL reunida em torno deste jornal, tem uma modesta contribuição a fazer. É o nosso programa mínimo: 1. Pela liberdade contra o código disciplinar 169 e contra o decreto lei 477. 2. Pela democracia na educação, contra o ensino pago. 3. Pelo nível de ensino, contra a deseducação tecnocrata. 4. Por 1/5 de participação nos Conselhos contra a desvalorização da representação discente. 6. Pelo passe universitário, contra a exploração nos transportes. 7. Pela desburocratização, contra a cobrança de taxas. 8. Pelas sedes dos D.A.s no Campus, contra o desmatamento. 9. Pela educação física obrigatória, contra os interesses mercantilistas. 10. Pelo Centro de Votantes e Canções, contra o Campus desumanizado e

11. Pelo integral respeito aos Direitos Humanos.

Assim, os problemas que envolvem a Universidade constituem a base em torno do qual devem se desenvolver as atividades estudantis. Nesse programa, a imprensa universitária precisa expandir seu papel de aglutinador de ideias democráticas. Os estudantes sempre se interessaram em tomar parte de discussões e decisões, sobretudo dos assuntos que lhes dizem respeito. Na medida em que desenvolvem suas consciências mais empenho demonstraram em participar.

E para que tudo isto se desenvolva de maneira mais correta, e necessária que a frente ampla democrática estudantil reunida e cada vez maior em torno do "Poeira" use para reconquistar o tempo perdido.

(1) - O "Poeira" venceu as últimas eleições para o DCE com 4.751 contra 1.021 votos. As chapas de frente ampla venceram no DASCT com 220 contra 31 votos, no DASCE com 176 contra 83 votos, no DASCCA com 354 contra 31 votos, no DASCCB com 379 contra 53 votos, no DASCCS com 722 contra 227 votos, no DASCCF com 453 contra 42 votos, no DASCCG com 645 contra 72 votos, e no DASCCSA com 1.635 contra 489 votos. Além de vencer em todos os diretórios, elegeu-se em todos os órgãos de representação discente da Universidade nos Conselhos Superiores CUCA, CUPL, COSIOR, COPIRIHUE, em todos os Colegiados, em todos os Conselhos Departamentais e em todos os Departamentos.

O número de novembro do jornal Poeira (DCE-Londrina-Parana), divulga várias matérias sobre o movimento estudantil em diferentes estados. Entre as outras matérias destacam-se uma sobre Lima Barreto - "O Povo será feliz no ano dos dois 7" - e outra sobre a Espanha.

JORNAL CLARIM Nº 2 DEZ. CAMPINAS

Mudanças no Fundo de Garantia

Logo que a notícia foi divulgada os trabalhadores que compraram sua casa própria em vilas do BNH, acreditaram que a medida só tinha vantagens para eles. A notícia era a seguinte:

Aquelas pessoas que estão devendo prestação de suas casas para o BNH podem retirar dinheiro do Fundo de Garantia (FGTS) para saldar essa dívida. E, além disso, um outro decreto autorizou que a correção monetária do FGTS fosse atualizada de três em três meses, ao invés de ano em ano como era anteriormente.

Mas passados os primeiros momentos de euforia que se seguiram a essas notícias, algumas pessoas que devem para o BNH formularam hipóteses que colocam a medida em discussão. É como diz um morador da Vila 31 de Março, em Campinas:

- "Logo que fiquei sabendo eu achei muito bom, mas daí eu fiquei pensando, pensando e imaginei que se eu tirasse esse dinheiro do Fundo de Garantia de onde é que eu ia

tirar dinheiro na hora de casar? vamos supor, por exemplo, que me mandassem embora do meu serviço e eu não encontrasse outro logo? ficava na mão".

A verdade é a seguinte: a função primeira do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço é exatamente a de criar um fundo de garantia para o trabalhador em casos como de doença, morte, invalidez e demissão do funcionário. Além do mais, caso nenhum desses casos aconteça, o FGTS pretende que o trabalhador tenha um dinheiro guardado para não ficar desamparado completamente na velhice; ou caso morra e sua família não tenha fonte de renda. Como diz Antonio Carlos, um trabalhador braçal:

- "A melhor coisa que o Governo fez pro trabalhador foi o Fundo de Garantia. Imagina se eu tenho quatro filhos e de repente me acontece um acidente? eles ficam sem amparo nenhum".



Mas essa nova medida, naturalmente, induz o trabalhador a mexer em seu Fundo de Garantia. E tendo em vista isso, as Cohabs chamarão seus mutuários a partir de janeiro para propor que eles retirem o dinheiro do FGTS para pagar as prestações atrasadas da casa.

Segundo alguns setores, essas medidas na verdade tentam tapar alguns buracos. É como diz o economista João Arruda:

- "O problema maior é que existe um sistema absurdo de juros cobrados sobre as casas do BNH. Veja bem, no ano de 1968 o valor da casa com terreno era de 4.400 cruzeiros. Até o fim de 74 o mutuário já tinha pago 12.885 cruzeiros e ainda devia 8.000 cruzeiros. Quer dizer, com essa medida eles tiram do FGTS para suprir um defeito que não compete a eles resolver, tá entendendo?".

E os atrasos no pagamento das casas do BNH já estavam previstos desde que o plano de venda das casas foi iniciado.

Tanto é que no próprio contrato consta:

Se terminar o prazo de 25 anos para pagamento da casa e o mutuário não conseguir terminar de pagar,

o próprio BNH se responsabilizará pela dívida, isentando o comprador. Dessa forma fica claro que a falta

de condições do trabalhador em pagar a casa já está prevista e que, portanto, não é anormal que muitos estejam com as Prestações atrasadas.

O jornal mensal CLARIM começou a ser publicado no mes de outubro em Campinas. O nº zero tem matérias sobre o desemprego, bancários, urbanismo, etc. O nº 1 dá cobertura a missa pelo jornalista V. Herzog, os "desempregados de nível", teatro, etc. Do nº 2 - dez.75 - re- produzimos a matéria sobre mais um dos artifícios encontrado pelo BNH - via FGTS - para extorquir os que adquirem casa. (cb)

editorial:
"MAIS UMA
VOLTA NO
TORNQUETE"

momento

publicação mural do dce-ufmg 22/10/75 N°6

Gol a Gol 30/10/75

Desde 1974, implementou-se sobre as entidades estudantis uma política de enramamento à participação construtiva. Isto é, estudantes e autoridades universitárias são colocados lado a lado, como um conjunto, para solucionar os problemas do ensino na universidade. Para as entidades estudantis que não aceitavam a "jogada" e decidiram permanecer do lado dos estudantes, restou a repressão e a constante tentativa de isolamento.

Mas esta política foi desmascarada pelos estudantes de todo o país: como acreditar na "boa vontade" das autoridades universitárias se essas mesmas autoridades são as que implementam medidas contrárias aos interesses dos estudantes, como o Jubilamento, o Ensino Pago, o 477, o cerceamento às nossas atividades, etc?

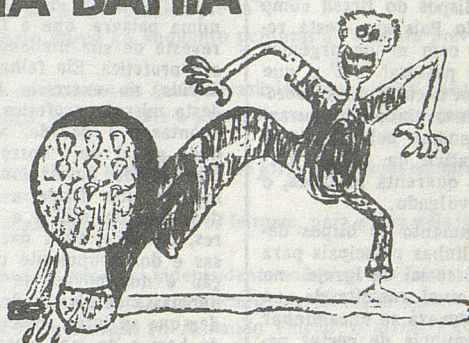
Desta forma, os estudantes continuaram firmes, organizando-se independentemente pela transformação do ensino, denunciando a censura, as arbitrariedades, etc.

Após a aceitação pelo governo dos contratos de risco (medida im popular), nova onda de violência baixa sobre amplos setores da população. Através de uma circular aos governadores dos Estados, o Ministro Armando Falcão ordena a repressão sobre todos os setores no sentido de não permitir, "sob pretexto algum, passeatas, comícios, concentrações ou outras manifestações públicas capazes de provocar agitação, perturbando o trabalho e a vida das pessoas e da coletividade". Tudo isto em nome do "clima de ordem e tranquilidade de reinantes no território nacional."

Para nós, os estudantes, as coisas não se colocam de maneira diferente. Na Bahia, 11 mil estudantes permaneceram quase um mês em greve contra o jubilarmento. A resposta às reivindicações dos colegas baianos foi a invasão da Universidade pela polícia local e as manifestações dos estudantes foram duramente reprimidas. Ainda sob este clima, o D.A. da Escola de Medicina da UFBA foi fechado.

Aqui em BH, agentes da Polícia Federal invadiram, na última 5ª feira, as Escolas de Medicina, Arquitetura, e FAICM, arrancando cartazes de um show de Luiz Gonzaga Jr., alegando serem eles contra as leis censórias! Na Bahia, como aqui, as autoridades universitárias se omitiram.

11.000 ALUNOS NA BAHIA EM GREVE CONTRA JUBILAMENTO



o que é o jubilarmento na BA

Desde o dia 20 de setembro, os estudantes da Universidade Federal da Bahia - UFBA, iniciaram uma greve de recusa à implantação do JUBILAMENTO na Universidade.

O movimento começou com os estudantes de Geologia. Em Assembleia Geral, decidiram:

- 1) - paralisar as aulas, exigindo a suspensão temporária de qualquer forma de jubilarmento da UFBA;
- 2) - criação de uma comissão para estudar e avaliar o jubilarmento e considerar a volta dos estudantes já atingidos (em 1974 uma turma inteira de Geografia foi jubilarada).

Apesar das proibições da Prefeitura contra qualquer manifestação (reuniões, assembleias e greves) os estudantes não recuaram, recebendo imediata adesão dos colegas de Arquitetura, Economia e Física, que também se declararam em greve.

Neste momento, após um mês de início da luta, 33 cursos estão paralisados, num total de 11.000 estudantes em greve (quase 90% do total dos estudantes da UFBA), contando, inclusive, com o apoio de vários professores.

Esta é a regulamentação, em vigor na UFBA:

"Art. 99 - Será recusada a matrícula:

- a) ao aluno que por quatro (4) semestres consecutivos ou não, houver requerido trancamento de matrícula na mesma disciplina ou no total das disciplinas, salvo motivo de força maior, a critério do Conselho de Coordenação;
- b) ao aluno do 19 ciclo que, por duas vezes não tenha sido aprovado nas disciplinas de recuperação;
- c) ao aluno que por mais de um semestre letivo consecutivo deixar de se matricular ou, se matriculado, deixar de frequentar o total das disciplinas, salvo motivo de força maior, a critério do Conselho de Coordenação;



Desta maneira, alia da à tentativa de ocupar as entidades; essa política oficial agora manda reprimir diretamente os estudantes que não se deixaram enganar, desmascarando a pretensa abertura e unindo-se numa firme organização independente em defesa dos seus interesses. Esse movimento sobre os estudantes vem crescendo a cada dia mais, e coloca a necessidade de ficarmos alertas.

Portanto, agora mais que antes, a melhor resposta a tudo isto é a união de todos os estudantes junto às entidades estudantis representativas e a união dessas entidades entre si, num conjunto que dará uma resposta única e firme, com conjunto que fortalecerá a todos nós.

O jornal Gol a Gol (se pegá com o pé é dibra) é o órgão oficial do DCE da Universidade de Minas. O editorial que publicamos saiu no nº 18 de 30/10/75, que divulga matérias sobre a solidariedade aos estudantes da UFBA e da USP, sobre Censura a imprensa, o assassinato de V. Herzog, etc. Momento é a publicação mural do DCE-UFMG.



igreja

CNBB DÁ PRIORIDADE À PASTORAL NA POLÍTICA

ESP-2-12-75

O meio político foi considerado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil como o setor do País que está reclamando com maior urgência uma ação pastoral. É o que destaca um documento de dezesseis páginas elaborado durante uma semana pela Comissão Representativa da CNBB, formada por quarenta preladados, e ontem, divulgado.

No documento os bispos definem as linhas principais para a pastoral social da Igreja no momento atual, ressaltando que sua ação deverá se encaminhar para a renúncia de certos papéis no campo social e educativo, a fim de ficar mais livre para assumir "com mais vigor sua missão crítica e profética de denúncia da injustiça e de promoção da solidariedade e das legítimas aspirações dos homens".

EDUCAÇÃO POLÍTICA

"Parece que já não pode haver dúvida de que é tempo de motivar os católicos para que assumam suas responsabilidades políticas, a fim de levarem à coisa pública as exigências e critérios cristãos" — frisaram os preladados, concluindo que um programa neste sentido deveria ser centralizado num projeto de educação política que visaria a:

- 1) Contribuir para a formação de uma consciência adulta de participação política no povo brasileiro;
- 2) Motivar os cristãos a participarem, segundo o carisma de cada um, no processo político-partidário do País, superando o espírito de clientela eleitoral;
- 3) Ajudar a população de modo livre, consciente e responsável nas eleições, renunciando a buscar vantagens imediatas e egoístas. Salientando que a participação na vida política da Nação é um dever de consciência, o documento da Comissão Representativa nota que "a Igreja é, talvez, a única instituição brasileira devidamente descomprometida e gozando de crédito popular, capaz de realizar um trabalho desta natureza".

Para os bispos, o programa de educação política realizado há quatro anos pelo Serviço de Assistência Rural da arquidiocese de Natal poderá oferecer subsídios para o estabelecimento de um programa nacional. Este programa se baseará em pequenos grupos, alertando desde já os bispos o

clero para os candidatos que poderão se aproveitar da idéia e se apresentar aos eleitores como "resposta e concretização da orientação da Igreja".

CRÍTICA

No documento — que inclui quatro capítulos: orientação social da Igreja, a Igreja como fermento da transformação social, a ação crítico-profética da Igreja e atividades sociais da Igreja — os bispos deixam bem claro que a Igreja tem o dever e o direito de crítica.

— "É à luz do Evangelho, numa palavra, que a Igreja se reveste de sua inalienável missão profética. Ela falharia, sem dúvida, no exercício histórico desta missão profética, se não apontasse o pecado, a iniquidade social de nosso tempo, configurado na exploração do homem, que divide a humanidade em oprimidos e opressores, desde o nível das empresas e dos grupos até o da Nação e dos povos; se não denunciasses os abusos de um poder que se julga colocado além do bem e do mal, quando persegue seus objetivos; se não alertasse contra o egoísmo dos povos e grupos de pessoas que sacrificam seus semelhantes aos seus interesses próprios".

"Crítica significa discernir o mal para denunciá-lo, e o bem para anunciá-lo. A Igreja se reconhece o bem é acusada de conformismo; se denuncia o mal, é acusada de subversiva "observam os preladados.

Lembrando que a missão crítico-profética da Igreja deve ser exercida também em nível mundial e em confronto com as situações opressoras verificadas, em maior ou menor escala, em quase todos os países, a Comissão Representativa da

CNBB recomenda que se apoiem os esforços de organismos e entidades internacionais que se preocupam com a defesa dos direitos humanos, como a Comissão Pontificia de Justiça e Paz, a Sodepaz e o Tribunal de Strasburgo, entre outras.

D. EVARISTO - ESTADO E IGREJA - ANISTIA

JB-30-12-75

São Paulo — O Cardeal-Arcebispo Dom Paulo Evaristo Arns disse ontem que "o Estado e a Igreja possuem autonomia e ambos são sagrados. Tanto o Estado como a Igreja têm que se preocupar com os mesmos cidadãos e assim deveria haver mais harmonia. Não permitiremos, contudo, que se imiscuem nas coisas da Igreja".

Ao avaliar as relações da Igreja com o Estado, principalmente após a expulsão do país do Padre François Jacques Jentel, o Cardeal-Arcebispo de São Paulo comentou que essa iniciativa pode ter "agravado inutilmente uma situação".

ANISTIA

Dom Paulo Evaristo Arns lamentou que "o Congresso Nacional não tenha até hoje, com a sanção do Presidente da República, promulgado lei federal concedendo anistia ampla e total aos que foram presos por causa de suas idéias".

— A anistia é um gesto de profunda sabedoria poli-

tica. Cresce a autoridade moral dos Governos que a proclamam. Lamento ainda o fato, sobretudo porque estamos celebrando o Ano Santo, período de reconciliação. E, além disso, o Papa Paulo VI pediu a todos os Governos que a concedessem, promovendo o desarmamento dos espíritos e criando oportunidades novas de colaboração para o desenvolvimento da paz.

ENCONTRO NACIONAL

NÃO-VIOLÊNCIA ATIVA

CONCLUSÕES DO ENCONTRO NACIONAL DE NÃO-VIOLENCIA (Trechos)

- 1.- Conhecer as leis e os direitos do homem, considerando o fato de que "unidos, os trabalhadores obtêm o que a lei acorda, e até mais; mas, desunidos, nada conseguem".
- 4.- Utilizar a aplicação da lei como elemento de conscientização do trabalhador, concernente à necessidade da transformação social: para o dominante e para o dominado.
- 6.- Trabalhar no seio do movimento sindical, mostrando a necessidade da unidade e da participação dos trabalhadores em suas organizações de defesa.
- 8.- Favorecer a criação de delegados sindicais e de seções sindicais.
- 9.- Avaliar quotidianamente o trabalho, refletindo sobre os sucessos e os fracassos, avançando sempre em grupo.
- 10.- Preparar-se para enfrentar as táticas dos patrões e da polícia.
- 11.- Ver, julgar e agir: diálogo com a base (os dominados) e os dominantes, sendo estes últimos, instrumentos exponenciais do sistema.
- 12.- Manter boas relações com os meios de informação: é importante velar pela divulgação dos fatos dentro e fora da comunidade.
- 14.- Organizar equipes de apêlo: refletir, juntos, sobre um problema concreto.
- 16.- Mostrar que o problema não é particular, mas sim o mesmo da imensa maioria dos brasileiros.
- 17.- Sem inserir nosso trabalho num partido político, zelar pela manutenção do diálogo com os políticos, evitando compromissos, para obter informações, apresentar projetos, dar indicações, oferecer e receber colaboração, denunciar as injustiças etc..
- 18.- O movimento deve ser economicamente independente graças aos trabalhadores considerando-se que toda luta tem o seu preço e que o trabalhador não pode depender de outros, sob pena de perder sua autenticidade.
- 20.- Levar a bom termo a tarefa, sob inspiração de um ideal: a firmeza permanente.

DIAL - nº 264 - Paris, 4/12/75

Os movimentos de não-violência ativa no Brasil realizaram um Congresso Nacional entre 23 e 27 de outubro de 75 em São Paulo. Acima, trechos das conclusões adotadas.

censura

Carta dos Editores de EX reproduzida pelo jornal CLARIM - nº 2 - dezembro de 75.

ex-16 49 páginas \$6 novembro 1975
 JORNAL DE TEXTO, FOTO E LIBERDADE DE IMPRENSA

**LIBERDADE
 LIBERDADE
 ABRE AS ASAS
 SOBRE NÓS**

LEIA EDITORIAL NA PAGINA 5

AMORTE DO JORNALISTA VLADIMIR HERZOG



NÃO PERCA:
 Piroli, o escritor fedido de Minas (página 30)
 O bispo de São Félix (página 12)
 Jornalista joga sangue no ventilador (página 29)
 Mulher boa, para um nazista, é a mãe (página 10)

Acima a capa do nº 16 do jornal EX onde foi publicada matéria de 8 pags. sobre o assassinato de Vladimir Herzog

ESP-3-12-75

JORNALISTAS DENUNCIAM AUMENTO DA CENSURA

O jornal Movimento é um projeto de mais de 300 jornalistas e, ao lado da imprensa honesta e independente, é uma conquista do país. E continuaremos lutando para publicá-lo".
 No entanto, estamos sendo censurados desde antes da existência de nosso n.º 1, que saiu seis dias depois da ordem de censura.
 Neste período, já tivemos 277 matérias totalmente vetadas, 1.704 laudas proibidas, além de fotos, desenhos e até anúncios proibidos ou mutilados. A censura em Brasília, que tem sido feita em data e horários determinados arbitrariamente é um absurdo para o funcionamento de qualquer semanário de informações.

anistia

ESP-29-11-75

O deputado federal Nelson Thibau (MDB-MG) solicitou anistia geral para os presos políticos como um gesto de completo desarmamento de espírito sob o clima dos festejos natalinos.
 "Por isso, o apelo que faço — afirma o deputado Thibau — é que se conceda a anistia geral a fim de que os presos se defendam em liberdade dos processos em que estão arrolados.

ESP-10-12-75

Falando para os membros do conselho, que realizou ontem a última reunião do ano, Heleno Fragozo observou que não pode existir segurança jurídica no País na medida em que o Executivo tem o poder de sobrepor-se às leis. No Brasil, continuou, vigoram ao mesmo tempo uma Constituição e uma "anticonstituição", o AI-5, incompatível com o Estado de Direito.

CRUZ VERMELHA

ESP-15-11-75

A Cruz Vermelha brasileira não recebeu nenhum pedido para que interceda em favor de presos políticos, mas poderá vir a tomar uma posição se a ONU transmitir ao governo brasileiro o apelo dos Estados Unidos, no sentido de que todos os países concedam anistia a seus presos políticos.
 A informação é do secretário-geral da entidade, Godofredo Bezerra, segundo o qual o atendimento da sugestão norte-americana dependerá, de maneira fundamental, da interpretação que lhe der cada país. No Brasil a situação é delicada, porque — afirmou — para o governo brasileiro não há presos políticos em nosso território.
 Haveria apenas pessoas detidas para averiguações e outras que cumprem penas por crimes contra a Lei de Segurança Nacional.

No nº 1 do jornal Brasil Mulher (capa ao lado) a matéria central é sobre a Campanha pela Anistia Geral que se desenvolve no Brasil, destacando a importância da solidariedade aos presos políticos.

E O FIM DO EX-??

Amigo:

Estamos passando a suas mãos, anexa, copia da carta que acabamos de enviar ao presidente da Associação Brasileira de Imprensa, ABI, sr. Prudente de Moraes Neto; ao Presidente da República, sr. Ernesto Geisel; e ao Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas, ONU, sr. Kurt Waldheim.

- Não submeter o Ex à mutilação da "censura prévia";
- 2 - Suspender a circulação do jornal Ex enquanto perdurar a "censura prévia" decretada pelo ministro da Justiça;
- 3 - Lutar, utilizando todos os recursos da Justiça brasileira, para provar a ilegalidade dos atos do ministro da Justiça, ao apreender o jornal Extra! n.º 2 e instaurar a "censura-prévia" no jornal Ex;
- 4 - Fundar uma nova editora, com o mesmo grupo de jornalistas independentes, e editar nova publicação: "+1" (Mais Um).
- 5 - Conclamar todos os jornalistas, os jornais e os leitores, para a luta pela livre informação

Como o amigo deve saber, nós da imprensa independente sofremos mais um duro golpe no princípio deste mês. Nós da Ex-Editora, especificamente, fomos atingidos em cheio por duas medidas do ministro da Justiça, sr. Armando Falcão: o jornal Extra! número 2, já pronto para ser distribuído, foi apreendido antes de ir às bancas (30 mil exemplares); e o jornal Ex- passou a ser vítima da censura prévia. A apreensão nos causou um prejuízo mínimo de 100 mil cruzeiros. E a censura prévia ao Ex- acabaria de completar o serviço de nos estrangular economicamente.

Assim, decidimos suspender a circulação do Ex, cujo n.º 17 só sairá quando for retirada a censura prévia. E voltaremos à banca com outro jornal, o "+1", ou Mais Um, um lançamento de nossa nova "Mais Uma" Editora Ltda. — que sai ainda este mês, antes do Natal.

Amigo, para isso estamos precisando — sem rodeios — de ajuda econômica. Sob qualquer forma. Assinatura, doação pura e simples (uma assinatura "de ouro", no valor de 500 cruzeiros, por exemplo); que a sua ajuda venha em dinheiro ou em trabalho (se o amigo é jornalista, pode nos oferecer matérias, fotos, etc.). Entre em imediato contato conosco, rua Santo Antonio, 1043, CEP 01314, São Paulo. Consiga assinaturas para o novo jornal — o Mais Um será quinzenal inicialmente, de modo que 6 meses custam 70 cruzeiros; e 12 meses, 140 cruzeiros. (Obs. — O assinante do Ex continuará recebendo Mais Um normalmente, até o fim da assinatura). Se o amigo é profissional liberal, pode subscrever um contrato de anúncios classificados (tamanho padrão de 6x3 cm), a 100 cruzeiros cada, com um mínimo de 5 anúncios autorizados (5 quinzenas).

Não permita que nos sufoquem. Com a sua ajuda, teremos força para enfrentar mais esta. Mas seja urgente.
 Um grande abraço dos

Ex-Editores.

BRASIL MULHER



O curso do Movimento Feminino Pela Anistia

O Brinquedo

PASSAGEIRAS DE TERCEIRA CLASSE

A PROCURA DA IGUALDADE PERDIDA

repressão

GOVERNO NEGA CRISE: PRISÃO É DEFESA

ESP - 6-11-75

Uma autoridade do governo voltou ontem a desmentir a existência de uma crise iminente no País, salientando que "prisão não é crime, prisão é defesa". Na sua opinião, o Congresso não está ameaçado embora tenha deixado transparecer que alguns parlamentares — cujos nomes não revelou — estão sendo observados.

Essa autoridade recusou-se também a comentar a possibilidade de uma reforma ministerial, salientando que o assunto é da exclusiva responsabilidade do presidente da República. No entanto, lembrou que o senador Teotônio Vilela foi o único político a defender a medida, observando que, se outros parlamentares adotassem essa posição, deveriam explicar os motivos para isso.

Comentando as críticas do senador Jarbas Passarinho à censura, comparando-a à soviética, essa alta fonte limitou-se a recordar que o ex-ministro da Educação foi um dos signatários do AI-5 e que hoje é um dos vice-líderes da Arena no Congresso Nacional.

STM CONDENA 3 À PRISÃO PERPÉTUA

ESP-28-11-75

O Superior Tribunal Militar condenou, ontem, à prisão perpétua, Waldemar Rodrigues de Menezes, Antonio Espiridião Neto e Francisco William de Montenegro Medeiros; manteve a pena de cinco anos de reclusão para José Bento da Silva e de três para Gilberto Telmo Sidney Marques, e absolveu os réus João Xavier de Lacerda e João Batista de Lima.

Eles são acusados pela Auditoria Militar do Ceará de tentar subverter a ordem político-social vigente no País para estabelecer ditadura de classe; da prática de terrorismo, de manter organização do tipo militar com finalidade combativa e de se utilizarem de armas de fogo e engenhos prívativos das Forças Armadas, sem a permissão da autoridade competente.

38 PRISÕES EM S.C.

ESP-16-12-75

Os órgãos de segurança em Florianópolis, ao divulgarem no fim de semana a lista dos 38 presos por atividades subversivas e tentativas de articulação do Partido Comunista Brasileiro, prestaram também uma série de informações. Segundo a nota do comando da 5.ª Região Militar, a "Operação Barriga Verde" foi iniciada no último mês de julho e culminou com a prisão dos 38 implicados. A ação foi desenvolvida em conjunto por unidades do Exército, Marinha, Aeronáutica, Polícia Militar e setores especializados da Polícia Federal e polícia estadual. Após cinco meses de investigações foram iniciadas as prisões no dia 4 de novembro.

O comunicado da 5.ª Região Militar — com sede em Curitiba e jurisdição no Paraná e Santa Catarina — também in-

forma que o líder do movimento no Estado era Teodoro Gherov, que foi internado no hospital depois de sua quarta tentativa de suicídio quando, "mesmo na presença de outros presos", atentou contra a vida, introduzindo um prego enferrujado na fronte, com auxílio de um sapato usado como martelo.

46 PRISÕES PREVENTIVAS

ESP-16-12-75

O Conselho Especial de Justiça Militar da 5.ª RM, em sessão realizada ontem, decretou por unanimidade a prisão preventiva de 46 pessoas detidas no Paraná, acusadas de ligações com o Partido Comunista Brasileiro. Na mesma sessão, o conselho decidiu colocar em liberdade quatro elementos e indeferiu o pedido de custódia preventiva requerida pelo Ministério Público para os denunciados que já foram soltos.

DENUNCIADO ASSASSINATO DE SINDICALISTA

ESP-24-12-75

BRUXELAS — A Confederação Internacional de Sindicatos Livres — CISL — foi informada ontem da morte de um sindicalista brasileiro em consequência das torturas impostas por forças de segurança. Trata-se de Armando Strufo, de 52 anos, que trabalhava na Light, tendo sido preso a 28 de agosto no Rio.

Este caso, "somado a muitos outros", foi denunciado pela CISL, que chamou a atenção de "todas as autoridades nacionais e internacionais, assim como a de todos os trabalhadores, para que pressionem ao máximo a fim de que se apliquem de modo efetivo as disposições sobre direitos humanos, em especial no Brasil e em numerosos países de ditadura latino-americanos".

CONDENADO EX-DEPUTADO

ESP-20-12-75

O Conselho Permanente de Justiça Militar, da 2.ª Auditoria de Guerra, julgando um dos processos sobre as atividades do Partido Comunista Brasileiro e suas gráficas, condenou, por unanimidade de votos, a três anos e seis meses de reclusão, o ex-deputado federal Osvaldo Pacheco da Silva, membro do Comitê Central do PCB, Amaro Marques de Carvalho, encarregado da falsificação de documentos, e Renato Guimarães Cupertino, orientador das viagens de militantes para a URSS, como incurso no artigo 45 da Lei de Segurança Nacional.

Brasil: Brutalidad policial contra humilde familia

EXPRESO - JORNAL PERUANO - 25-12-75

RIO DE JANEIRO, Dic. 24 (PL).—La brutalidad policiaca del régimen brasileño reveló límites extremos hoy al informarse que 50 policías de Sao Paulo golpearon durante horas a una humilde familia, incluyendo su bebé de un año y medio, a quien quemaron con cigarrillos.

La prensa local recoge la denuncia de los vecinos de la población obrera "Villa Dos Remedios", en las afueras de Sao Paulo, y relata las torturas aplicadas contra la familia de Antonio Martiliano Da Silva y sus vecinos.

Primero golpearon a Gervasio (hijo de Antonio), de 20 años de edad, hasta que éste perdió el conocimiento y después pasaron a golpear al resto de la

rrillos y su padre fue castigado durante horas.

Cada vez que se desmayaba —denunciaron los diarios— le aplicaban sales para reanimarlo y poder continuar la tortura.

Los policías, según un

familia y vecinos que se acercaron al lugar.

Benedicto Da Silva, de 14 años, resultó con los testículos destrozados, Keli Da Silva de apenas un año y medio con quemaduras de cigarro aplicado en su cuerpo, y el jefe de la familia con distintas lesiones y traumatismo provocados por puntapiés y culatazos.

Más adelante el relato periodístico señala que Gervasio quien resultó con fracturas y politraumatismos y dos mujeres con hematomas generalizados.

Tras el operativo en la vivienda del obrero, los malos tratos continuaron en el Recinto del 33 Distrito Policial, hasta donde fueron trasladados los pobladores. Allí Gervasio fue quemado con cigarrillos.

informe oficial fueron expulsados del cuerpo y luego procesados judicialmente, dijeron que buscan a Gervasio "porque había discutido horas antes con un Cabo de la Policía Militar".

Un comunicado dado

a conocer hoy por la Secretaría de Seguridad de Sao Paulo anunció las sanciones, mientras el Ministro del Interior brasileño pretende desentenderse del asunto.

Afirma que los 50 uniformados actuaron sin conocimiento.

Presos libertados visitan D. Paulo

ESP-24-12-75

Trinta e um dos presos políticos que foram libertados na última sexta-feira estiveram, ontem à tarde, na Curia Arquidiocesana, para agradecer ao cardeal d. Paulo Evaristo Arns e à Comissão Justiça e Paz pela "atuação da Igreja em defesa dos direitos humanos". Os ex-presos, em grande parte acompanhados de familiares, entregaram uma placa de prata com esta inscrição: "A Dom Paulo Evaristo Arns e à Comissão Justiça e Paz. O importante de nossas vidas é que fique em algum lugar o fruto de nosso trabalho".

O cardeal, que recebeu também os cumprimentos de vários padres e freiras da arquidiocese, agradeceu afirmando que pretende continuar "trabalhando pela união de esforços, para conseguirmos criar um mundo de paz". Dom Paulo pretende visitar hoje todos os presídios da Capital, levando sua mensagem de Natal aos presos.

Deputados refutam denúncia do DOPS

O deputado Alberto Goldman, depois de reunir-se com Marcelo Gato e Nelson Fabiano Sobrinho, divulgou nota ontem refutando as acusações formuladas no relatório do inquérito sobre o PCB encaminhado à 2.a Auditoria de Guerra pelo DOPS, dizendo que elas "fazem parte da tentativa de comprometimento da oposição brasileira na medida em que se caracteriza cada vez mais a disposição popular de prestigiar o MDB".

Goldman diz em sua nota que as acusações procuram atingir alguns daqueles que se têm distinguido "na luta pela preservação dos direitos humanos, pela revogação dos atos de exceção, pela volta ao estado de direito, pela defesa da economia nacional, pela moralidade da administração pública e

pelas reivindicações mais sentidas do povo brasileiro".

Afirma, ainda, que o único comprometimento daqueles que, como ele, foram eleitos pelo MDB, é o programa partidário; que é visível a intenção de intimidação e de evitar maior aglutinação em torno do partido, da oposição; que, apesar dessas pressões, não recuará de suas posições em defesa dos princípios partidários, do estado de direito, da independência econômica da Nação, da justiça social e dos direitos da pessoa humana e em sua disposição de denunciar desmandos que venham a ocorrer na administração.

ESP-25-12-75

Além de refutarem as acusações que recaem sobre suas pessoas, que constam no relatório

do inquérito sobre o PCB que o DOPS encaminhou à 2.a Auditoria de Guerra, os deputados santistas Nelson Fabiano Sobrinho e Marcelo Gato declararam ontem — em Santos — que "o povo brasileiro sabe como foram conseguidos os depoimentos pelo DOI-CODI", e que por este motivo, não estão preocupados com as "acusações totalmente ridículas e levianas".

Fabiano Sobrinho tem esta opinião:

"Quanto às acusações sobre supostas ligações minhas com o PCB, todo povo paulista e brasileiro sabe como foram conseguidos esses depoimentos e como se processou este pseudo inquérito, que vem viciado por nulidade insanável desde sua origem: a violência. Por estes motivos, dispense-me de

comentar as acusações que são totalmente ridículas e levianas".

Para o deputado federal Marcelo Gato, as acusações não têm fundamento e servem apenas para intimidar:

"Todos sabem o quanto há de sofrimento, tortura e medo em cada linha das declarações contidas nesse inquérito. Não me sinto atingido nem preocupado. Não preciso dar explicações, pois à minha consciência nada preciso explicar. Há os que se rejubilam com os métodos adotados pelo DOI-CODI. A Nação, porém, calçada na sua dignidade, sentiu vergonha por tudo isso. É mais uma tentativa de isolar o MDB do povo brasileiro. De intimidar. Nada disso funciona, pois o povo sabe muito bem o que está por trás desses pseudos inquéritos".

DEPUTADOS RECUSAM "CONVITE" PARA IR AO DOPS

Frisando que "estão defendendo as prerrogativas de todos os parlamentares brasileiros", os deputados Marcelo Gato e Nelson Fabiano Sobrinho, do MDB paulista, recusaram-se ontem a aceitar um "convite" para comparecerem ao DOPS a fim de prestarem esclarecimentos sobre entrevista concedida ao "Estado" na qual refutaram as acusações de que estariam envolvidos com o

PCB. Segundo o secretário da Segurança, coronel Antonio Erasmo Dias, as declarações dos parlamentares "contêm inverdades e apreciações falsas e tendenciosas".

No ofício entregue ontem ao delegado do DOPS, pelo advogado Iberê Bandeira de Mello, os dois deputados afirmam que "não comparecerão por entenderem que, no estrito cumprimento do que determina a lei, única força a que se subme-

tem, estão defendendo as prerrogativas de todos os parlamentares brasileiro". E acrescentam que comunicaram o "convite" ao governador Paulo Egydio. "Informou S. Exa. — diz o ofício — não haver determinado e, muito menos, ser do seu conhecimento referido ato, disse mesmo concordar integralmente com as razões e atitudes expostas pelos deputados Marcelo Gato e Nelson Fabiano".

LEI DE SEGURANÇA

ESP-27-12-75

As autoridades do DEOPS entendem que as declarações dos parlamentares infringiram a Lei de Segurança Nacional. Em consequência, é possível que haja uma representação à Auditoria Militar comunicando o fato e "entregando o problema às mãos da Justiça".

Embora nada tenha sido decidido, comenta-se na polícia que o inquerito sobre as atividades do Partido Comunista Brasileiro "está muito bem documentado".

DEPUTADOS FORAM CASSADOS

Brasília, 6/1/76 — Usando dos poderes que lhe confere o AI-5 o presidente Geisel cassou os mandatos de dois deputados do MDB, Marcelo Gato e Nelson Fabiano.

PADRE JENTEL EXPULSO POR DECRETO

O presidente Geisel decretou ontem a expulsão do Brasil do sacerdote francês François Jentel, de cidadania francesa, acolhendo exposição de motivos do ministro Armando Falcão.

"Aprovando exposição de motivos que lhe encaminhou o ministro da Justiça, o senhor presidente da República assinou decreto que ex-

pulsa do território nacional o sacerdote François Jacques Jentel, de cidadania francesa.

Anteriormente, Jentel fora processado como incurso na Lei de Segurança e, condenado em primeira instância, o Superior Tribunal Militar considerou o processo de competência da Justiça

comum, onde se acha em andamento.

Contudo, e atendendo a gestões feitas por autoridades eclesásticas, permitiu-se por ordem do senhor presidente da República deixasse o alienígena livremente o território nacional, no pressuposto óbvio de a ele não voltar.

ESP-16-12-75

Não obstante, a 1.º de dezembro corrente, François Jacques Jentel reentrou no País, desta vez como turista, e, depois de permanecer alguns dias em Brasília, foi localizado e afinal detido em Fortaleza. Nessas condições, resolveu o governo consumir o processo de expulsão".

SOLIDARIEDADE AO PADRE JENTEL - PROTESTOS POR SUA EXPULSÃO

Entre as várias manifestações de solidariedade ao padre Jentel e de protesto por sua expulsão, destacamos a da Comissão Pastoral da Terra que termina dizendo: "O fato de que os grandes proprietários se levantem contra aqueles que reclamam uma melhor distribuição da terra em nossa Pátria, e que os seus propósitos encontrem eco junto às autoridades não nos deve desencorajar. Devemos continuar a luta ao lado daqueles que, apoiando-se em seus direitos, exigem sua parcela de terra neste mundo que Deus fez para todos."

DIAL, nº 274 - 8/1/76

publicações consultadas para este número

jornal O ESTADO DE S. PAULO
jornal JORNAL DO BRASIL
jornal TRIBUNA DA IMPRENSA
jornal Opinião
jornal MOVIMENTO
boletim DIAL
revista VEJA

revista Visão
revista BANAS
revista EXAME
revista DIRIGENTE INDUSTRIAL
revista DIRIGENTE RURAL
revista Conjuntura Econômica
publicações latino - americanas

ASSINATURAS - 6 meses : US 6
 1 ano : US 12
DE APOIO - 6 meses : US 10
 1 ano : US 20
 por avião mais US 3
 numeros atrasados US 2

ENDEREÇO

conjuntura brasileira
c/o michel thery
29, rue meslay
paris 75 003 - france
